

**Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH  
Programa de Pós-Graduação em História – PGHST  
Dissertação de Mestrado**

# **Sujeitos Esquecidos, Sujeitos Lembrados**

**Entre Fatos e Números a Escravidão Registrada na Freguesia do Araranguá  
no Século XIX**

**Antônio Cesar Sprícigo**

**Florianópolis, dezembro de 2003.**

**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH  
Programa de Pós-Graduação em História – PGHST  
Dissertação de Mestrado**

# **Sujeitos Esquecidos, Sujeitos Lembrados**

**Entre Fatos e Números a Escravidão Registrada na Freguesia do Araranguá  
no Século XIX**

**Antônio Cesar Sprícigo**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eunice Sueli Nodari.

**Florianópolis, dezembro de 2003.**

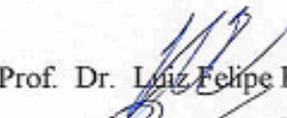
**SUJEITOS ESQUECIDOS, SUJEITOS LEMBRADOS  
ENTRE FATOS E NÚMEROS  
A ESCRAVIDÃO REGISTRADA NA FREGUESIA DO ARARANGUÁ  
DO SÉCULO XIX**

**ANTÔNIO CESAR SPRÍCIGO**

**Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título  
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

Banca Examinadora

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Eunice Sueli Nodari - orientadora - UFSC

  
Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão - UDESC

  
Prof. Dr. João Batista Bittencourt - UNESC

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Bernardete Ramos - suplente - UFSC

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Cynthia Machado Campos  
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 22 de dezembro de 2003

*"Os brancos diziam que em nenhum país do mundo essa nefanda instituição foi tão doce como no Brasil. Agora não me passa pela cabeça - não deve passar pela cabeça de ninguém - que essa nefanda instituição, como os próprios brancos chamavam a escravidão, que ela pudesse ser doce em algum lugar. Ela só pode ser doce da perspectiva de quem estivesse na casa-grande e não na perspectiva de quem estivesse na senzala."*

Florestan Fernandes

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre necessário, mas também é sempre difícil. Corre-se o risco de esquecer alguém, mas é preciso fazê-lo. Porém, antes de expressar meu sentimento de gratidão àquelas pessoas que estiveram, de alguma maneira, envolvidas em minha pesquisa, gostaria de fazer uma retrospectiva a respeito da caminhada que resultou na produção desse trabalho.

No ano de 2000, quando iniciei o processo seletivo para o Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina, não imaginava por quantos momentos difíceis teria que passar. Não me refiro às dificuldades da pesquisa (viagem a Florianópolis duas vezes por semana, trabalhar e pesquisar e ainda dar atenção à minha família), pois sabia que essas ocorreriam.

Houve momentos em que cheguei a pensar se todo esse esforço valeria a pena, inclusive pensando em recuar, momentos difíceis que envolveram a saúde de minha família, aqueles que sempre foram o motivo maior de minha luta e meus incentivadores. Primeiramente, tive que enfrentar uma infestação de toxoplasmose em meu olho direito, consequência do *stress*, provocado pela pesquisa, viagem e trabalho. Em agosto de 2001, o nascimento de meu filho Antônio, trouxe momentos de alegria, aliviando o cansaço. Entre agosto a dezembro de 2001, ocorreu uma pausa para as dificuldades, foi quando minha esposa descobriu que precisaria fazer uma cirurgia seguida de radioiodoterapia. De janeiro a abril de 2002 todas as atenções se voltaram a ela, foram

momentos de aflição a toda família. Quando completou seu primeiro ano de vida, Antônio foi acometido por duas crises convulsivas que o colocou no hospital por uma semana. Mais uma vez vinha à dúvida se tudo isso valeria a pena.

Enfim, todos os problemas foram superados, graças a uma fé interior que nos move e às orações de muitos amigos. Por tudo o que passamos e conseguimos superar, quero agradecer a Deus pela vida de minha família.

À minha companheira Diana, que, mesmo tendo que superar seu problema de saúde, sempre trouxe a calma e serenidade quando me tornava intempestivo.

A meus filhos, Pedro e Antônio, que durante muitas vezes sentiram a ausência do pai.

À minha mãe e meu pai (in memoriam), que despertaram em mim o gosto pela história.

À minha orientadora, Eunice Sueli Nodari, que abraçou a minha pesquisa e me orientou, criticamente, para elaboração desse trabalho, e por vezes foi incisiva em suas cobranças, que me fizeram crescer dentro da pesquisa.

Ao amigo João Batista Bitencourt, incentivador do meu projeto de pesquisa e que, diversas vezes, foi meu suporte para discussão dos escritos.

À Mima, pela disponibilidade e acolhidas nas idas à Florianópolis.

À Inês, por intermediar minhas idas até o Fórum Municipal de Araranguá, em busca de documentos para pesquisa. Também a todos as demais pessoas com quem mantive contato nos diversos locais visitados.

À Nazaré, pela atenção e disposição em todos os momentos solicitados.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por ter me proporcionado a oportunidade desta pesquisa.

Ao Colégio Murialdo e seus funcionários, incentivadores e parceiros “de uma bem unida família”.

## ÍNDICE

<b>RESUMO</b> .....	08
<b>ABSTRACT</b> .....	09
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I:</b>	
<b>DISCURSO BRANCO, AUSÊNCIA NEGRA</b> .....	19
1 - Padre Raulino Reitz: o primeiro discurso.....	22
2 - Gilberto Ronsani : na trilha do discurso do padre Raulino Reitz.....	38
3 - Padre João Dall’Alba: a força do discurso .....	46
4 - As minas de carvão revelando os remanescentes da escravidão .....	58
5 - A ocupação da Freguesia sobre um outro ponto de vista .....	68
<b>CAPÍTULO II:</b>	
<b>FREGUESIA DO ARARANGUÁ: A ESCRAVIDÃO REVELADA EM</b> <b>NÚMEROS</b> .....	71
1 - Localizando os escravos .....	71
2 - Composição da população escrava na Freguesia do Araranguá no século XIX .....	82
3 - Números legítimos, filhos ilegítimos: casamento e batismo na Freguesia ...	87

4 - Habitação na Freguesia: livres e escravos dividindo o mesmo teto.....	94
5 - Alforria: liberdade comprada liberdade concedida.....	100
6 - Batismo escravo: bem apadrinhar para bem ganhar.....	110

### **CAPÍTULO III:**

<b>NOSSOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA .....</b>	<b>115</b>
------------------------------------------------	------------

1 - Velho, quebrado, sem valor, mas escravo.....	119
2 - Senhores ricos, libertar é conveniente?.....	130
3 - “Infância”: entre cativos e forros, lutando por um novo caminho.....	144
4 - Se ele soubesse o amanhã.....	152
5 - Manoel, Maria e José: da liberdade ao cativo.....	157
6 - No frio da noite a lembrança do filho.....	169

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>178</b>
-----------------------------------	------------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>186</b>
--------------------	------------

<b>FONTES.....</b>	<b>190</b>
--------------------	------------

<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>192</b>
--------------------------------------	------------

## RESUMO

SPRÍCIGO, Antônio Cesar. **Sujeitos esquecidos sujeitos lembrados: a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no século XIX.** Florianópolis: 2003. 195 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Eunice Sueli Nodari  
Defesa: 22/12/2003

Estudo sobre a escravidão na antiga Freguesia Nossa Mãe dos Homens do Araranguá, antigo território pertencente a Laguna -SC, no século XIX, a partir da década de 1840 a 1890. Dos discursos produzidos na e sobre a Freguesia, geradores da invisibilidade negra. Observação da estrutura sócio-econômica, comparando os padrões da estrutura escravocrata encontrada na Freguesia com a de outras áreas do país. Análise da resistência escrava diante do cativo.

Palavras-chave: Freguesia do Araranguá; escravidão; discurso; invisibilidade; resistência.

## ABSTRACT

SPRÍCIGO, Antônio Cesar. **Forgetful people, remembered people: the slavery registered in the clientele of Araranguá in the XIX century.** Florianópolis: 2003. 195 p. Dissertation (Mastership in History) Program of Pós-Graduation in History, Federal University of Santa Catarina.

Orienting: Eunice Sueli Nodari  
Defense: 22/12/2003

Study about the slavery in the antique “Clientele Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá”, antique territory belonged to Laguna – SC. in the XIX century, since decade of 1840 to 1890. Of the speech done in and about the clientele generators of black invisibility. Observation of the social-economic structure slave met in the “clientele” with other areas of the country. Analysis of slave resistance in the front captivity.

**Key Word:** Clientele of the Araranguá, slavery, speech, invisibility, resistance.

*A todos os **escravos e livres**, personagens deste trabalho.*

*Aos meus **pais**, pela coragem de viver.*

*À **Diana**, meu porto seguro nas horas mais difíceis*

*Aos meus filhos **Pedro e Antônio**, consumidores e geradores de minha energia.*

*Introdução*  
**NADA EM BRANCO**

Ao iniciar minha pesquisa sobre a escravidão negra, na Freguesia do Araranguá no século XIX, subitamente me ocorreu que talvez estivesse tentando fazer algo que poderia ter acontecido diferente da realidade brasileira daquela época. Fui percebendo que os remanescentes da escravidão estavam espalhados por diversas localidades: Morro dos Conventos, Praia Grande, Criciúma, Içara, Araranguá, etc., todas parte de uma antiga Freguesia, e que, ainda hoje, trazem em sua composição étnica a presença de descendentes dos antigos escravos deste local.

A gigantesca área de terra, que no século XIX compreendia a parte sul do município de Laguna, em maio de 1848 foi elevada a categoria de Freguesia, passando a ser designada de Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá. Seus limites iam do rio Urussanga, ao norte, até o rio Mampituba, ao sul, na fronteira com Rio Grande do Sul. A oeste fazia divisa com a Serra Geral e a leste com o Oceano Atlântico. As terras da Freguesia serviram em dois momentos como caminho do gado: o primeiro, a partir do século XVIII, conduzindo tropas pelo litoral, e o segundo, a partir da abertura do Caminho dos Conventos, em 1727, indo em direção a Lages adentrando as terras da Freguesia.

Sendo possível constatar alguns acontecimentos da história do Sul de Santa Catarina, que dizem respeito à Freguesia do Araranguá, no século XIX, por que razões não encontramos informações sobre a presença escrava nessas terras? Estaria a Freguesia vivendo uma situação política e social diferente das demais regiões brasileiras, ou talvez tivesse ocorrido um esquecimento na memória da população que nela vivia? Cabe ainda indagar se a chegada dos imigrantes italianos e alemães e outros, às terras da Freguesia a partir de 1870-80, associada a um discurso de ocupação produzido por descendentes de europeus, tenha ressaltado em excesso os feitos dos imigrantes, gerando uma certa invisibilidade sobre as populações que primeiro ocuparam aquelas terras?

A invisibilidade sobre as populações negras tornou-se histórica; mesmo tendo sido o Brasil um país escravocrata, procura-se diluir essa imagem. Encontramos aqui aquilo que é visto, mas não é percebido ou não é para se perceber. A melhor maneira que se encontrou para fazer isso é não se fazer menção à existência dos negros no Brasil. Talvez isso possa parecer evidente, mas penso não ser demais evidenciarmos e denunciarmos essa tática “branca”. Afinal, a invisibilidade não é a não existência, e sim a exclusão tomada como natural.

O discurso produzido, gerador da invisibilidade de populações negras, tornou-se uma forte arma com poder de convencimento, levando as populações brancas a se surpreenderem diante da revelação da presença de escravos na Freguesia do Araranguá, no século XIX. Gera ceticismo a quem escuta. “Araranguá teve escravos? Os primeiros moradores não foram os italianos? Eu nem imaginava isso”. Essas são algumas indagações que as pessoas fazem quando se fala da presença de escravos, em terras que um dia pertenceram à grande Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá.

Nossa história regional é tão “branca”, possui tantas obras ligadas aos imigrantes europeus, que quando precisamos de bibliografias sobre negros no Sul de Santa Catarina, fica bastante difícil encontrar material. Há pouca coisa escrita sobre esse

assunto. Santa Catarina cultivava a imagem de terra de brancos junto a uma discursividade que atesta que nossa quantidade de escravos não foi significativa como em outras regiões. Essa é a idéia que por muito tempo tem sido propagada, como se o número reduzido de população escrava justificasse a ínfima referência aos negros na nossa história.

Santa Catarina é reconhecida nacionalmente como “Um pedaço da Europa no Sul do Brasil”<sup>01</sup>, ou seja, é um Estado tipicamente branco. Patrícia de Freitas chama atenção no que diz respeito “à historiografia que está por detrás, a sustentar o discurso que sustenta esse perfil do Estado”<sup>02</sup>. Segundo ela, “é um estilo historiográfico e os resquícios de uma disciplina que se pretendia científica,” procurando trabalhar de maneira objetiva, com aquilo que é passível de comprovação, podendo inclusive mensurar e quantificar os acontecimentos.

Mesmo constatando a existência dessas populações negras, espalhadas pelos municípios da antiga Freguesia, e que a maioria dessa população ligava-se aos escravos de outrora, tinha a sensação, ao tratar desse assunto, de estar caminhando em areia movediça. Não sentia segurança. Onde estariam as informações sobre essa instituição chamada escravidão? Por vezes, minha angústia aumentava, sempre que lia alguma obra sobre a história dos municípios da Freguesia, percebendo o quanto era insuficiente ou mesmo, em alguns casos, ausente, aquilo que dizia respeito aos negros. Assim comecei a perceber, que essa falta de informações nada mais era que a produção de um discurso que havia gerado invisibilidade da população negra na Freguesia, como em outras áreas de Santa Catarina, invisibilidade essa produzida por um discurso branco, de origem européia (leia-se italiano e alemão).

---

<sup>01</sup> FREITAS, Patrícia. *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em História. UFSC. 1997. p. XII

<sup>02</sup> Idem. p. XII

Constatando que isso ocorria, era necessário buscar as respostas que dessem sustentação à pesquisa, mas onde? Passei a vasculhar todas as obras de interesse sobre o grande Araranguá. Uma delas, de autoria do padre João Dall’Alba, veio contribuir em muito, oferecendo respostas à minha questão.

O livro *Histórias do Grande Araranguá*, publicado em 1997, diferencia-se dos demais por mim analisados por ser um livro que registra 150 entrevistas com pessoas moradoras nos municípios da antiga Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá. As entrevistas apresentam informações que até então estavam sepultadas nas memórias dessa gente. Pela primeira vez, quando se registraram as memórias e as vozes dessas pessoas, aqueles sujeitos, esquecidos em outros livros, agora aparecem, fluem nas conversas, ressurgem de onde sempre estiveram. Aqui, diferente das outras obras, cabe a quem está com o gravador na mão registrar e transcrever, e assim fez Dall’Alba em seu último livro por ele organizado no Sul de Santa Catarina.

Em alguns depoimentos os relatos mencionam a presença de escravos na Freguesia:

“Escravos, meu pai não teve. O Zé Custódio teve. Os escravos daqui vinham de Laguna...camarada que tinha um escravo era rico”. “Escravos quem tinha eram os Cunha. Depois da libertação ficaram com os donos. Já eram negros mansos. Primeiro eram bravos”. “Em Currealinhos havia o homem mais rico da região, um tal de Müller Gomes. Tinha muito escravo, era dono do maior cativeiro da região”<sup>03</sup>

Ciente dessas informações, me sentia mais tranquilo para pesquisar, mas ainda não estava satisfeito, já que os relatos sobre negros não aprofundavam a discussão sobre a escravidão na Freguesia e não adentravam o século XIX, para que fosse possível visualizar melhor como se estruturava a escravidão naquele momento. Passou a ser necessário procurar fontes que em nenhum dos livros analisados sobre a Freguesia foram citadas, ou seja, as fontes cartoriais e paroquiais. Seriam elas inexistentes, por

---

<sup>03</sup> As frases citadas pertencem às entrevistas de Felipe Honorato de Freitas, Pedro Silvano e Pompeu Francisco Lummertz, encontradas respectivamente às páginas 200, 430 e 434 respectivamente, da obra organizada por DALL’ALBA, João L. *Histórias do Grande Araranguá*. Gráfica Orion Editora. Araranguá, 1997.

isso não foram citadas? Além disso, somente em 1880 Araranguá foi elevada à categoria de cidade sede da Freguesia, apenas oito anos antes da promulgação da Lei Áurea. Novamente uma dúvida se fazia presente: teria a cidade registros sobre a escravidão, já que a cidade passou a existir apenas oito anos antes do fim da escravidão? Se essas dúvidas foram freqüentes, mais uma surgiu pelo caminho: referia-se à destruição do material escrito que constavam os possíveis registros envolvendo escravos.

Minhas inquietações serviram de estímulo e energia para que a busca por essas fontes fosse uma constante. Para o historiador, encontrar as fontes que lhe garantam o suporte à pesquisa é trabalho de garimpeiro. Sabe-se que o trabalho de pesquisa histórica é uma verdadeira garimpagem. Entretanto, estou convicto de que, mais que garimpeiro que sabe o que procura, o historiador realiza um trabalho de lixeiro. Tem em mente aquilo que deseja encontrar, porém se depara diante de uma quantidade de fontes que precisam ser cuidadosamente selecionadas, e aí vão surgindo, em meio a esse lixão documental, fontes inesperadas de grande valor e que acabam redirecionando a pesquisa.

Durante meses seguidos me tornei garimpeiro e lixeiro, tinha em mente o que desejava e precisava encontrar para escrever essa dissertação; contudo, as idas constantes a Cartórios, Fórum, Casa da Cultura, Igreja, Diocese, me revelaram a existência de uma documentação, que cheguei a pensar que não existisse, em função de Araranguá ter sido elevada à categoria de cidade apenas em 1880, próximo do fim da escravidão, como havia mencionado.

O encontro com essas fontes me permitiu tentar equacionar alguns desses questionamentos. Assim produzi um trabalho dividido em três capítulos. Cada um deles procura oferecer respostas que permitam compreender a escravidão e sua inserção na estrutura política e econômica da Freguesia do Araranguá, no século XIX.

O primeiro capítulo do trabalho trata de uma análise sobre o discurso historiográfico produzido na Freguesia do Araranguá, a partir da primeira metade do

século XX, que narra a ocupação destas terras. Neste capítulo, foram analisadas diversas obras que possuem algo em comum, pelo fato de terem sido escritas por descendentes de alemães e italianos e por religiosos católicos, e outros autores que não fazem parte do clero, mas também são descendentes.

Neste capítulo utilizo como referencial teórico Eni Puccinelli Orlandi além de Michel Foucault e outros. Com Eni Orlandi foi possível perceber como determinados discursos foram sendo construídos repletos de silêncio. Silêncios que se perpetuam, ocultando sujeitos (em nosso caso, os negros escravos) que historicamente estiveram presentes na Freguesia, mas que foram sendo excluídos pela produção de um discurso branco e preconceituoso, como se esses sujeitos jamais tivessem existido.

Além do enfoque sobre o silêncio presente nas obras, a análise busca compreender a relação existente entre os diversos discursos, ou seja, processo de reconfiguração que caracteriza o interdiscurso. Principalmente a partir da obra de padre Raulino Reitz, de 1948, que se tornou o discurso fundador para a Freguesia do Araranguá, quando, posteriormente, outras obras foram sendo produzidas, utilizando-a como referência. Utilizando dados antigos, acrescentando novos, dando uma nova fisionomia aos acontecimentos. Mas, de qualquer forma, reproduzindo um discurso excludente.

No segundo capítulo, o trabalho passa a apresentar os resultados obtidos em cima da pesquisa empírica sobre a escravidão na Freguesia. Através da documentação encontrada: inventários post-mortem, cartas de alforrias, registros de batismos e casamentos de escravos, foi possível dar visibilidade aos sujeitos que, por motivos vários, ficaram de fora dos registros literários. Esse material utilizado forneceu dados que permitiram a elaboração de um raio-X sobre a Freguesia do Araranguá, no século XIX.

Este capítulo traz em seu corpo uma análise sobre a estrutura econômica, as atividades produtivas desenvolvidas na Freguesia, apresentando o tipo de trabalhador

escravo que se fazia presente. Verifica-se o crescimento populacional dando-se enfoque ao aumento da população de cativos. Também ocorre uma discussão acerca da família escrava. Através dos batismos e casamentos de escravos abre-se a perspectiva de enxergar os escravos não apenas como números, mas ir além, percebendo como os cativos conseguiam uma certa organização em sua estrutura familiar.

Nesse contexto da formação da família escrava, ainda discutimos as possíveis formas de habitações dos escravos. Casamento, batismo e alforria são temas que merecem bastante atenção e, para entender o seu funcionamento, recorreremos aos padrões encontrados na Bahia e Curitiba a partir do século XVIII e XIX. Para analisar esses aspectos, a base de sustentação teórica recaiu sobre Robert Slenes, Sheila de Castro Faria e Stuart Schwartz e outros.

No terceiro e último capítulo, busquei os sujeitos esquecidos no passado e os tornei presentes, através de processos de arbitramento. Processos que determinavam o valor que o escravo deveria pagar a seu senhor a fim de se tornar livre. Utilizou-se também testamento e ação de libelo cível como fontes que permitissem enxergar de que maneira ocorriam as relações entre senhores e escravos, as disputas ocorridas, a resistência escrava diante do cativo, as estratégias utilizadas pelos escravos para alcançarem seus objetivos.

Este capítulo trata da dinâmica do cativo, da escravidão como um todo. Aqui é possível perceber o quanto era significativo o trabalho escravo para a Freguesia a partir da segunda metade do século XIX. Sidney Chalhoub, Joseli Mendonça, Robert Slenes e outros, serviram de suporte teórico para dialogar com as fontes de que dispúnhamos, e assim construir esse capítulo

Assim sendo, a produção desse trabalho visa a responder algumas interrogações históricas sobre a ocupação das terras no século XVIII e XIX, os discursos historiográficos produzidos a partir da década de 1940, a invisibilidade e visibilidade

negra e as lutas travadas por escravos contra seus senhores, ligadas à Freguesia do Araranguá.

*Capítulo I*  
**DISCURSO BRANCO, AUSÊNCIA NEGRA**

A Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá, assim designada a partir de 1848, pertencera à área mais distante ao Sul do município de Laguna, quando fora elevada a essa condição. Até a criação da Freguesia do Araranguá<sup>04</sup>, a área compreendida servia como ponto de passagem entre a Província de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A ocupação da Freguesia ainda no século XVIII e XIX estivera ligada à expansão da população de Laguna para o Sul, população que passara a desenvolver uma agricultura voltada para a subsistência e exportação através da produção de farinha de mandioca. O comércio de gado, estimulado pela mineração no Sudeste brasileiro, também atraiu e deslocou populações para as Províncias Meridionais do Brasil. Portugueses, açorianos, vicentistas, que, de acordo com o discurso historiográfico tradicional foram os primeiros a chegar a essas terras, mas que além destes e junto a estes, acompanharam negros e índios. Gente de todos os lugares em busca de meios para sobreviver e de riqueza. Era uma nova frente que se abria.

---

<sup>04</sup>Em virtude de se tratar de uma designação oficial muito extensa, à qual iremos por diversas vezes recorrer, passaremos então a utilizar apenas o termo Freguesia do Araranguá.

Toda esta movimentação, a partir do século XVIII, resultou numa gradual fixação de populações, dando início à estruturação sócio-econômico-espacial da Freguesia do Araranguá. Estruturação essa, que segundo o discurso historiográfico produzido na Freguesia, a partir de 1940, vem limitando o seu entendimento.

Discursos que, produzidos no século passado, se pautaram mais pela observação do momento e por depoimentos, e muito pouco por documentos cartoriais que serviriam para oferecer dados mais consistentes sobre os tipos de propriedades, a base econômica, a composição populacional, entre outros. Enfim, dados que dariam maior consistência ao discurso, clareando os acontecimentos do século XIX. Pouco se construiu de um saber específico sobre a Freguesia do Araranguá a partir do século XVIII.

Com a vinda de imigrantes italianos, a partir de 1880, para a Freguesia do Araranguá, inicia-se um outro momento na ocupação dessas terras. Os imigrantes buscaram terras mais para o oeste em direção à Serra Geral, pois o litoral já havia sido povoado por moradores vindos a partir de Laguna. O aumento significativo da população da Freguesia e o incremento econômico rapidamente são percebidos.

O discurso historiográfico sobre a ocupação da Freguesia do Araranguá ganhou força com aquilo que se escreveu sobre os imigrantes italianos. Diríamos que a chegada do imigrante realçou estas terras, tornando-as bem mais visíveis. Assim sendo, os muitos e variados acontecimentos ligados aos primeiros ocupantes da Freguesia no século XVIII e XIX, além de não terem sido registrados, parecem ter diminuído sua importância diante da imigração européia.

Esse é o ponto de partida para nossa discussão neste capítulo. O referencial teórico-metodológico a ser utilizado vincula-se à análise do discurso. Nosso objetivo primeiramente é fazer uma releitura das obras que foram escritas na Freguesia do Araranguá, observando quem as escreve, que acontecimentos e pessoas são mencionadas. Nessas obras são necessárias análises das referências bibliográficas, isto é, quando elas existem, pois temos observado uma repetição constante de textos, de

informações em diversos livros que, além de não informarem de onde surgiram tais dados, não contribuem com novas discussões. A cada nova obra que surge percebe-se uma repetição desses dados sem que haja aí uma (nova) problemática em discussão. Todavia essas obras conseguem fazer jogo duplo com suas informações, pois ao mesmo tempo em que ocultam e silenciam fatos e sujeitos, permitem nas entrelinhas perceber suas existências.

A maior parte dos livros escritos têm em seus idealizadores descendentes de italianos e alemães que enaltecem seus feitos (em detrimento da história de negros, mulheres, pobres), além de autores, na maioria das vezes letrados, do clero católico, oriundos de outros locais. Ao residirem por muitos anos em certas comunidades, e entrando em contato com a população local, com pessoas de idade mais avançada, lhes permitiu conseguir informações que possibilitem a redação de escritos contendo a história local. Evidente que tais obras possuem, sem sombra de dúvida, um grande valor para a história, porém, em muitas vezes elas são tomadas como fontes de um saber absoluto, inquestionável. É o discurso oficial produzido dentro da tradição dos vencedores.

Sabe-se que as mesmas deixam dúvidas sobre certos acontecimentos, pois inexistem pesquisas sobre outras fontes para serem cruzadas com aquelas já obtidas. Como exemplo poderíamos citar o fato de que muitos padres que escrevem sobre história local têm acesso direto aos Livros Tombos, rico em informações, (mas que deixam a desejar quanto à interpretação feita sobre essas fontes).

## 1 - Padre Raulino Reitz: o primeiro discurso

Possivelmente um dos primeiros livros produzidos na Freguesia do Araranguá de que se tem conhecimento, é a obra do padre Raulino Reitz, intitulada “*Paróquia de Sombrio: ensaio de uma monografia paroquial 1938 a 1948*”. Esta obra torna-se uma construção discursiva sobre a organização espacial e histórica do município de Sombrio, que anteriormente pertencera a Araranguá.

Padre Raulino Reitz irá inaugurar aquilo que se denominou de discurso fundador, ou seja, o discurso que funcionará como referência no imaginário da Freguesia do Araranguá<sup>05</sup>, dando-se desta feita o mito de fundação da região. Durante aproximadamente meio século, esse foi o único discurso que servia como fonte de informação à população da antiga Freguesia do Araranguá. Esse discurso ganhou força e legitimou-se em meio à população. Por se tratar de uma obra produzida por um padre, alguém com *status* superior dentro da comunidade, o discurso produzido, ganhou legitimidade perante o público. É o discurso proferido por alguém que representa a sabedoria e a verdade, é a autoridade naquele momento e local <sup>06</sup>.

Ao buscarmos informações contidas nessa obra, como também em outras, necessitamos de um referencial teórico de suporte que nos permita compreender mais claramente o processo de elaboração e transmissão das informações. A análise do discurso pode caminhar ao encontro de uma investigação da produção de sentidos: através da perspectiva da presença do silêncio.

Segundo Eni Puccinelli Orlandi, entendendo “a materialidade simbólica específica do silêncio, podemos alargar a compreensão da nossa relação com as

---

<sup>05</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. org. Discurso Fundador: a formação do país e a construção de identidade nacional. Campinas, SP. Pontes. 1993. p.07

<sup>06</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução Luís Filipe Baeta Neves. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 57 a 60

palavras. Esse laço, assim compreendido, nos indica que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus “conteúdos”, mas falar com elas”<sup>07</sup>.

Falando com as palavras tiramo-las do silêncio que existe em torno do seu real significado e podemos pensar várias significações acerca de sua presença no contexto. Pela forma como aparece, representa muito pouco diante do que está colocado, e certamente passará despercebido aos olhares menos atentos e desinteressados de quem as lê. É assim que percebemos quando ocorre a descrição da composição étnica dos moradores da localidade de Peroba, pertencente ao município de Sombrio, na década de 1940:

“...Peroba é atualmente um povoado de umas 10 casas de madeira construídas de ambos os lados da estrada (...) A população do perímetro da capela é quase totalmente lusa, com exceção de 10 famílias ítalas e umas 30 de morenos de boa índole. Estes habitam nas Perdidas e Rua do Fogo (Peroba).”<sup>08</sup>

O caráter da obra é estritamente religioso e a elaboração dos dados contidos visam a interesses da igreja católica. Todavia, o fato de que o conteúdo esteja ligado à organização das capelas e atividades eclesiais diversas pertencentes ao município de Sombrio, percebe-se sem que seu objetivo maior seja esse, a composição daquela população.

Precisamos apenas de uma frase curta do tipo: “... umas 30 famílias de morenos de boa índole...”, para que se abram possibilidades de pensarmos a presença negra na região. Que através do termo “morenos” nos remete aos negros, ao sistema escravista, à ocupação do território, às formas de sobrevivências, às resistências, as migrações e à miscigenação. Os sentidos expressos “morenos de boa índole”, nos levam a outros questionamentos. Primeiro, remete-nos a uma análise ao período do sistema escravista, onde o negro aparece como sendo de índole duvidosa, até mesmo perigoso. Segundo, o autor reafirma um suposto caráter de periculosidade da raça negra, pois faz menção à

<sup>07</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos*. 2ª ed. Editora da Unicamp. Campinas SP. 1993

<sup>08</sup> REITZ, Raulino. *Paróquia do Sombrio progresso religioso e social: ensaio de uma monografia paroquial 1938-1948*. Imprimatur. Florianópolis. 1947. p.62`

índole dos mesmos, quando não o faz em relação às famílias lusas e italianas. Nos parece que, para o padre Reitz, ter um comportamento bom, seria algo incomum àqueles que possuem descendência negra. O memorialista Bernardino de Senna Campos quando chegou em Araranguá, em 1894, ao constatar a presença de uma banda musical formada por pessoas negras faz menção também à índole dos mesmos, dizendo tratar-se de uma família boa e de consideração. É provável que a idéia que se construiu sobre o negro durante o período da escravidão e pós-libertação é de um ser de índole perigosa.

Para aprofundar o entendimento que aí está posto, é preciso que se busque compreender a relação entre o que está dito e não dito<sup>09</sup>. Assim o que aparece no dizer da citação acima, permite entender o que não se quis dizer. Padre Reitz classifica os negros como "morenos", enquanto as demais famílias são designadas de acordo com sua etnia: lusos, ítalos. O termo "moreno" não designa, de maneira alguma, a etnia de um povo, e sim a cor, o que salienta o caráter preconceituoso e racial.

Ainda, de acordo com a ordem de classificação das famílias, os "morenos" vêm por último, o importante são as famílias brancas: lusas e ítalas. Percebe-se que os "morenos" habitavam provavelmente áreas distantes da capela, nas "Perdidas" e "Rua do Fogo". Enquanto as famílias brancas moravam próximas ao perímetro da capela.

Assim, essa análise nos possibilita afirmar que "há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido. Há silêncio nas palavras"<sup>10</sup>.

O livro "Paróquia do Sombrio" retrata o progresso religioso e social dando significativa contribuição com dados pormenorizados sobre a terra, o povo e as realizações religioso-sociais. É um livro que, ao apresentar uma diversidade muito grande de assuntos, incorre no risco de tratar alguns acontecimentos com extrema superficialidade.

---

<sup>09</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p. 31

<sup>10</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit., p.11.

Quando se refere ao povoamento de Sombrio, um único acontecimento aparece como sendo o mais legítimo da ocupação. Trata-se da compra da sesmaria Rodrigues por Manoel Rodrigues e Luciano Rodrigues isso na primeira metade do século XIX. Deixa clara a impressão de que esse foi o único acontecimento durante todo o século XIX em Sombrio. Já neste período da ocupação, outros documentos comprovam a presença de outras pessoas nesta área, como pode ser constatado no inventário de Balthazar Antônio Nepomuceno, no ano de 1857. Este era proprietário de terras no lugar denominado Invernada/Sombrio, possuidor de engenhos de farinha de mandioca, de cana-de-açúcar e atafona<sup>11</sup>, além de possuir um plantel de nove escravos, de alto valor econômico<sup>12</sup>.

O desconhecimento de outras fontes como aquelas encontradas nos cartórios, não permitia oferecer maior clareza sobre o povoamento na referida área e muito menos se dispor a discutir a presença de escravos negros. Ao tentar dar continuidade, explicando a origem da população, padre Reitz afirma que a sesmaria dos Rodrigues,

“...como outras sesmarias, foram em breve, divididas e subdivididas por venda, ou por herança. Em Sombrio, como no resto do Estado de Santa Catarina, iniciou-se logo o regime da pequena propriedade, que fomentou o trabalho livre com todas as conhecidas vantagens. Não conheceu Sombrio o senhor de engenho, abastado e poderoso, rodeado da turba de sesmeiros instalados em torno de si, e com senzalas repletas de escravos, como se via em São Paulo”<sup>13</sup>.

Ao que parece, o distanciamento entre o tempo dos acontecimentos, a falta de uma investigação mais apurada sobre o assunto, e a criação de um imaginário coletivo acerca da propriedade colonial brasileira, que se caracterizava pela presença da casa grande do engenho e da senzala, no Sudeste e Nordeste do Brasil, permitiram ao autor afirmar que, pelas divisões das sesmarias, isto tenha atenuado o poder do sistema escravista nesta área. O fato de um senhor possuir duzentos escravos e outro possuir cinco, não desqualifica o sistema e muito menos ameniza seus rigores.

<sup>11</sup> Engenho utilizado para moer milho e trigo.

<sup>12</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem de Balthazar Antônio Nepomuceno ano de 1857. cx nº 01.

<sup>13</sup> REITZ, Raulino. Op. Cit., p.8 e 9.

Saint-Hilaire, ao percorrer o Brasil por antigas áreas de ocupação, com presença predominante de população escrava, afirmara, quando de sua passagem por Santa Catarina, que a quantidade de escravos era pouco expressiva. Em Desterro no ano de 1820, Saint-Hilaire relatava que ali, os negros eram raros<sup>14</sup>. Esse discurso reforçava a insignificância negra em Desterro, como nas demais áreas do litoral de Santa Catarina. Também Reitz ao constatar a presença de poucos remanescentes da escravidão, afirmava que no passado em Sombrio o número de escravos havia sido reduzido.

A comunidade de Peroba, já mencionada, torna-se um bom exemplo que comprova essa desconexão entre presente e passado. A presença de trinta famílias de morenos em área ocupada por descendentes lusos deveria gerar alguns questionamentos. Seria mera casualidade a existência dessas famílias naquela comunidade? De que maneira se deu a formação do grupo? Teriam seus antepassados servido como escravos dos senhores das terras de Sombrio ou, em função da proximidade e intensa circulação de tropeiros pela Serra Geral teriam eles vindo das terras altas do planalto gaúcho e catarinense?

Assim, interrogando aquilo que se apresenta no discurso produzido, é que vemos a “materialidade da língua como lugar da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos”<sup>15</sup>.

Para poucos moradores brancos da Freguesia, os negros e seus descendentes foram percebidos. Onde trabalhavam, como se vestiam, o que comiam, suas habitações, seu modo de vida, enfim, suas existências foram percebidas. Essa constatação, muitas vezes, foi possível quando famílias negras após o fim da escravidão permaneceram trabalhando a terra como diaristas junto às famílias brancas.

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro 1828-1887*. São Paulo. 1990. Dissertação ( Mestrado em História ) Pontifícia Universidade de São Paulo. p.104 a 107.

<sup>15</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit. P.21

Segundo dona Alessandra Mandelli, 94 anos, nascida em Criciúma no início do século XX, vindo a residir ainda pequena, com sua família, num local denominado inicialmente de “Quebrajá”, atualmente Vila Progresso, próximo a Timbé do Sul, informa que os negros já viviam naquela região antes da chegada dos italianos. Lembra o quanto eram os negros trabalhadores, não havia serviço que eles não fizessem, e os trabalhos eram pesados, dependiam de braços fortes. Ela se recorda que a jornada de trabalho era longa, começava muito cedo bem antes do sol nascer até o anoitecer e que os negros começavam junto com os brancos, ainda na madrugada<sup>16</sup>.

Em 1866 os dados apresentados acerca da população da Freguesia do Araranguá nos dão uma visão mais detalhada de seus habitantes. A população constituía-se de 3.376 homens livres e 907 escravos, distribuídos em 614 casas<sup>17</sup>. Podemos inferir através desses dados que havia em média um escravo para cada quatro habitantes livres, e é claro que entre a população livre poderia haver ainda uma quantidade de negros libertos. A questão numérica é utilizada para legitimar a exclusão, comparando com o Brasil de *Casa-Grande e Senzala*. Mas ela não deveria justificar, pois esse valor demonstra que um quarto (1/4) da população era escrava. Então a questão é de ordem política e não demográfica.

Se pensarmos a escravidão no Sul de Santa Catarina nos moldes de outras regiões brasileiras, como se conheceu através de imagens produzidas no século XVIII e XIX, certamente nos será frustrante. Falar da existência de escravos, torturas, disputas entre escravos e senhores, são informações que geram desconfianças em boa parte da população. Desconfiança fruto de uma historiografia local que gerou a invisibilidade negra na Freguesia do Araranguá.

---

<sup>16</sup> MANDELLI, Alessandra. Entrevista concedida ao autor. Timbé do Sul, 08 de março de 2001.

<sup>17</sup> FARIAS, Vilson F. Dos Açores ao Brasil Meridional uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura/ Açores e litoral catarinense. Florianópolis. Ed. do autor, 1998. p. 274

Segundo, se observa, através da documentação encontrada sobre a região, que as famílias, que no passado residiam na Freguesia do Araranguá, eram de origem lusa em sua maioria e muitas delas contavam com o trabalho de escravos negros, principalmente para o trabalho da terra: desmatando área inóspita a ser ocupada e posteriormente trabalhando a terra para o cultivo da mandioca e cana-de-açúcar. Na área litorânea do Sul catarinense a plantação de mandioca e a produção de farinha possuíam e ainda possuem grande destaque na economia regional.

Possuir escravos, mesmo que em quantidades inferiores aos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, significava um status de superioridade econômica em relação àqueles que não os possuíam. Possuir um ou mais escravos também significava a possibilidade de desenvolvimento mais rápido das atividades agrícolas e, ao que parece, era o que realmente acontecia. “O escravo significaria dinheiro certo em transação de compra e venda enquanto a terra, dificilmente, poderia reverter-se em dinheiro rapidamente”<sup>18</sup>.

Por outro lado, dependendo das circunstâncias um escravo poderia tornar-se um capital extremamente depreciativo, podendo gerar prejuízos a seus donos. Isso poderia ocorrer quando da partilha de bens os herdeiros menores recebessem como parte da herança “bens semoventes”: animais cavалares, vacuns e escravos. Nos inventários post-mortem os escravos eram classificados, para efeito de partilha como animais semoventes. Apesar de possuírem um alto valor no mercado, os escravos eram classificados como animais.

Como o tempo útil de trabalho de um escravo era no máximo vinte anos, um escravo que tivesse dezoito anos no momento da partilha e fosse entregue a um herdeiro de apenas quatro anos de idade, quando este alcançasse a maioridade seu escravo estaria com mais de trinta anos e seu valor já estaria bem abaixo daquele quando da partilha,

---

<sup>18</sup> Para saber mais sobre a conversão do escravo em dinheiro e a falta de capital para investimentos no século 19 ver: MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo. Siciliano 1995.

gerando prejuízo ao herdeiro. Neste caso o que poderia ocorrer era a substituição de um bem por outro: trocavam-se escravos por terras. Uma outra possibilidade era a venda dos escravos, sendo o dinheiro obtido pela venda depositado em nome de um tutor, responsável por administrar os bens do herdeiro menor.

O inventário da finada Joaquina Rosa de Jesus, moradora na localidade de Urussanga Velha/Araranguá, em 1860, deixa aos seus herdeiros: propriedades, casas, engenhos e nove escravos. Seu marido João Ferreira Fernandes pede ao juiz dos órfãos para que seja feita a venda dos escravos Matheus 25 anos, Thomázia 20 e Luzia 10: para que sejam dadas as partes aos filhos menores, já que os escravos são bens perecíveis, dando assim grande prejuízo aos herdeiros menores<sup>19</sup>.

Apenas um escravo poderia valer muito mais que uma boa propriedade rural. No inventário realizado em 1870 de Selma Rosa de Faria<sup>20</sup>, moradora no Araranguá, a dita senhora possuía uma propriedade com noventa e nove braças de terras de frente ao rio Araranguá por mil e quatrocentas braças de fundo na Volta da Figueira no valor de 247 mil e 500 réis. Por outro lado Margarida cativa de dona Selma, com apenas 12 anos de idade estava avaliada em 550 mil réis. Esta não chega a ser uma grande propriedade e como a terra nesse momento é o principal meio de subsistência, percebe-se o quanto mais era valioso possuir escravos mesmo que fosse apenas um. Nesse caso o valor do escravo chega a ser 50% superior ao preço de uma propriedade. Ainda podemos concluir que se Margarida tivesse 18 anos em 1870, teria o dobro do valor. Com apenas um escravo seria possível comprar uma boa propriedade. Em alguns inventários o valor total dos bens de um proprietário (terras, engenhos, casas etc.) era inferior ao valor da soma dos escravos<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post mortem de Joaquina R. de Jesus. 1860 cx. n° 01

<sup>20</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post mortem de Selma Rosa de Faria. 1870 cx. n° 02

<sup>21</sup> No inventário de Eufrázia Maria da Rocha em 1880, os bens móveis e imóveis somaram 1 conto e 700 mil réis, enquanto apenas 03 escravos somaram 2 contos e 200 mil réis.

Deixemos a análise dos inventários para retomarmos num outro momento, e voltemos nossa atenção à análise da obra de Pe. Raulino Reitz que durante algumas décadas representou um discurso único, com uma unidade construída a partir de suas observações e deduções. Segundo Pêcheux, exatamente “a forma unitária é o meio essencial da divisão e da contradição”<sup>22</sup>.

Na tessitura do discurso apresentado, percebe-se que os sujeitos e os sentidos apresentados fazem parte de um corpo que se quer único e homogêneo, onde as similitudes são muito mais significativas. Também os fatos apresentam-se com “clareza” e “lógica” interpretativa. As diferenças, de menor expressividade e de significação reduzida, aparecem silenciosas, pequenas imperfeições do discurso que aparecem sem destaque, mas podem mostrar que “o silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre “o um e o múltiplo”, “o mesmo e o diferente...”<sup>23</sup>. Assim o negro e os fatos que se relacionam a eles, quando aparecem, são tratados como pequenas imperfeições do discurso.

Caminhando nessa direção, procurando desconstruir os discursos apresentados, mostrando na presença do silêncio o sentido da contradição, observa-se a existência da contradição quando Pe.Reitz conclui o capítulo III de seu livro, intitulado *Evolução Social e Religiosa*.

...num processo lento, foi sendo habitada a extensa faixa de terra ocupada pelos distritos de Sombrio, Passo do Sertão, Praia Grande, e parte de Jacinto Machado, pertencentes ao município de Araranguá. Num pouco mais de cem anos o imenso ermo, pisado apenas pelo autóctone, ficou transformado em promissora parcela de nossa Pátria (...) Currealinhos é o berço da civilização da paróquia de Sombrio. Pelo ano de 1820 Manoel Rodrigues, em sociedade com Luciano Rodrigues da Silva,(...) compraram a sesmaria Rodrigues, que ia desde Arroio Grande até o Mampituba (...) No ano de 1860 já temos moradores em Timbopeba. Em todo o sul do Município de Araranguá foi a pioneira do comércio com a Serra<sup>24</sup>.

A Freguesia do Araranguá, durante o século XIX, não apresentava um vazio populacional. A população era diminuta mas não era uma região habitada apenas por

<sup>22</sup> PÊCHEUX. Apud: ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit. P.18

<sup>23</sup> ORLANDI. Op. Cit., p.16

<sup>24</sup> REITZ, Raulino. Op. Cit., p.10-11.

índios. Ao mesmo tempo em que afirma a não existência de população, nos possibilita perceber a contradição do discurso, ao citar a ocupação de Curralinhos e o comércio que era realizado entre Timbopeba e a Serra.

O primeiro grande evento que possibilita o deslocamento de pessoas para o interior da Freguesia do Araranguá foi a criação do Caminho dos Conventos, em 1727, por Souza Faria, ligando Araranguá ao Planalto de Lages<sup>25</sup>, passando pelo atual município de Jacinto Machado, permitiu a movimentação de tropeiros conduzindo gado do litoral para a região serrana e a conseqüente interiorização e fixação de pessoas na área em direção à Serra Geral. Em todo o trajeto correspondente ao caminho da Serra existem comprovações da presença e fixação de moradores.

De acordo com Manuel Ferreira, com 93 anos em 1986, nascido na Serra da Pedra, Jacinto Machado, lembra a época em que era tudo mato e que o “Coronel João Fernandes abriu as picadas todas, ele tinha morado aqui na Pedra, no tempo dos velhos. Tinha terreno e tudo mais”<sup>26</sup>.

A informação de Manuel Ferreira permite o entendimento de que o interior do município estava sendo ocupado já que o coronel João Fernandes havia feito as “picadas” e possuía terras, na localidade de Pedra.

Possuir terras não significava residir nas mesmas e nem tão pouco que estas seriam trabalhadas. Porém, ao possuir “terrenos e tudo mais”, temos a clara idéia que não havia somente as terras apenas como posse legal, mas que estas terras estavam sendo trabalhadas, que havia casa de vivenda do coronel, engenhos, gados e escravos; coisa não incomum nessa região, ainda mais para um homem que sabidamente era muito rico.

---

<sup>25</sup> SANTOS, Lucila Maria S.et. al. *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. EST. Porto Alegre 1995. p.47

<sup>26</sup> DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Op. Cit. p.513

Quando o Coronel João Fernandes construiu sua casa em Araranguá a mesma era designada o “palacete” do coronel. Isto comprova tamanha riqueza. O coronel João Fernandes pode ser considerado um dos maiores políticos que a Freguesia do Araranguá já conheceu, foi deputado estadual por duas legislaturas, eleito em 1918 e reeleito em 1921. Ocupou por sete vezes a chefia do Executivo Municipal de Araranguá, entre os anos de 1894 a 1927. Vindo a falecer em 1929.

A ocupação das localidades denominadas Currealinhos em 1823 e Timbopeba em 1860, nos dá condições de compreender que esta área tinha uma importância economicamente estratégica, pois ligava o litoral Sul de Santa Catarina com os planaltos gaúcho e catarinense, sendo ponto de constante movimentação de pessoas e mercadorias.

“É impossível imaginarmos desde quando existe esta ligação entre a serra e mar, sabe-se que no início do ano de 1800 já havia transações comerciais inclusive vendas de escravos, entre catarinenses e paulistas (...) por volta de 1823 iniciava por aqui (Praia Grande) a compra de gado para charque através da serra do cavalinho, onde já havia trilhas de índios, passagem de animais silvestres e mesmo de tropeiros”<sup>27</sup>.

Retornamos à análise da obra do Pe. Raulino Reitz discutindo a maneira como é apresentado o tipo de moradia dos primeiros habitantes que ocuparam a área do litoral Sul de Santa Catarina. Ao narrar a catequização indígena por missionários jesuítas no início do século XVII, descreve a chegada dos mesmos “acompanhados por alguns índios, que, ao desembarcarem, dirigiram-se a uma habitação e esta não passava de um rancho de madeira guarnecido de palha”, prossegue dizendo que ainda em nossos dias vêm-se à beira-mar ranchos de pescadores deste material e acho que tem muito de parecido com aqueles dos antigos habitantes de Sombrio<sup>28</sup>.

A tentativa de se buscar explicações à origem das habitações de pescadores viventes à beira-mar, relacionando-as com as formas de habitação dos indígenas,

---

<sup>27</sup> RONSANI, Gilberto. Praia Grande: cidade dos canyons – 180 anos de história. Ed. do autor. Praia Grande. 1999.

<sup>28</sup> REITZ, Raulino. Op. Cit., p.17.

existente em séculos anteriores nessa região, cai, ao nosso ver, no jogo perigoso do reducionismo explicativo de certos eventos. Como também, procura dar sentido a qualquer preço, para algo de que realmente não se conhece com propriedade.

Afirma Orlandi que, “o homem está ‘condenado’ a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção a ‘interpretação’: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja)”<sup>29</sup>. O entendimento do discurso produzido na obra de Pe. Reitz desvenda nas entrelinhas o que o silêncio produz de significação histórica, permitindo “pensar o silêncio não como falta, mas ao contrário, pensar a linguagem (que tudo explica) como excesso”<sup>30</sup>.

Em aproximadamente 133 inventários post-mortem analisados, de moradores da Freguesia do Araranguá no século XIX, constatamos que essas construções eram em maioria absoluta, feitas de madeira coberta com palha e não assoalhada. É possível relacionarmos essas habitações a um legado indígena mas cremos não ser essa a única explicação para a origem. O senhor Artidoro Machado, 70 anos,<sup>31</sup> nos relatou que a morada em que sua mãe vivia na localidade de Figueira município de Timbé do sul, início do século XX, era um rancho de palha, com chão batido, camas feitas com paus e matos e com um número pequeno de utensílios domésticos. Segundo ele, este era o tipo de habitação na época em que ainda era menino.

Outra possibilidade que se faz pertinente a essa análise é pensarmos a não existência de núcleos urbanos nessa região até o início do século XX, com exceção de Laguna e Tubarão, onde as construções já apresentavam outras características ou seja, já eram feitas de alvenaria, assoalhadas, com vidraças e telhas de barro. O fato de não haver núcleo urbano limitava a existência de produtos como tijolos, telhas, madeiras

---

<sup>29</sup> ORLANDI. Op. Cit., p.31-2.

<sup>30</sup> Idem p.33

<sup>31</sup> Dados obtidos a partir de conversa informal com o senhor Artidoro Machado, negro, morador em Araranguá, ex-morador da favela “Buraco Quente”, vindo da encosta da Serra Geral próximo a Timbé do Sul. Disse-me que muitos negros daquela região vieram de cima da serra, RS. Inclusive sua mãe que era negra.

beneficiadas para assoalhos...enfim, tornava-se difícil a compra de tais produtos que teriam de vir de áreas distantes, devido à carência de transporte. Desta maneira vamos percebendo que a existência de habitações feitas de palha no século XIX não seria apenas uma herança cultural indígena mas vincula-se a inexistência de um mercado consumidor que permitisse, por exemplo, a existência de olarias e serrarias e de que esse tipo de construção fora comum durante séculos no Brasil.

A ocupação das terras da Freguesia do Araranguá até 1860 ainda possuía um caráter bastante móvel, ou seja, famílias que mesmo contando com terras suficientes para permanecerem juntas acabam por se desintegrar quando dos casamentos dos filhos mais velhos, migrando sempre mais ao sul, como se observa nos inventários post-mortem. No inventário do casal Simão Fernandes Lima e Ana Rosa de Jesus aberto em 1870, moradores na localidade de Mampituba – Freguesia do Araranguá – de seus 08 filhos alguns residiam no mesmo local dos pais e outros em São Leopoldo e Santo Antônio da Patrulha<sup>32</sup>.

Assim a colonização expandia-se num ir e vir ao continente fronteiriço, ocupando as encostas de montes e os vales húmidos (leia-se aqui vales dos rios: Tubarão, Urussanga, Araranguá, Mampituba), a cobrirem-se de pomares e hortas<sup>33</sup>. Segundo Hermann Becker quando chegou em Araranguá em 1896:

“Araranguá, naquela época era bem pouco habitada. Aqui ou lá, deparava-se um velho rancho abandonado. A terra já tinha sido cultivada, e agora estava coberta pela vegetação. Anteriormente, deveriam ter existido proprietários, que se serviam de trabalho escravo...”<sup>34</sup>.

Tem-se a impressão que a Freguesia Araranguá tenha sido, durante as décadas de 40 e 50 do século XIX, uma área de desenvolvimento econômico transitório, ou seja, dependendo dos resultados obtidos a fixação seria permanente ou não. Muitos

<sup>32</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariado: Simão Fernandes de Lima e Ana Rosa de Jesus. Inventariante: João Floriano Cardoso. 1870. cx. nº 01.

<sup>33</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis. Insular, 2000. p. 72.

<sup>34</sup> HERMANN, Becker. Apud: HOBOLD, Paulo. A história de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca/Est. p.120 a 130.

migravam em direção ao Rio Grande do Sul, enquanto que outros vinham daquele Estado para Araranguá. É muito provável que as construções edificadas com material simples ocorressem em função da pobreza e transitoriedade da ocupação das terras na Freguesia.

Somente a partir da segunda metade do século XIX, a ocupação do Sul catarinense torna-se mais efetiva. A partir da década de 1860 com a Guerra do Paraguai, Santa Catarina aumenta a produção e exportação de farinha de mandioca para Uruguai e Argentina<sup>35</sup>, permitindo desta feita um aumento no poder econômico das famílias da Freguesia e conseqüentemente uma menor transitoriedade na fixação.

Com a criação do município de Araranguá em 1880, os habitantes dessa área passaram a contar com o poder do Estado mais próximo a si, não necessitando mais se dirigirem a Laguna ou Tubarão, o que era sempre difícil de ser feito.

Em conseqüência ocorre uma mudança no mercado consumidor local, necessitando agora, cada vez mais, de bens que até então não eram produzidos, a exemplo de telhas, tijolos e madeiras beneficiadas, que darão uma outra característica às novas construções, como também nos fará perceber o caráter menos itinerante das famílias, levando a uma fixação mais estável.

É o que se percebe através do inventário da esposa de Camilo Carlos de Miranda, em 1860, morador na localidade de Barra Velha/Araranguá, que alocou junto ao senhor Patrício Marques Linhares, morador em Desterro, um escravo de nome Antônio por um prazo de cinco anos para trabalhar como telheiro e fazedor de tijolos<sup>36</sup>.

De acordo com os registros do diário de Bernardino de Senna Campos, no qual descreve a cidade, ocorre um notável crescimento nas duas primeiras décadas do século XX:

---

<sup>35</sup> HÜBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis. Editora da UFSC. 1981. p.81

<sup>36</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post mortem realizado pelo inventariante Camilo Carlos de Miranda 1860. Cx. nº 02.

“Araranguá em 1894... Possuía na época a localidade 28 casas, sendo 20 cobertas de telhas, e as demais eram feitas de palha e estuque. Aproximadamente duas décadas mais tarde as coisas haviam mudado bastante. Verificara-se na Vila um saliente estágio de desenvolvimento em construções de alvenaria. Embelezavam-na várias residências em boas condições de conforto, à altura da época...”<sup>37</sup>.

Depreende-se daí que as bases econômicas estavam sofrendo modificações, ampliando-se a produção de bens, que até então, e ainda posteriormente, tiveram como carro chefe da economia local a produção agrícola ligada à farinha de mandioca e cana-de-açúcar. A criação do município de Araranguá e a escolha do sítio urbano que se tornaria a sede do novo município, permitiu que moradores do interior da Freguesia do Araranguá se deslocassem para esse novo núcleo urbano, determinando o surgimento de uma rede de relações políticas, econômicas e sociais. Essas mudanças alteraram a fisionomia da região.

Durante todo o século XIX, a comunidade de “Ilhas”, próxima à foz do Rio Araranguá, constitui porta de entrada de pessoas e mercadorias e local primeiro da origem de Araranguá; todavia, com a criação do município em 1880, a nova sede será instalada quinze quilômetros rio acima e isto resultará no deslocamento de famílias, diminuindo significativamente a importância de entreposto comercial, como também o número de habitantes daquele local, que na atualidade não passa de uma pequena comunidade pesqueira.

A busca pela compreensão de tais acontecimentos torna-se possível quando se faz um grande exercício de análise e reflexão, se juntam as peças de um grande quebra-cabeça se tenta construir uma imagem mais próxima daquela que esteve presente num dado momento e espaço, sem a pretensão de querer uma história única e mais verdadeira que as demais apresentadas.

Dentro dessa perspectiva andamos seguindo os rastros deixados acerca da presença negra na Freguesia do Araranguá no século XIX e os remanescentes, buscando

---

<sup>37</sup> Bernardino de Senna Campos. Apud: HOBOLD, Paulo, op. cit., p. 09.

evidências com as obras produzidas localmente e documentos oficiais que mencionem a presença de escravos.

Em 1948, Pe. Raulino Reitz editaria o livro intitulado *“Paróquia de Sombrio”*, como mencionado anteriormente; esse foi o primeiro trabalho produzido na Região Sul Catarinense, o primeiro a lançar as bases de um discurso que narra a ocupação das terras dessa região. A obra do Pe. Raulino Reitz constrói e reforça a imagem de que as terras da Freguesia foram ocupadas por populações brancas e européias. É certo que, ao mesmo tempo em que Reitz contribui para que se compreenda a ocupação das terras sul catarinense, também gera a ocultação, a invisibilidade das populações negras que estiveram presentes junto a seus senhores desde os primeiros anos do século XIX.

Passou-se meio século até que se produzissem outras obras que mostrassem um pouco mais a história de antigas áreas pertencentes à Freguesia do Araranguá. Em algumas dessas obras vê-se como Reitz e seu discurso influenciaram outros escritores como Gilberto Ronsani o qual passaremos a discutir.

## 2 - Gilberto Ronsani: na trilha do discurso do padre Raulino Reitz

Em 1999, para comemorar os 500 anos do Brasil, foi editado o livro “Praia Grande Cidade dos Canyons: 180 Anos de História”, de autoria do fotógrafo Gilberto Ronsani, morador daquela cidade. Outros livros, uma década antes do lançamento do livro de Ronsani, foram publicados sobre Araranguá e outras localidades que compunham no passado a Freguesia do Araranguá<sup>38</sup>.

O livro de Gilberto Ronsani segue o estilo do de Pe. Reitz. Construindo um discurso, elaborando um saber acerca da evolução social, política, econômica e religiosa, além de aspectos culturais. É na verdade um trabalho que de certa forma pretende totalizante, capaz de oferecer uma visão panorâmica sobre Praia Grande. Sua busca por apresentar dados que preencham o vazio histórico da cidade dos canyons fez com que elaborasse uma lista com aproximadamente 1100 nomes de pessoas que nasceram ou morreram naquela terra entre os anos de 1796 a 1920.

No dizer de Gilberto Ronsani, a obra de Pe. Raulino Reitz: “muito me auxiliou e me inspirou (...) onde comparei dados, atualizei alguns, reprocurei os ainda não encontrados, tudo isso para que o leitor possa encontrar aqui, informações autênticas”<sup>39</sup>.

Sem uma nova base documental de fontes, possíveis de serem analisadas, que pudessem fornecer novos dados sobre a região Sul catarinense a partir do século XVII, Ronsani busca sustentação de seu discurso, reproduzindo dados da obra de Pe. Reitz. Boa parte do 1º capítulo “Histórico da evolução social e política” – é uma cópia quase que integral dos dados, adaptando a narrativa, ou seja, substituindo partes do original. Onde aparecem dados sobre Sombrio, menciona-os como se referissem a Praia

---

<sup>38</sup> Anterior a publicação do livro de Ronsani foram publicadas: *Memórias do Araranguá 1987, Histórias do Grande Araranguá 1997, A História de Araranguá 1994*.

<sup>39</sup> RONSANI, Gilberto. Op.Cit., p. 07

Grande. Os demais dados continuam universais. O próprio título do capítulo das duas obras é igual.

O modelo de discurso apresentado por Pe. Raulino Reitz mostra toda sua força como produção literária, pois meio século após sua publicação tem servido como exemplo a outros pesquisadores que pretendem aprofundar-se no entendimento da organização sócio-espacial do Sul de Santa Catarina, como também, a partir daqueles dados oferecidos, buscar novas informações comparando-as, permitindo melhor compreensão daquilo que possa ter ocorrido nessa região a partir do século XIX.

A construção do discurso apresentado por Ronsani perpassa o discurso do Pe. Reitz, evidenciando as relações do interdiscurso, “que consiste em um processo de reconfiguração incessante na qual uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos...”<sup>40</sup>.

Ronsani buscará dados na obra de Reitz e os tomará como seus, como também agrupará e redefinirá outros. Trará para a composição de seu discurso elementos novos que, associados aos já pré-construídos na obra sobre o Sombrio de Reitz, permitiram a reconfiguração de um discurso, instituído meio século antes. Nessa nova reconfiguração ocorrerá “eventualmente o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos”<sup>41</sup>.

Quando Ronsani diz que pretende trazer informações “autênticas” sobre a história de Praia Grande, é provável que ele esteja se referindo a dados que até então não estavam contidos em nenhuma obra literária, e que agora em virtude dos “500 anos de Brasil”, sentiu-se a necessidade de escrevê-los e publicá-los.

Como alguém que se interessa pela história local/regional, Ronsani deve ter lido algumas obras de Dall’Alba<sup>42</sup> e se interessado mais profundamente pela história de Praia

---

<sup>40</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução Freda Indursky, Campinas, SP: Pontes editora da Unicamp, 1993.p.113

<sup>41</sup> Idem p. 113

<sup>42</sup> As obras de Dall’Alba lidas por Ronsani: Memórias do Araranguá e Histórias do Grande Araranguá.

Grande, em especial – *Histórias do Grande Araranguá* – publicada em 1997, uma obra que consta de 150 entrevistas realizadas por Dall’Alba com moradores dos municípios que compunham a Freguesia do Araranguá inclusive com quatro moradores de Praia Grande.

Adentramos nessa discussão por perceber que Ronsani deseja escrever uma história que mais lhe agrade, de gosto particular. Oferece seu gosto e estilo literário como se fosse o da maioria, privilegiando acontecimentos universais e desprezando certas especificidades locais. Chega a afirmar que sua obra possui um duplo caráter, fugindo da sistemática tradicional das obras desta natureza, onde eliminou as transcrições de entrevistas diretas, por serem, segundo o autor, obras conservadoras e repetitivas. Procura atrair o leitor com a beleza das ilustrações e por inúmeras curiosidades.

A nosso ver a postura tomada por Ronsani reproduz um discurso instituído cinco décadas atrás por Pe. Reitz e, ao mesmo tempo, recria outro. Demonstra sua intenção de tornar-se porta-voz de seu discurso acerca da produção de uma história oficial para cidade de Praia Grande.

O momento em que Ronsani lança seu livro já demonstra o comprometimento de seu trabalho. Publica uma obra para comemorar os 500 anos da “descoberta” do Brasil, isso demonstra o quanto daquilo que escrevera esteja vinculado a uma história tradicional, conservadora.

Sobre essa questão Foucault diz que “à medida que o presente se modifica: assim, as descrições se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam de romper com elas próprias”<sup>43</sup>. Reitz e Dall’Alba, possuindo formação religiosa e descendência européia, assim como Ronsani, servem um ao outro com seus escritos de suporte teórico para a construção e

---

<sup>43</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit. P.05

perpetuação de um discurso branco que legitima a ocupação das terras da Freguesia por uma população branca.

Essa construção discursiva continua perpetuando um discurso homogêneo, único. É capaz de gerar uma opacidade sobre os fatos, uma névoa que não desaparece. Como o trabalho elaborado por Gilberto Ronsani está ligado à história de uma população branca, de origem portuguesa, gaúcha, paulista, indígena etc., a maior parte dos fatos liga-se a essas populações, esporadicamente menciona-se algo sobre populações negras, e quando isso ocorre, ainda o é de forma breve.

Parece inexistir interesse por uma pesquisa mais rigorosa sobre essas populações. Entretanto ao referir-se, voluntariamente ou não, aos negros, nos permite enxergar por entre o nevoeiro e ver quão heterogêneos e contraditórios são os fatos apresentados, destruindo o caráter de discurso coerente.

A citação que apresentaremos a seguir nos é familiar, faz parte do livro do Pe. Reitz; contudo iremos torná-la presente novamente no texto. Ao fazer a releitura da mesma, encontraremos a resposta.

“...como outras sesmarias, foram em breve, divididas e subdivididas por venda, ou por herança. Em Praia Grande, como no resto do Estado de Santa Catarina, iniciou-se logo o regime da pequena propriedade, que fomentou o trabalho livre com todas as conhecidas vantagens. Mas não conheceu Praia Grande o senhor de engenho, abastado e poderoso, rodeado da turba de sesmeiros instalados em torno de si, e com senzalas repletas de escravos, como se via em São Paulo”<sup>44</sup>.

Se a leitura foi feita de forma despreocupada, talvez não se tenha percebido corretamente seu conteúdo e intencionalidade, se olharmos a nota de rodapé pensaremos que houve um erro na referência bibliográfica, ou talvez ainda, que a citação tanto vale para o Sombrio quanto Praia Grande e outras áreas. Ou seja, é como uma fórmula que se pode encaixar em determinadas situações. Existe por parte do autor concordância com essa informação e incapacidade de refletir mais profundamente sobre o assunto, já que o próprio Ronsani faz menção à presença de negros em Praia Grande no século XIX.

---

<sup>44</sup> RONSANI, Gilberto.Op.Cit., p. 09

O discurso apresentado há algumas décadas por Pe. Raulino Reitz, na obra sobre o Sombrio, mostra seu poder de convencimento e adesão daqueles que compartilham a idéia da não existência de negros no Sul de Santa Catarina. Isso leva a perpetuar um erro de análise histórica em função de não ter ocorrido ainda um aprofundamento na pesquisa ligada à invisibilidade negra na área em discussão.

Quando Ronsani, na apresentação de seu livro, afirma que foi obrigado a reformar conceitos tidos como exatos até aquele momento, que interpretou modos científicos para chegar ao desejado, acreditamos que o mesmo estivesse convicto da veracidade da citação acima mencionada, e que nesse caso não precisou ou não conseguiu por falta de uma análise mais profunda reformar nem interpretar tal conceito. Aí, o discurso reproduziu um conceito tido como exato, inquestionável.

Por outro lado, é importante perceber que a constante reprodução desse discurso dificulta o entendimento da organização sócio-espacial da Freguesia do Araranguá, como também gera uma visão constantemente distorcida, porém, vista como a mais real.

Praia Grande é uma cidade distante poucos quilômetros do mar, mas possui um rio, o Mampituba, que passa pela cidade. No século XIX, o Mampituba foi o principal condutor das populações para o interior. O núcleo urbano desenvolveu-se às suas margens. As paragens do Mampituba foram ocupadas por famílias que criavam gado, praticavam agricultura de subsistência além de comércio com a Serra Gaúcha<sup>45</sup>. Este local era um antigo ponto de passagem que ligava Santa Catarina ao Rio Grande do Sul.

De acordo com as informações contidas em documentos cartoriais e no livro de Gilberto Ronsani, a presença da população de Praia Grande é tipicamente de origem lusa e açoriana, com forte influência da população gaúcha.

Seguindo o modelo de construção do discurso instituído por padre Raulino Reitz, Ronsani narra a história de sua cidade detalhando o surgimento de cada

---

<sup>45</sup> Essa constatação é possível após análise de inventários post-mortem do século XIX da Freguesia do Araranguá, onde se vê a presença de famílias nas paragens do Mampituba.

localidade, chegando a apresentar uma relação dos nomes de antigos moradores de cada uma delas.

Ao descrever as diversas comunidades, uma em especial chama nossa atenção. Estamos nos referindo à comunidade de Pedra Branca. Tanto as observações de Reitz sobre o Sombrio, quanto de Ronsani sobre Praia Grande, os levam à construção de um discurso que reforça a idéia da ocupação das terras sul catarinenses exclusivamente por populações brancas: lusos, açorianos, paulistas, gaúchos, italianos, alemães etc.

Pedra Branca merece especial atenção pois, segundo o autor, esse local (era) um antigo refúgio de escravos<sup>46</sup> e que a falta de registros sobre o local deveu-se à necessidade dos escravos foragidos manterem-se bem escondidos. Afirma ainda que o primeiro morador Pedro de Souza Fagundes nasceu em 1824, falecendo ali em 1916.

Em apenas dois momentos Ronsani faz menção aos negros: a primeira é quando usa a citação de Reitz sobre o Sombrio, afirmando que Praia Grande não conheceu grandes senhores e escravos, e a segunda quando diz ter existido um refúgio de escravos em Pedra Branca.

Ao que parece, Ronsani afirma a existência de negros para depois negar a importância. Mesmo com essas informações Ronsani em nenhum momento discute a presença de negros no passado, ou se ocorre a presença de remanescentes negros na atualidade. E assim torna-se pertinente dentro da análise do discurso entender “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”<sup>47</sup>

Ronsani usando a citação do Pe. Reitz sobre a ausência de grandes senhores sesmeiros com quantidade expressiva de escravos, no Sombrio e Praia Grande, traz em seu discurso a contradição dos sentidos<sup>48</sup>. Se Pedra Branca serviu de refúgio para escravos fugitivos é possível então que o número de escravo fosse bem maior que o

---

<sup>46</sup> RONSANI, Gilberto. Op. Cit., p. 43

<sup>47</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p. 32

<sup>48</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit., p. 106

imaginado por Ronsani e Reitz. Além disso, devemos pensar acerca do que seriam grandes ou pequenas propriedades no Sul de Santa Catarina no século XIX, existência ou não de senzalas. A inexistência de senzalas não significa também a inexistência de escravos e tão pouco que os proprietários rurais, que necessitavam em muito da mão-de-obra escrava, não os possuíssem em quantidade condizente com o tamanho de suas propriedades.

Ao nosso ver a não existência de grandes senzalas como se viu em outras áreas do país tenha permitido a Reitz e Ronsani afirmarem que o número de escravos tenha sido reduzido ou inexistido.

Se a presença de escravos estiver associada apenas a esse tipo de construção, podemos afirmar então que na Freguesia do Araranguá do século XIX inexistiram senhores com escravos, isto por que, em aproximadamente 133 inventário analisados, não se encontra em nenhum deles menção a algum tipo de habitação para os escravos. Entretanto, os mesmos inventários tornam visíveis os escravos em Araranguá e muitas vezes em quantidades comparáveis ao Sudeste brasileiro.

Fica cada vez mais evidente que essa era a prática comum dos proprietários de escravos do Araranguá, ou talvez, até mesmo de Santa Catarina. Dadas as dificuldades de caráter econômico, edificar senzalas seria praticamente impossível, principalmente as do tipo senzala-pavilhão<sup>49</sup>, devido aos custos que tais construções acarretariam aos donos de escravos, quando até mesmo suas moradas eram muito precárias. Ronsani compartilha com Reitz a idéia de que para haver presença de escravos deveria ocorrer a presença de senzalas. Se esse fosse o raciocínio correto, então devemos questionar sobre o tipo de habitação que se encontraria em um quilombo, como o de Pedra Branca, citado por Ronsani, certamente não se encontraria senzala e nem por isso deixariam os negros

---

<sup>49</sup> Slenes apresenta em seu livro três tipos de senzalas que existiram no Brasil, entre elas a senzala-pavilhão, prédio grande, relativamente bem construído, com teto de telha. Com um alto custo para sua edificação. SLENES, Robert W. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1999. p. 152-168

de existir naquele local. Essa afirmação, esse tipo de discurso confundem e mesmo não permitem maior clareza sobre a estruturação da escravidão na Freguesia, e reduzem a escravidão a fatos esporádicos ou mera curiosidade.

### 3 - Padre João Dall'Alba: a força do discurso

Quem em nossa vasta área do Sul catarinense e até mesmo em outras áreas de nosso Estado já não ouviu falar em João Leonir Dall'Alba. Seus trabalhos têm contribuído em muito para o avanço das pesquisas históricas em Santa Catarina. Por onde passa deixa o rastro de sua presença através dos trabalhos que publica: *'Laguna antes de 1880'*, *"Colonos e Mineiros no Grande Orleans"*, *"Memórias do Araranguá"*; entre outros. Enfim, muitas obras por ele foram escritas, organizadas e publicadas. Algumas sendo precursoras em suas cidades, estimulando posteriormente outros a analisarem seus escritos, e ampliarem as pesquisas.

Em 1987, Araranguá teria seu primeiro livro editado de autoria do Pe. João Dall'Alba. *"Memórias do Araranguá"*<sup>50</sup> foi o nome dado ao livro. Tornou-se a principal e única referência de leitura para se conhecer Araranguá até 1994, quando ocorreu o lançamento de outro livro, agora de autoria do Padre Paulo Hobold<sup>51</sup>.

Temos no livro *"Memórias do Araranguá"* aquilo que poderíamos chamar de: a refundação do discurso, agora para a cidade de Araranguá, e não mais para a Freguesia como fizera Reitz. Transforma os acontecimentos do núcleo urbano de Araranguá, como se fossem de toda a Freguesia. A partir da publicação deste livro os moradores mais antigos da cidade passaram a identificar-se com as imagens e com o que nele está escrito. Aos mais novos surgem pela primeira vez informações que serão absorvidas e os farão sentir-se ligados a uma cidade que possui um passado, uma história, agora mais visível e assimilável.

O livro foi escrito a partir de informações contidas em alguns diários pessoais de Bernardino de Senna Campos, telegrafista, nascido em Desterro em 1873 e que para

---

<sup>50</sup> DALL'ALBA, João Leonir. *Memórias do Araranguá*. Florianópolis: Lunardelli. 1987.

<sup>51</sup> Padre Paulo Hobold exerceu a atividade eclesial em Araranguá dos anos 50 ao final dos anos 70 do século XX, mesmo após não exercer mais as atividades eclesiais, continuou vivendo na cidade até sua morte nos anos 90.

Araranguá veio no ano de 1894, a fim de reinstalar o telégrafo que anteriormente havia sido desativado.

Aqui importa ressaltarmos a riqueza de imagens que constam na obra, pois o livro possui um total de 176 páginas com 169 fotografias. As imagens mostram as muitas viagens feitas por Senna Campos a Desterro, imagens de Laguna, Tubarão, Criciúma e, muitas sobre Araranguá. Senna Campos era dado a fotografar e registrar os principais acontecimentos da cidade e de sua família.

*Memórias do Araranguá* é uma obra que fala muito e talvez mais pelas imagens e imprime um tom maior de veracidade sobre os episódios ocorridos na cidade. O que nele consta de escrito, a partir dos registros pessoais de Senna Campos, evoca um passado centrado em observações do autor, apresentando-se os fatos observados por ele como únicos, e comprova-os com as imagens presentes no livro.

Araranguá marca o início de seus registros a partir da abertura do Caminho dos Conventos<sup>52</sup> em 1728 por Souza Farias e posteriormente com a chegada de Bernardino de Senna Campos à cidade, em 1894. Serão estes dois acontecimentos que irão apresentar Araranguá para o cenário nacional e regional.

Entretanto, entre estes dois fatos existe uma grande lacuna histórica de aproximadamente quase dois séculos que os separam. Será nesse espaço de tempo – 1728/1894 – que diversas famílias vindas a partir de Laguna irão aventurar-se mais ao Sul em busca de terras ainda desabitadas, alguns na tentativa pura e simples de lutar pela sobrevivência familiar, outros almejando o enriquecimento através da terra, produzindo com pequenas engenhocas de farinha de mandioca, cana-de-açúcar, alambiques e criação de gado.

A publicação do livro *Memórias do Araranguá* em 1987, trará pela primeira vez a imagem de um passado ainda muito pouco conhecido. Os registros e imagens nele

---

<sup>52</sup> Caminho aberto que ligava o litoral nas proximidades do Morro dos Conventos a Lages, por onde era levado o gado para São Paulo e Minas Gerais.

contidos transformar-se-ão nos mais “legítimos e autênticos” testemunhos da história de Araranguá para a população da cidade, estendidos também à Freguesia.

Nosso objetivo aqui nesse trabalho é discutir a refundação do discurso sobre a história de Araranguá a partir de uma visão mono-focal, centrada nas observações de Bernardino de Senna Campos.

Através de um relato privado, Dall’Alba irá transformá-lo em verdade de uma sociedade, ocorrendo por meio desses relatos a refundação do discurso instituído por Reitz, em 1948, e também, a refundação do mito de fundação, não mais para a Freguesia, mas para a cidade de Araranguá.

Para os descendentes de algumas famílias que moravam em Araranguá em fins do século XIX, e formavam o grupo de moradores mais importante da cidade, existe a plena convicção de que os registros de Senna Campos retratam com total clareza a história de Araranguá e da Freguesia. São imagens de um passado local estendido a toda uma região.

Seus registros são tomados como detentores plenos da memória da cidade. Muitas famílias encontraram no passado de Araranguá a resposta para justificar seu domínio econômico e político. Foram seus antepassados que fundaram a cidade, que construíram estradas, que a representaram politicamente na capital do Estado. Aí repousa com total segurança a origem desse poder. Sendo assim, Foucault diria que: “a história é para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa”<sup>53</sup>.

Senna Campos tornou-se os olhos e as lentes que observaram e registraram inúmeros episódios ligados a Araranguá: do crescimento da pequena vila surgida em 1880, à instalação do telégrafo e da estrada de ferro Dona Teresa Cristina no final dos anos 20 do século XX. Quando nos referimos a uma visão mono focal de Senna Campos

---

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p.08

sobre os acontecimentos, significa dizer que sua observação se dava a partir do local e época onde o mesmo residia. Sua morada fora edificada onde hoje se localiza o atual sítio urbano de Araranguá, uma pequena vila que antes de 1880 era completamente inexistente.

A pequena e incipiente vila sede do município de Araranguá em 1880, com algumas dezenas de casas e moradores, era uma pequena ilha urbana cercada por uma vastidão de terras esparsamente habitadas que correspondiam a 5 mil Km<sup>2</sup>.

A Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá, a partir de 1880, passou a denominar-se apenas Araranguá com sua elevação a categoria de município. Araranguá possuía uma extensão latitudinal de aproximadamente 120 Km, entre o limite Norte no rio Urussanga até o limite Sul no rio Mampituba na divisa com o Rio Grande do Sul, com cerca de 50 Km de extensão de leste a oeste entre o litoral e as encostas da Serra Geral.

Nesta imensidão de terras, os moradores que nelas habitavam espalhando-se por todos os confins seguramente não foram percebidos, ou o mais provável, não foram registrados por Senna Campos. A análise sobre outras fontes nos proporciona enxergar muito além daquilo que os olhos de Bernardino S. Campos enxergaram. A presença de moradores se fazia presente desde os limites do município, tanto para o Norte quanto para o Sul.

Os vales férteis dos rios e lagoas eram os principais locais onde se estabeleceram diversas famílias, muitas delas com escravos, fato que Senna Campos jamais registrou. Talvez a explicação resida em dois fatos, primeiro que a escravidão havia sido extinta quando de sua fixação em Araranguá, segundo, que tendo Senna Campos nascido em Desterro no período final da escravidão e vivendo em meio a uma população negra mais visível por ser uma população urbana, é possível que, ao perceber famílias negras libertas em Araranguá, isso não lhe causasse nenhuma admiração e motivo de registro. A exceção em um de seus relatos aconteceu quando:

“Na primeira noite em Araranguá pernoitei na casa do Capitão Pedro Fernandes, e o sargento e os praças na casa da estação, com o guarda Valadares. Às sete horas da noite, mais ou menos, estávamos todos na casa da estação conversando, quando fomos surpreendidos por toque duma banda de música, na porta de casa. Causou-nos grande surpresa, não obstante já saber que ali tinha uma banda de música, duma distinta família de cor (...) Família muito boa e de consideração”<sup>54</sup>.

Percebemos pela citação que a causa de tamanha surpresa em Senna Campos era o fato de existir em Araranguá uma banda musical e não por serem os membros da banda de origem negra. Vale ressaltar os adjetivos usados para qualificar a família de cor, o que supõe a maneira como eram vistas as populações negras. Também devemos ressaltar que o registro só ocorreu em função da banda musical se encontrar exatamente na pequena vila de Araranguá.

E o registro das populações negras que residiam nas áreas mais rurais e dispersas pela Freguesia do Araranguá? Podemos encontrar a resposta através dos inventários, cartas de alforrias, processos de arbitramentos de escravos, registros de batismos, aluguel de escravos.

Esse tipo de relato feito por Senna Campos, essa maneira romântica de olhar os lugares por ele ainda desconhecidos, revela semelhança com os relatos feitos pelos naturalistas que percorreram o Brasil. É um olhar que por ser de fora, se caracteriza por um olhar de estranhamento.

Entre os rios Urussanga, Araranguá e Mampituba existem inúmeras lagoas próximas à foz destes, interligando-os. São exatamente nas proximidades das lagoas e foz dos rios que várias famílias se fixaram. Os rios e lagoas serviram como meio de locomoção, subsistência, demarcação de limites e interiorização da região. Inúmeras propriedades possuíam seus limites tendo o mar ou os rios e lagoas como principal meio demarcatório. É o caso de João Pereira dos Santos que, em 1867, morador no lugar denominado Urussanga Velha do Araranguá, teve seus bens inventariados por Clementina Rosa de Jesus após seu falecimento. No inventário do finado João Pereira

---

<sup>54</sup> DALL'ALBA, João Leonir. Op. Cit. p.43

dos Santos<sup>55</sup> foram arrolados diversos bens dentre eles: quatro escravos e duas propriedades sendo uma com 500 braças de frente, fazendo frente ao rio Urussanga e fundos com uma lagoa. Aqui rios e lagoas aparecem como referencial demarcatório.

Entre os rios Urussanga e Araranguá encontramos cinco lagoas: lagoa da Urussanga Velha, lagoa dos Freitas, lagoa do Rincão, lagoa do Faxinal e lagoa dos Esteves. Entre o rio Araranguá e o Mampituba encontramos quatro lagoas: lagoa dos Bichos, lagoa da Serra, lagoa do Caverá e lagoa do Sombrio a maior de Santa Catarina. Este vasto complexo lagunar possui conexão entre si através de pequenos canais de água denominados sangradouros, permitindo os deslocamentos de pessoas e mercadorias através delas.

Os documentos inventariados confirmam a presença de população livre e escrava por toda essa extensão e seguindo o curso de outros rios como: o Itopava, Manoel Alves, dos Porcos, Mãe Luzia, levando várias famílias para o interior da Freguesia do Araranguá. Esta constatação pode certamente ter sido feita pelo memorialista Senna Campos, mas não colocada em seus diários.

Entender que as informações que mencionamos não fossem do interesse do memorialista é perfeitamente compreensível, pois não faziam parte do seu cotidiano e interesses particulares. Porém não pode tratar as informações contidas no livro *Memórias do Araranguá* como as únicas capazes de remontar o passado de Araranguá.

A vida de Senna Campos desenvolveu-se em meio aos mais influentes moradores da pequena cidade, fazendo ele parte de um grupo de pessoas que formavam a elite local. Sua função de telegrafista o colocava como cidadão de respeito e elevada importância para Araranguá.

O discurso produzido pelo Padre João Dall ‘Alba sobre Araranguá, a partir das memórias de Senna Campos, gerou um efeito de convencimento e assimilação

---

<sup>55</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post mortem de João Pereira dos Santos. Ano de 1867. cx N° 02

poderosíssimos. Constata-se entre os moradores da cidade tal efeito, pois para os mesmos a história do Araranguá está centrada apenas nos acontecimentos da pequena vila, que foram vivenciados e registrados por Senna Campos a partir de 1894.

A visibilidade de alguns sujeitos, no livro *Memórias do Araranguá*, impossibilita aos leitores menos informados perceber a ocorrência da invisibilidade de outros diversos sujeitos, em específico, as populações negras. Isto se dá devido à publicação dos dados contidos nos diários de Senna Campos sobre a história do Araranguá, apresentando aquilo que chamamos de história mono-focal.

Os acontecimentos vividos e que foram registrados dizem respeito a uma pequena parcela de cidadãos distintos e brancos no fim do século XIX. Cabe ressaltar que o Araranguá não era apenas aquele pequeno núcleo urbano onde Senna Campos passara a residir a partir de 1894.

A tentativa de desconstruir esse discurso é uma tarefa árdua mas necessária. Dizemos tratar-se de uma tarefa árdua por vários motivos. Até a publicação de *Memórias do Araranguá*, não tínhamos informações suficientes que pudessem formar um quadro de acontecimentos sobre o Araranguá. As imagens que se construíram por serem as primeiras estão sobremaneira valorizadas, dando o sentido de únicas. Sendo estas informações e imagens muito bem absorvidas pelos leitores, ocorre um estranhamento quando se apresentam novos dados até então desconhecidos, como o da presença de populações escravas, atividades econômicas desenvolvidas e os principais locais de fixação de populações na Freguesia do Araranguá.

Além disso as imagens ligadas ao passado de Araranguá anteriores a 1894 são inexistentes. Não existem obras publicadas no sul catarinense que tragam informações sobre Araranguá durante o período imperial. Portanto é desconhecido para a população atual o que teria ocorrido na Freguesia do Araranguá durante todo o período que antecede a chegada de Bernardino de Senna Campos, ou seja, todo o século XIX.

Os registros feitos por Senna Campos sobre Araranguá são, a nosso ver, comparáveis com o de August Saint-Hilaire quando de sua passagem pelas Províncias Meridionais do Brasil. Saint-Hilaire, ao passar pela Província de Santa Catarina no início do século XIX percorrendo o litoral em direção ao Rio Grande do Sul, irá mencionar a presença de choupanas próximas à foz do rio Araranguá<sup>56</sup>. Ao fazer menção, constata a presença de população neste local, e mesmo sendo pequena a quantidade de pessoas vivendo próximo à foz do rio, suas existências foram reveladas. Entretanto esses registros também mostram que as descrições por serem superficiais, podem induzir os leitores a pensarem que a presença de ranchos com populações só se fez presente junto à foz do rio Araranguá, reforçando a idéia de vazio no interior da Freguesia Araranguá.

Saint-Hilaire, ao descrever sua passagem pelo rio Urussanga pouco antes de chegar ao rio Araranguá, registrou que viu alguns casebres mais para o interior, provavelmente no lugar denominado Urussanga Velha do Araranguá e que, ao tentar se aproximar, o carro que o transportava atolou em meio a grandes montes de areia tendo que retornar sem contatar com aqueles moradores.

É possível que, se o naturalista tivesse adentrado essa região, teria encontrado mais moradores estabelecidos, vendo assim que pessoas habitavam as terras da Freguesia e as atividades por elas desenvolvidas.

Essa situação tanto vale para o viajante francês quanto para o memorialista desterrense. A superficialidade dos registros ocorre em função da ótica de observação de cada observador. O que interessaria a Saint-Hilaire talvez não fosse do interesse de Senna Campos, de Rugendas ou de J. B. Debret.

Não estamos afirmando que Senna Campos tenha, durante as décadas em que residira em Araranguá até sua morte, feito registros superficiais sobre Araranguá, mas

---

<sup>56</sup> SAINT-HILAIRE, August.de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*; trad. Regina Regis Junqueira, B.H. Ed. Itatiaia; S.P. EDUSP. 1978. P.206 a 208

sim dizer que suas anotações privilegiaram informações sobre o crescimento da cidade, sobre eventos importantes como as festas do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora Mãe dos Homens, a chegada da estrada de ferro, o casario da cidade que começava a ser edificado, a chegada dos vapores pelo rio Araranguá, etc. Enfim uma gama de acontecimentos que de certa forma lhe interessavam.

No outro extremo e sem registros, estão os acontecimentos ligados a moradores que não residiam no mesmo núcleo urbano que Senna Campos. Moradores que habitavam a grande periferia da Freguesia, em áreas distantes e rurais. São pessoas que poderemos perceber e acontecimentos (re)construir utilizando documentos oficiais. Essas documentações nos possibilitam buscar compreender, ainda que parcialmente, como se comportava aquela sociedade. Especialmente a área rural da Freguesia do Araranguá a que nos referimos, onde as imagens do passado não foram cristalizadas, e onde muitas delas que serão reconstruídas como contraponto àquelas imagens que retrataram apenas e muitas vezes o aspecto positivo dos fatos.

A história que iremos apresentar foi retirada dos autos do processo-crime do ano de 1854, envolvendo o suplicante Felipe José de Souza Leão e o suplicado Manoel Vieira da Rocha e seu filho José da Rocha Vieira, lavradores e moradores nas paragens do rio Araranguá.

“Diz Filipe José de Souza Leão em seu depoimento que fora agredido até a morte conseguindo se salvar com ajuda de um escravo pertencente aos agressores, e que indo queixar-se ao Inspetor de Quarteirão o mesmo nenhuma providência tomou”<sup>57</sup>.

Não nos interessa aqui tratarmos das motivações que levaram a ocorrer agressões ao queixoso Filipe José de Souza Leão. Este é mais um caso entre tantos que ocorrera na Freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá. Nosso interesse neste depoimento está em poder observar a dinâmica de sobrevivência na

---

<sup>57</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Autos do processo crime. Suplicante Filipe José de Souza Leão. Suplicados Manoel Vieira da Rocha e José da Rocha Vieira. 1854.caixa nº01

Freguesia em questão, percebendo sujeitos historicamente esquecidos e de como se estruturavam suas vidas.

No depoimento do queixoso, transparece com grande destaque a quase total ausência do poder policial institucionalizado. Apesar de contar a Freguesia com um Inspetor de Quarteirão, segundo o depoimento da vítima, o mesmo nada fez para que a justiça fosse cumprida. Permitia, outrossim, que tais marginais circulassem pelas ruas do Distrito zombando das autoridades e ameaçando outros moradores.

Os detalhes do fato descrito mostram aparentemente as intrigas que eram possíveis e passíveis de ocorrerem por diversos motivos, entre os mais comuns estavam discussões sobre limites entre as propriedades, destruição de roças por animais, roubo de gado, dívidas por empréstimos, etc. É preciso considerar também que a Freguesia havia sido recentemente criada, datando de 1848<sup>58</sup>, contando naquele momento com apenas seis anos desde sua instalação. Sendo assim, havia uma total ausência do aparato estatal naquele local, até por que as freguesias eram divisões administrativas muitas vezes de caráter mais eclesiástico que estatal<sup>59</sup>.

A tamanha vastidão das terras (cinco mil quilômetros quadrados) contribuía e sobremaneira estimulava tais práticas criminosas, pois a ausência do aparato militar possibilitava aos criminosos fugirem em direção à Serra Geral indo para o Rio Grande do Sul e até mesmo permanecerem no mesmo local escondidos e ainda ameaçando pessoas, ridicularizando autoridades, como no caso exposto.

Ao expormos este ocorrido estamos tentando mostrar acontecimentos que passaram despercebidos aos olhos do memorialista Senna Campos. Vários acontecimentos contemporâneos semelhantes ao descrito anteriormente também ficaram à mercê apenas dos registros cartoriais. E é certamente nesta grande parcela de

---

<sup>58</sup> HOBOLD, Paulo. Op. Cit., p. 58 a 61

<sup>59</sup> Idem. p.57

documentos inventariados que encontraremos uma história repleta de movimentos, de sujeitos interessantes ou não. De pretos e brancos ausentes dos registros memoriais, de carreteiros e suas carretas atoladas em imensas dunas de areia transportando farinha de mandioca até Laguna e Garopaba. Tropeiros descendo a Serra Geral conduzindo a boiada para o litoral. Farroupilhas e federalistas cruzando essas terras de norte a sul, travando infindáveis batalhas. Enfim de histórias que compunham o cotidiano da Freguesia do Araranguá no século XIX, um rico e vasto cotidiano a ser descortinado.

Filipe José de Souza Leão seria um personagem do cotidiano do Araranguá que passaria despercebido se não fosse o ocorrido que o envolveu num processo criminal em 1854. Cruzando algumas informações podemos detectar que o referido Filipe José de Souza Leão havia, na década de 1830, participado da Revolução Farroupilha ao lado dos revolucionários; como coronel comandou ataques na tomada de Laguna.

Curiosamente a descoberta desse homem primeiramente deu-se através do processo-crime em que o mesmo fora agredido, em 1854. Somente mais tarde, descobrimos que Filipe José de Souza Leão não fazia parte do grupo de sujeitos anônimos da história.

Analisando as obras: *Paróquia de Sombrio* do Pe. Raulino Reitz, *Praia Grande: cidade dos canyons* do fotógrafo Gilberto Ronsani e *Memórias do Araranguá* do telegrafista memorialista Bernardino de Senna Campos, podemos identificar que, entre as obras do Pe. Reitz e Ronsani, ocorre a existência daquilo que Eni P. Orlandi denominou de “as relações de sentidos”.

“Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Orlandi, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP. Pontes. 2002. p.39

A relação de sentidos se faz presente na obra de Ronsani sobre Praia Grande, quando o autor utiliza, como ponto inicial para a construção de seu discurso, a narrativa Pe. Raulino Reitz sobre o Sombrio. Recorrendo inclusive, na íntegra, à reprodução de partes do discurso do Pe. Reitz. Essa relação de sentidos também se fará presente entre as obras *“Memórias do Araranguá”*, 1987, do Pe. João Dall’Alba e *“A História de Araranguá”*, 1994, do Pe. Paulo Hobold.

Pelo fato de terem sido produzidas por padres de Igreja Católica, essas obras possuem em comum a legitimidade do discurso produzido por pessoas com grandes saberes, capazes de formar opinião e convencimento entre a população. Suas falas são produzidas e reproduzidas dentro de uma instituição milenar no mundo ocidental, representante de Deus na Terra e com grande sabedoria, portanto, inquestionável.

De acordo com Eni Orlandi, “nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentada no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação.”A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno”<sup>61</sup>. O discurso que estes membros da igreja produziram estão repletos de poder, pois se lembrarmos bem do poder que o clero possuía e ainda possui em certas comunidades, veremos que os mesmos foram ou ainda são as maiores autoridades dentro de suas cidades. Desta feita continuam a reproduzir um discurso branco e excludente que oculta as populações negras da antiga Freguesia do Araranguá.

---

<sup>61</sup> Idem p.40

#### 4 - As minas de carvão revelando os remanescentes da escravidão

Em 06 de janeiro de 1880, Criciúma era fundada. Um pequeno núcleo de colonização italiana distante cerca 40 quilômetros de Araranguá (sede da Freguesia). Dentre todas as cidades que compuseram a Freguesia do Araranguá, foi a que mais rapidamente se tornou o maior pólo de desenvolvimento econômico do Sul de Santa Catarina.

Em 1980, para comemorar toda prosperidade alcançada após 100 anos de fundação, uma grande festa foi planejada, envolvendo as etnias que contribuíram para a formação do povo cricumense: italianos, alemães, poloneses, negros e lusos. As festividades contaram com a participação de diversas autoridades estaduais e nacionais como o então Presidente da República João Batista Figueiredo, que em seu pronunciamento ao povo cricumense, reforçou o discurso da formação do núcleo original ter sido constituído por italianos, alemães e poloneses, e que a fusão dos colonizadores com a população local deu origem ao caldeamento de raças de que surgiu o tipo brasileiro característico da região.

A publicação em 1985, do livro *“Criciúma 1880 - 1890: A Semente Que Deu Bons Frutos”*, coordenado pela professora Otilia Arns, nascida em Forquilha, Criciúma, traz, em suas 260 páginas, a história dos grupos étnicos que iniciaram a formação de Criciúma.

Os cinco grupos étnicos são destacados buscando-se fatos significativos de cada etnia. Para discutir a presença italiana, alemã, polonesa e lusa a autora faz uma discussão inicial sobre as causas que propiciaram o deslocamento de emigrantes europeus para a América e para o Brasil. Os italianos foram os primeiros a terem sua história contada. São eles, segundo consta em alguns registros do século XIX, época da

imigração para o Brasil, os primeiros povoadores de um local em meio à mata que mais tarde seria Criciúma.

“... cento e trinta e nove pessoas... trinta famílias... acataram a ordem de fundar um núcleo colonial a vinte e cinco quilômetros de Urussanga em plena floresta. Acompanhados por soldados que conheciam a região, aqui vieram elas, pelo vale do Araranguá usando velhas picadas e abrindo novas, até encontrar o local conveniente a mais esse evento da civilização. Quando arream as bagagens junto a um velho barracão erguido e abandonado por alguns sertanistas, à margem de um riacho, estava fundado o núcleo colonial de Criciúma. Era o dia 06 de janeiro de 1880”<sup>62</sup>.

Para muitos moradores de Criciúma, há discordância quanto ao fato dos imigrantes italianos terem fundado a cidade. A contrariedade de tal acontecimento repousa em argumentos, que afirmam que antes da chegada dos imigrantes já habitavam aquelas terras descendentes lusos e seus escravos. Essa é uma possibilidade que deve ser considerada.

Otília Arns, ao escrever a história de Criciúma evidenciando a presença e importância de múltiplas etnias, não deixa de estar sobrevalorizando os feitos imigrantistas, anulando a possibilidade de um entendimento diferente ou divergente sobre a ocupação inicial das terras de Criciúma e redondezas. A autora é também descendente de imigrantes alemães que se fixaram no início do século XX em terras que pertenciam a Criciúma, no atual município de Forquilha. Além de possuir formação acadêmica, a autora reforça a importância do que escreve por ser irmã do Cardeal Paulo Evaristo Arns, célebre religioso de renome nacional e por serem filhos dos pioneiros alemães que ocuparam aquelas terras. Em Forquilha, terra da autora, a construção do discurso de ocupação daquele espaço comprova o enaltecimento das realizações germânicas em detrimento dos demais grupos étnicos, o que muito provavelmente deva ter ocorrido em Criciúma.

“A história da colonização de Forquilha registrada no ano de 1912, é sem dúvida uma tentativa de neutralizar ou inviabilizar os povos que ali viviam às margens do Rio Mãe Luzia ou nas periferias das planícies do Vale do Rio Araranguá. Nessa região, os caboclos, alguns negros, índios e italianos, se preocupavam mais em viver o cotidiano do que em buscar uma identidade

<sup>62</sup> ZANETTE, João. Apud: ARNS, Otília. *Criciúma 1880 – 1890: “A semente que deu bons frutos”*. Florianópolis. IOESC. 1985. p. 43.

cultural.(...) O Sr. Marcolino Cavaler conta que, quando chegaram na atual localidade do Pique do Cedro, havia caboclos e uma família de negros(...) O casal se chamava Júlio Bilica e Rosa. Ela era parteira na região”<sup>63</sup>.

Os inventários post-mortem da Freguesia do Araranguá evidenciam que as famílias de descendentes lusos se localizavam esparsamente por toda Freguesia, sendo o litoral a área mais ocupada, entre os rio Urussanga, Araranguá e Mampituba. Contudo, encontramos inventários que mostram a presença de famílias indo para o interior da Freguesia, seguindo o curso de rios, como o Rio dos Porcos, Rio Sangão, Manoel Alves, Mãe Luzia<sup>64</sup>.

A distância entre o litoral e a sede da atual cidade de Criciúma se aproxima dos 25 quilômetros, uma extensão pequena, já que muitos moradores do litoral possuíam propriedades com 3 léguas de extensão, ou seja, com cerca de 18 quilômetros. Não era difícil nem improvável que famílias estivessem ocupando terras nas proximidades do local onde Criciúma fora edificada. Porém, como já mencionamos, as habitações espalhadas esparsamente numa grande área, não tenham dado a conotação de ocupação que os imigrantes italianos deram quando de sua chegada, criando um núcleo inicial de colonização.

O registro da presença de um barracão erguido por sertanistas próximo a um riacho, demonstra a presença de população naquele local antes dos imigrantes italianos, e que essa construção, no meio da mata, talvez não fosse obra de sertanista e sim de moradores que utilizaram aquela área para alguma finalidade. Barracões eram utilizados como abrigo para engenhocas de cana-de-açúcar e farinha de mandioca. A nosso ver,

---

<sup>63</sup> MARIANA, Valdecir. *Desconstruindo mitos: os preconceitos étnicos durante a colonização de Forquilha – 1860-1950*. Criciúma, 2001. Monografia (Pós-graduação “Latu Sensu” em História) Universidade do Extremo Sul Catarinense. p. 16.

<sup>64</sup> No inventário de Jerônimo Fernandes Capela, no ano de 1878, se percebe que as propriedades estão todas direcionadas para o interior da Freguesia do Araranguá. Possuía três propriedades no Rio Itopava, duas no Rio Jundiá, duas no Rio Negro, uma no Rio Manoel Alves e três no Rio Araranguá, além de uma casa de comércio em Ilhas próximo a foz do Rio Araranguá. Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariado: Jerônimo Fernandes Capela. Curador: Pedro Luis Colaço. 1878. cx. n° 02.

difícilmente moradores do litoral construiriam barracões no interior da Freguesia do Araranguá, apenas como posto avançado.

É possível que a presença desse barracão se relacione a uma tentativa frustrada de ocupar as terras mais para o interior. Talvez o acesso até aquele local fosse um dos entraves à penetração e fixação no local. Observando o mapa da Bacia Hidrográfica do Araranguá, notamos que havia dificuldade para deslocamento, pois a presença de rios é pequena em direção a Criciúma e esses deslocamentos populacionais seguiam os cursos dos rios. Todavia, constatamos a presença de famílias junto ao Rio Sangão, principal via de acesso até o núcleo fundado pelos italianos, e desta feita, se pode pensar aquela habitação ligada a essas famílias. Em 1874, a família de Inocência Clara de Jesus possuía uma propriedade com 341 metros de frente ao Rio Sangão, com engenho, casa e quatro escravos<sup>65</sup>. É possível que essa não fosse a única família residindo às margens daquele rio.

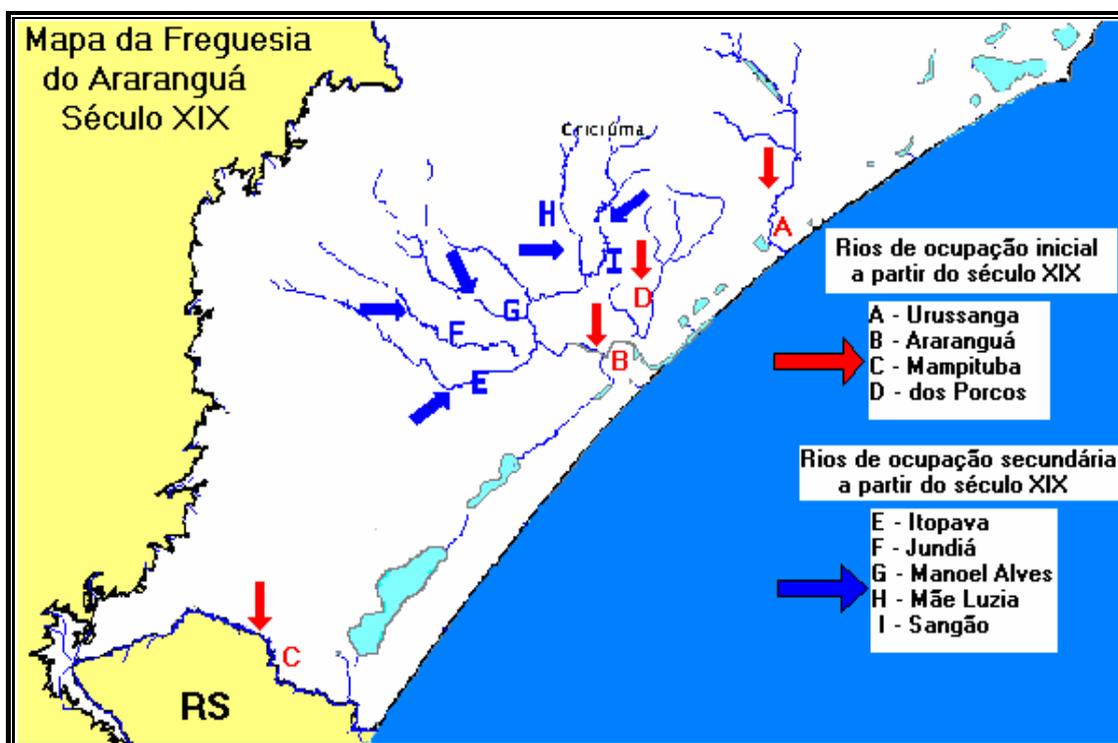


Figura 1 - Mapa da ocupação da Freguesia do Araranguá no século XIX

<sup>65</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário Post-mortem. Inventariante: José Inácio do Nascimento. Inventariada: Inocência Clara de Jesus. 1874. Inv. nº 38. cx. nº 02

A história dos italianos fundadores de Criciúma, citada na obra de Otília Arns, procura mostrar inúmeros acontecimentos e peculiaridades de suas vidas. O contato com os emissários brasileiros na Itália, a viagem, a chegada ao Brasil, a aquisição dos lotes de terras, os perigos da mata e dos índios, a produção de gêneros agrícolas e pecuários, o progresso material das famílias e do núcleo urbano. Essas informações são acompanhadas de grande quantidade de imagens. É sem dúvida alguma uma descrição significativa dos diversos momentos vividos pelas famílias italianas e seus descendentes, a partir de 1880.

Criciúma progride economicamente, o número de habitantes aumenta, o espaço que se formava começava a apresentar configurações predominantes da cultura italiana. Tem-se a impressão de que no local onde estava se desenvolvendo Criciúma, só existisse a população de imigrantes italianos. Quando se observa a evolução religiosa, vê-se que os padres são todos italianos e em 1913 quando é criada a Paróquia de São José de Cresciúma, a mesma contava com quase três mil almas todas italianas<sup>66</sup>. Essa afirmação é contraditória pois em 1890 já haviam chegado a Criciúma algumas famílias polonesas, como também já se fazem presentes negros, lusos e alemães<sup>67</sup>.

As escolas que surgem ministram aulas na língua italiana, inclusive para brasileiros. *“Talvez tenha sido este o primeiro passo concreto realizado pela comunidade imigrante italiana de Criciúma em termos de aculturação da população dos primórdios”*<sup>68</sup>.

De todas as atividades produtivas desenvolvidas em Criciúma a partir de sua fundação, a etnia italiana é aquela citada como responsável por execução de trabalhos nas serrarias, atafonas, marcenarias, olarias, alfaiatarias, frigoríficos, etc., enfim a quase totalidade dos ofícios. Esses dados tentam justificar o por quê de Criciúma ser

---

<sup>66</sup> ARNS, Otília. Op. Cit., 58

<sup>67</sup> Idem p. 82 a 105

<sup>68</sup> Idem p. 63

considerada uma cidade de imigrantes italianos e também a anular a percepção de que conjuntamente com os italianos se faziam presentes outros grupos étnicos. Esse discurso apresentado apregoa a homogeneização do espaço que estava ocorrendo sob os rumos da vida material dos imigrantes italianos.

Os primeiros a chegar a Criciúma foram os italianos e os últimos os negros. É assim que se apresenta, segundo o discurso de Otília Arns, a ordem de chegada, a Criciúma, das populações que compuseram o povo cricumense. A presença italiana revelou a existência da presença negra nas terras da grande Freguesia do Araranguá. Durante duas ou três décadas após a libertação dos escravos, a maioria dos libertos continuava como trabalhadores da terra. Muitos nas terras de seus senhores, outros em terras próprias. O certo é que muito pouco havia mudado, em todos os sentidos, para o escravo, após a Lei Áurea.

Migrar para outro local e buscar um novo tipo de vida seria uma possibilidade. Sair da Freguesia e se dirigir para Tubarão ou Laguna, cidades com estrutura mais urbana, com outros tipos de atividades a serem executadas, poderia ser viável. Porém, teriam os libertos condições de se fixarem num outro local, desconhecido, e iniciarem uma nova vida?

No jogo estabelecido pela escravidão, as peças continuavam dispostas da mesma maneira como antes da libertação. Não havia possibilidades de grandes alterações no quadro sócio-econômico espacial da Freguesia. A agricultura e a pecuária continuavam como principais atividades desenvolvidas, para o ex-escravo não restava outra opção a não ser continuar fazendo o que sempre fizera.

O desenvolvimento alcançado por Criciúma no início do século XX transformara a cidade no maior centro polarizador dentre todas as cidades que pertenciam à Freguesia. O surgimento de novas e variadas atividades produtivas passará a atrair populações de todos os recantos da Freguesia do Araranguá e também de fora. As minas de carvão revelarão a presença de escravos e seus descendentes.

O desenvolvimento das atividades carboníferas revelará não apenas a migração de negros de outras localidades e da periferia da Freguesia do Araranguá, mas a existência de negros em Criciúma anterior à exploração do carvão que só iniciará a partir de 1916.

“A busca de serviço do negro prende-se a duas constantes: 1º - a mina de carvão e 2º - a construção da estrada de ferro Dona Teresa Cristina”<sup>69</sup>. Em Santa Catarina, o início das atividades carboníferas aconteceu no final do Século XIX, realizadas por uma companhia britânica que construiu uma ferrovia e explorava as minas. Em 1885 foi inaugurado o primeiro trecho da ferrovia Dona Tereza Cristina, ligando Lauro Müller ao Porto de Laguna, e chegando, em 1919, a São José de Criciúma.

Com a queda da compra do carvão importado, durante a Primeira Guerra Mundial, o produto catarinense assistiu seu primeiro surto de exploração, época em que foram ampliados os ramais ferroviários no Sul do estado e inauguradas novas empresas mineradoras.

A construção da estrada de ferro e a exploração do carvão mineral aglutinaram negros das localidades de

“... Gravatal, Braço do Norte, Cedro, Laguna, Tubarão, Jaguaruna e Araranguá, que para Criciúma se dirigiram em busca de trabalho. Só havia o serviço da roça, ele precisava de um serviço para ganhar dinheiro. Saíra a pé com a mochila nas costas à procura de serviço, veio trabalhar na mina e na estrada de ferro”<sup>70</sup>.

Foi necessário que as estruturas econômicas mudassem para que as populações negras das áreas rurais mais distantes da Freguesia surgissem e fossem percebidas. Criciúma passava a desenvolver com a mineração de carvão uma atividade nova e diferente, atividade que não necessitava de muitos conhecimentos técnicos de seus trabalhadores, apenas a força física e a vontade de trabalhar. Excetuando-se os

---

<sup>69</sup> ARNS, Otilia. Op. Cit., p. 106

<sup>70</sup> Idem p.106

problemas de saúde gerados pelo carvão, diríamos que tanto o trabalho das minas quanto o das lavouras eram bastante árduos.

Para algumas famílias descendentes de escravos, a permanência no local de origem significava a perpetuação de uma vida com muitas dificuldades. Migrar para uma nova área de ocupação, com novas formas de trabalho sendo criadas, pela construção da estrada de ferro Dona Teresa Cristina e pela exploração das minas, poderia significar a esperança de uma vida melhor, ainda que as dificuldades de contato inicial com grupos étnicos diferentes fossem difíceis.

Ilustrando a ocorrência dessa mobilidade temos o caso dos escravos da família Silveira Réus, moradores na localidade de Urussanga Velha, uma das mais antigas da Freguesia do Araranguá, e que teve sua ocupação no final do século XVIII.

“Após a lei Áurea os escravos dessa família seguiram-na por vários anos deixando descendentes. Fixaram-se em Sanga Funda após a abolição da escravidão em companhia dos patrões e deixaram a família Jesus na pessoa do filho Maurício e do neto Nascimento que passaram para as minas e trabalharam até seus últimos dias na extração de carvão”<sup>71</sup>.

Essa movimentação se tornou freqüente para muitas famílias negras da Freguesia, que viam nas minas novas perspectivas. A mineração era naquele momento algo diferente de tudo que se apresentava. Muitos moradores, ao terem notícias dessa nova atividade, se dirigiam até Criciúma para se certificarem do que lhes aguardava, ou seja, condições de trabalho, salários e moradia. Nos anos de 1950, o negro Atidor Machado partiu da localidade de Timbé do Sul para Criciúma a fim de se inteirar das condições de vida oferecida aos trabalhadores das minas. “Diz o senhor Artidoro que primeiramente foi sozinho a Criciúma, e por lá ficou algum tempo, sua intenção era retornar e buscar sua mãe e os demais familiares”<sup>72</sup>.

É verdade, que a exploração de carvão atraiu inúmeras famílias negras a

<sup>71</sup> FERNANDES, Elza de Mello. *Içara Nossa Terra Nossa Gente*. Içara. Otomar Gráfica e editora Ltda. 1998. p. 152.

<sup>72</sup> MACHADO, Artidoro. Entrevista concedida ao autor. Araranguá, 20 de nov. 2001.

Criciúma, durante quase todo século XX, principalmente nos períodos compreendidos entre as Duas Grandes Guerras Mundiais. Entretanto, os momentos de crise como a Grande Depressão, em 1929, provocaram a busca por trabalho em outros locais. “Muitos negros se dirigiam para o Rio Grande do Sul e de tempos em tempos alguns vinham trazer dinheiro para as famílias”<sup>73</sup>.

A grande maioria dos acontecimentos relacionados aos negros que são descritos no livro “*Criciúma 1880-1890 A Semente Que Deu Bons Frutos*”, se referem ao século XX. Sobre todas as outras etnias apresentadas no livro, há uma introdução de algumas informações sobre cada etnia que remonta no mínimo o século XIX.

Mesmo sabendo que a origem dos negros esteja vinculada a algumas localidades de ocupação muito antiga, como Urussanga Velha, Morro dos Conventos, Sombrio, todas próximas a Criciúma, ainda assim, existe um vazio quanto às informações sobre esses negros no século XIX. Enquanto todos os outros grupos vieram por mar e por terra, os negros, de acordo com o discurso historiográfico, surgem repentinamente sem grandes informações sobre seu passado. A autora, Otilia Arns, afirma que a chegada do primeiro negro a Criciúma ocorreu somente em 1905<sup>74</sup>. Ao apresentar a história dos negros em seu livro, busca um elo de ligação entre os negros de Criciúma no século XX, com os negros dos séculos anteriores em Santa Catarina.

“Quando se fala no negro catarinense, surge, espontaneamente, a lembrança do grande poeta de cor, João de Cruz e Souza, nascido em Desterro, em 1869. Os pais de Cruz e Souza foram escravos do Marechal Guilherme Xavier de Souza, que os libertou e proporcionou educação e estudo ao jovem negro”<sup>75</sup>.

Cruz e Souza se tornou um dos símbolos da raça negra em Santa Catarina, porém, a forma como o apresentam distorce a real condição de vida enfrentada pelos negros séculos atrás em terras catarinenses. O fato de ter nascido escravo, sendo

---

<sup>73</sup> ARNS, Otilia. *Criciúma 1880 – 1890...*Op. Cit., p. 111

<sup>74</sup> Idem p. 105.

<sup>75</sup> Idem p. 105.

posteriormente libertado junto com seus pais e ainda receber educação e estudo de seus senhores, revela-se uma quase que exceção à regra.

Em condições muito diferentes encontravam-se os negros que habitavam as terras da Freguesia do Araranguá. Uma vasta área ligada ao trabalho agrícola, necessitando em muito da mão-de-obra escrava. Não podiam os senhores se dar ao luxo de alforriar seus cativos e muito menos lhes oferecer instrução, quando até mesmo a população branca era em sua maioria absoluta analfabeta.

Ainda que o livro de Otília Arns registre a história dos negros em Criciúma no século XX, o vazio sobre as histórias de suas vidas durante o século XIX, na grande Freguesia do Araranguá, ainda persiste.

## 5 – A ocupação da Freguesia sobre um outro ponto de vista

Dall’Alba, Reitz, Hobold, Ronsani, Arns, sobrenomes conhecidos. Descendentes de italianos e alemães, que viram seus antepassados desbravarem o Sul do Brasil e inspirados nos feitos de seus familiares, registraram a história da colonização européia nessas terras. Produziram um discurso sem precedente, com forte ressonância entre todas as populações.

Entre todos os discursos já destacados que foram produzidos sobre a Freguesia do Araranguá, um merece destaque. Indo no sentido oposto daqueles produzidos até o momento, encontramos o discurso elaborado por Elza de Mello Fernandes, professora, moradora no município de Içara, que em 1998, publicou “*Içara Nossa Terra Nossa Gente*”.

A publicação do livro de Elza Fernandes é uma construção discursiva, diríamos, não totalmente inédita do que até agora foi apresentado em outras publicações, mas que apresenta novos dados até então ocultos ou esquecidos sobre a Freguesia do Araranguá.

Ao apresentar a maneira pela qual organizaram-se social e economicamente, no século XIX, os povoados mais antigos da Freguesia e que atualmente pertencem a Içara, nos possibilita compreender que tal organização pode ser ampliada para todo o restante da Freguesia. Com isso estamos querendo dizer que historicamente esses povoados possuíam fortes semelhanças em comum. As informações por ela apresentadas confirmam os dados que temos obtido através da pesquisa documental com base cartorial.

A constante repetição do discurso, que apregoa a ocupação das terras da Freguesia por famílias de imigrantes italianos e alemães, pode ter provocado o que Pêcheux chamou de esquecimento no discurso. “Este ‘esquecimento’ produz em nós a

impressão da realidade do pensamento”<sup>76</sup>. Elza de Mello Fernandes com sua pesquisa caminhou no sentido de arrancar do esquecimento os fatos envolvendo portugueses, açorianos, negros e índios nos primórdios da ocupação das terras da Freguesia. Tal qual os descendentes dos imigrantes europeus,

Elza Fernandes evoca um passado glorioso para aqueles que viveram nas comunidades que hoje pertencem a Içara. Procura requisitar do passado acontecimentos que dizem respeito à Freguesia e que pela autora foram transformados em fatos de Içara. Sente a necessidade de mostrar que seu município tem origens, que suas raízes históricas foram fincadas no início da ocupação e no desenvolvimento da Freguesia do Araranguá.

É pela primeira vez que veremos uma obra trazendo informações sobre os escravos da Freguesia no século XIX. Nas demais em que nos propusemos a esse tipo de análise, encontramos apenas dados pelo avesso ou que se referiam aos negros já no século XX, o que de certa maneira impossibilita um melhor entendimento do funcionamento daquela sociedade escravocrata.

Ainda que Elza Fernandes disponha de fontes sobre os escravos como os de Urussanga Velha, uma das mais antigas localidades da Freguesia, seus dados foram obtidos através de depoimentos de descendentes de escravos e trazem acontecimentos esporádicos da escravidão. A maneira como descreve no livro, nos dá a impressão de que a escravidão tenha ocorrido em alguns casos isolados com algumas poucas famílias.

“... o engenho de açúcar e mandioca de Urussanga Velha era tocado por escravos que ficaram abrigados numa senzala e dizem ser propriedades de Manoel José Réus. Os negros cuidavam também da travessia do rio da Urussanga Velha, onde os passageiros gritando do outro lado, eram socorridos por um escravo chamado Acácio”<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4ª edição, 2002.p. 34-35.

<sup>77</sup> FERNANDES, Elza de Mello. Op. Cit., 151.

A citação acima demonstra que a percepção da autora, certamente por falta de documentos sobre a escravidão, não vai muito além de algumas informações obtidas oralmente, diminuindo assim, a presença escrava naquela localidade.

A própria informação sobre a atividade agrícola, menciona, em Urussanga Velha, apenas um engenho de açúcar e mandioca. Sabemos que esse local e proximidades, mas não só aí, eram repletos de engenhos e também de escravos<sup>78</sup>.

É importante lembrarmos que Elza Fernandes menciona a presença de negros escravos com muita naturalidade. Considera-os no discurso seres concretos, de existência real. Peças que ao serem colocadas no discurso não causam dúvidas sobre sua presença. Seus descendentes aparecem pela cidade trabalhando nas minas de carvão e na construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina.

A obra apresentada por Elza mostra a ocupação mais remota da Freguesia em fins do século XVIII. Levanta dados sobre o passado dos povoados pertencentes a Içara, o tipo de atividade econômica desenvolvida e a população que a constituiu. Independente de suas origens, todos foram citados, desde a base lusa e açoriana até os imigrantes italianos, alemães e poloneses.

Diante dos discursos apresentados por Reitz, Ronsani e Dall'Alba, sobre a ocupação das terras da Freguesia do Araranguá que salienta o homem branco como responsável por este feito, Elza Fernandes traz à luz da realidade informações sobre este acontecimento e sobre os escravos da Freguesia, permitindo uma outra compreensão dos fatos, estimulando a pensar a história do sul catarinense sobre um outro ponto de vista.

---

<sup>78</sup> Em nossa análise aos inventários post-mortem da Freguesia do Araranguá a partir de 1840, encontramos um número aproximado de 38 proprietários com um total de 33 escravos em Urussanga Velha e proximidades. De acordo com os dados contidos nos inventários post-mortem da Freguesia cada proprietário possuía em média duas propriedades. Os dados foram extraídos dos inventários post-mortem encontrados no Fórum Municipal de Araranguá.

*Capítulo II*  
**FREGUESIA DO ARARANGUÁ:  
A ESCRAVIDÃO REVELADA EM NÚMEROS**

**1 – Localizando os escravos**

Os territórios que, a partir de meados séculos XIX e início do século XX, integravam a grande área da Freguesia do Araranguá, atualmente constituem-se em 25 municípios pertencentes à AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) e à AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera). Apenas cinco municípios desta imensa área estavam sendo ocupados no século XIX, por situarem-se próximo ao litoral.

Nos séculos XVIII e XIX as terras da Freguesia eram um ponto de passagem entre Laguna e a Província do Rio Grande do Sul. Por essa razão, apenas a área litorânea passou a ser ocupada. Ainda que em 1727-28, tivesse sido aberto o Caminho dos Conventos, ligando o litoral até a Serra Geral, a interiorização e a ocupação dos demais municípios da Freguesia só iria ocorrer de maneira mais efetiva, com a chegada dos imigrantes europeus.

Inicialmente as terras da Freguesia foram doadas na forma de sesmarias<sup>79</sup>, e como sendo uma área despovoada, foram se dirigindo a ela famílias açorianas e seus descendentes a fim de efetivar a ocupação. As proximidades da foz dos rios que delimitavam as fronteiras da Freguesia e o complexo lagunar existente entre esses rios tornaram-se os pontos chaves da proto-ocupação territorial da área.

Os limites da Freguesia iniciavam-se ao Norte tendo o Rio Urussanga como delimitador da fronteira com o município de Tubarão. Entre os rios Urussanga e o volumoso rio Araranguá, encontramos o primeiro complexo lagunar formado por quatro lagoas: lagoa da Urussanga Velha, lagoa do Faxinal, lagoa dos Esteves e lagoa Mãe Luzia, todas próximas ao litoral. Mais ao sul, entre os Rios Araranguá e o Rio Mampituba, este como delimitador da fronteira com o Rio Grande do Sul, encontramos o segundo complexo lagunar formado por mais três lagoas: lagoa da Serra, lagoa do Caverá e lagoa do Sombrio, a maior de Santa Catarina.

O povoamento seguiu também para o interior. Alguns rios serviram de condutores para a população, que, em busca de terras de melhor qualidade para o cultivo da cana e do milho, assim passavam a possuir, além de propriedades no litoral, também no interior.

Entre as décadas de 1840 a 1900, de acordo com os levantamentos feitos a partir dos inventários post-mortem dos moradores da Freguesia do Araranguá, encontramos em um total de 133 inventários aproximadamente 430 propriedades. O que significa dizer que havia em média três propriedades para cada família da Freguesia. Propriedades que serviam para o cultivo agrícola, pecuária e para extração da madeira.

---

<sup>79</sup> FERNANDES, Elza de Mello. *Içara nossa terra nossa gente*. Içara. Otomar Gráfica e Editora. 1998. p. 33

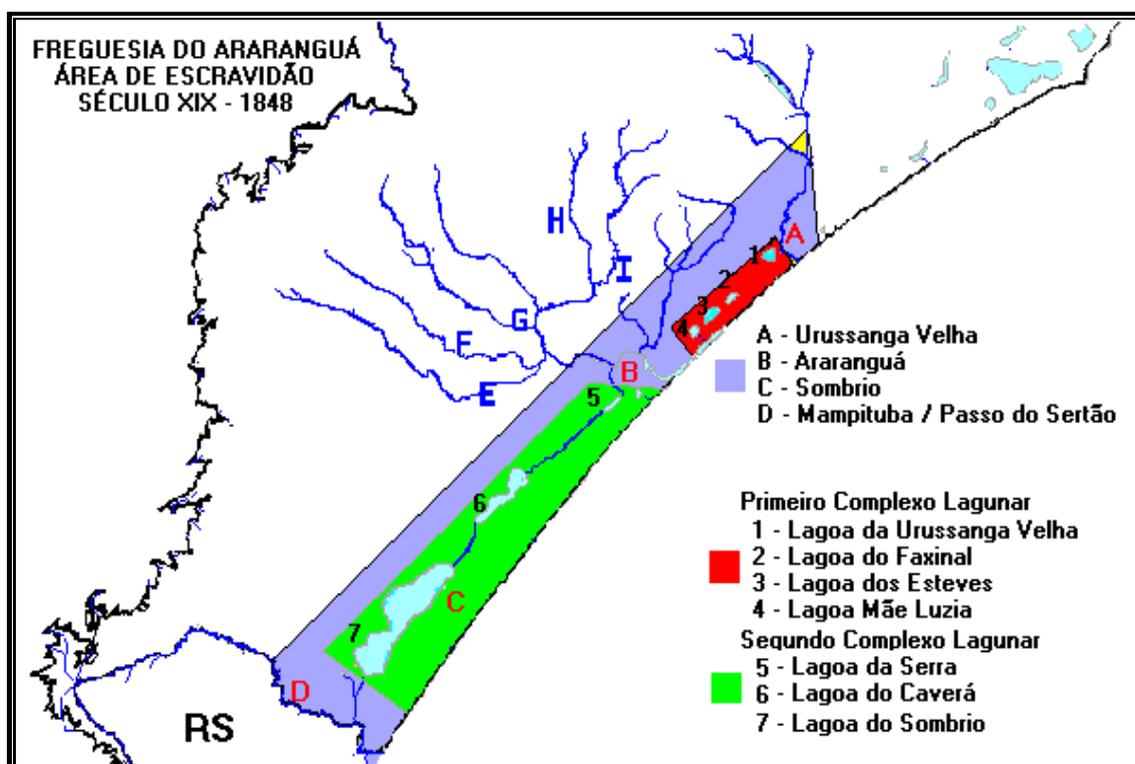


Figura 2 - Mapa do território da Freguesia do Araranguá indicando áreas com presença de escravos no século XIX.

Estes dados devem ser tomados como indícios de compreensão daquela realidade, e não como a verdade objetiva da Freguesia. Pois não temos informações se todas as famílias faziam inventários ou ainda se todos os inventários realizados restaram nos arquivos até nossos dias.

### Atividade econômica da Freguesia do Araranguá 1840 –1900

Propriedade	Engenho Mandioca	Engenho açúcar	Alambique	Atafona	Casa Comercial	Boi Carreteiro
Possuía	74	59	16	06	09	12
	55,64%	44,36%	12,03%	4,51%	6,76%	9,02%
Não Possuía	59	74	117	127	124	121
	44,36%	55,64%	87,97%	95,49%	93,24%	90,98%
Total	133	133	133	133	133	133
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 1- Fonte: Relação de inventários post-mortem da Freguesia do Araranguá 1840 – 1900. Total de 133 Inventários

Os dados apresentados demonstram que a economia pautava-se na produção agrícola, tendo na mandioca e na cana de açúcar seus dois principais produtos. Percebemos que a produção de milho atrelava-se mais ao consumo animal que humano, já que o número de atafonas, responsáveis pela produção de farinha de milho, era

bastante pequeno, apenas 4,5% das propriedades analisadas possuíam esse mecanismo de beneficiamento do milho. Os alambiques aparecem na pauta em terceiro lugar em número desse tipo de mecanismo, responsável pela transformação da cana em aguardente. “Entre os anos de 1840 e 1900 havia na Freguesia 72 engenhos de açúcar e quase um número idêntico de alambiques”<sup>80</sup>. A produção de aguardente, como também do açúcar grosso, estava voltada ao comércio intra-regional, principalmente com áreas onde o clima não favorecia o desenvolvimento da cana, como a região serrana de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, fronteiriças à Freguesia do Araranguá.

Todo o trabalho realizado para produzir farinha de mandioca, açúcar, aguardente, farinha de milho, eram realizados não apenas por mãos brancas dos senhores e seus familiares, mas por escravos, que, em quantidade significativa, se faziam presentes por toda a Freguesia (por toda Freguesia leia-se o litoral da mesma).

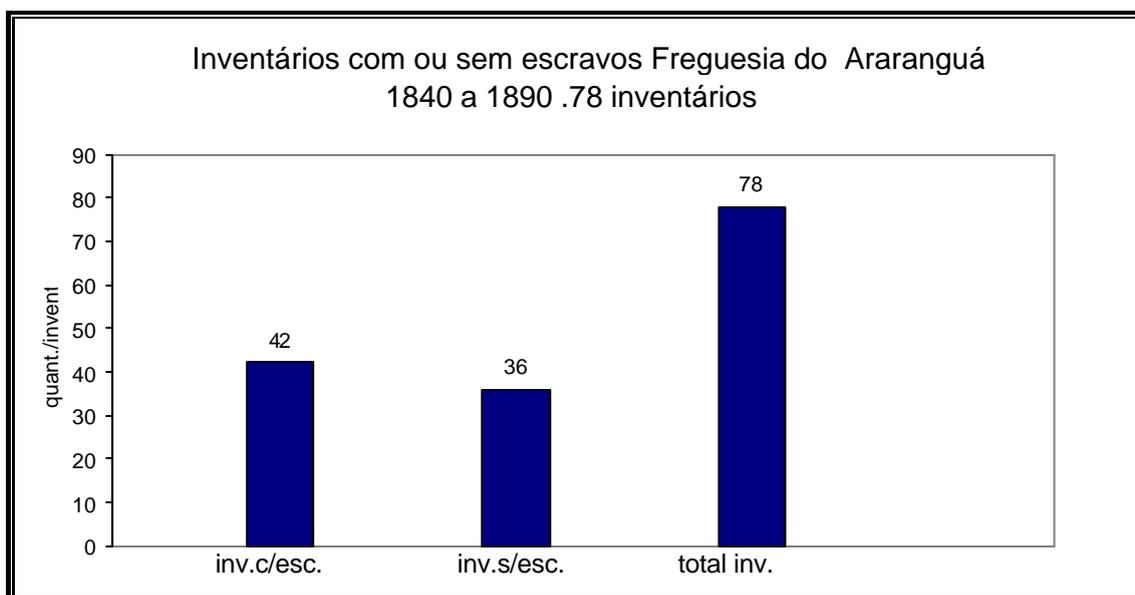


Figura 3 – Gráfico número de inventários contendo escravos

Dos 78 inventários post-mortem encontrados e analisados pertencentes à Freguesia, 42 deles apresentavam escravos na lista de bens que seriam partilhados entre os herdeiros, perfazendo um percentual de 54% dos inventários. Um percentual bastante alto, se pensarmos que nas terras da Freguesia durante o século XIX, em função de sua

<sup>80</sup> HOBOLDT, Paulo. Op. Cit., 131.

amplitude territorial havia um vazio demográfico, e ainda assim, aproximadamente metade das famílias que nela residiam contavam com o trabalho de cativos.

Se considerássemos o percentual sobre o total de 133 inventários analisados entre 1840 e 1900, incluindo aí os inventários da última década do século XIX, teríamos um percentual menor, mas ainda razoável, em média 31%, ou seja, pelos menos um terço da população que deixou inventários dispunha de escravos.

Optamos por incluir os inventários pós-libertação dos escravos até 1900, por dois motivos: primeiro, porque encontramos, através dos registros de batismos de escravos, alguns senhores que possuíram escravos mas que tiveram seus bens inventariados após 1888, quando os escravos já não eram mais listados nos inventários, e o segundo motivo é que queríamos observar se ocorreram algumas mudanças significativas nas estruturas econômicas da Freguesia após a Lei Áurea.

As atividades econômicas se mantiveram inalteradas até mesmo após a virada do século XIX. O que irá ocorrer em virtude da Freguesia ter sido elevada à categoria de Vila, em 1880, será o surgimento de funções que não se vinculavam diretamente à terra, como os cargos públicos que serão criados. Estas sim, mudanças de um perfil mais urbano. Também veremos o comércio desenvolver-se devido ao aumento populacional da Freguesia após a chegada dos imigrantes europeus.

A proporção existente de escravos para cada proprietário também era considerada; de 42 inventários analisados durante as últimas décadas do século, foram identificados 202 escravos o que gera uma média de quase cinco escravos por proprietário. Sabemos que os habitantes da Freguesia não eram grandes latifundiários, possuíam em média de duas a três propriedades, ou seja, não eram tão abastados para possuir muitos escravos. Para contar com o trabalho de cinco escravos era preciso desprender um capital vultoso, capital capaz de gerar a compra de muitas terras, bem

menos precíval que os escravos. Porém as terras sem ter quem as trabalhasse seria um outro problema, e aí entravam os escravos. Quantidade de terras compatíveis com a capacidade de mão-de-obra disponível para produção.

Para alguns autores como Osvaldo R. Cabral, o número de escravos em Santa Catarina era muito pequeno: em 1857 havia 18 mil e em 1881 apenas 11 mil<sup>81</sup>. Walter Piazza aponta para um percentual de 8,9% de negros na Província catarinense em 1872, contra 70% de população branca<sup>82</sup>. Idaulo José Cunha apresenta uma taxa de 22,8% em 1810 e 18% em 1842<sup>83</sup>. A argumentação de que Santa Catarina possuía um pequeno número de escravos reside no fato de se tratar a escravidão apenas como uma questão numérica e não como uma instituição, que funcionava dentro de uma certa lógica, regida por leis e costumes iguais às das grandes áreas escravocratas do Brasil. Podemos porém concordar; contudo, se deslocarmos nossa visão de escravidão da Freguesia do Araranguá para áreas mais antigas do Brasil, veremos que será preciso considerar as especificidades regionais a fim de entendermos essas diferenças.

Realizamos a contagem, a partir de 1840 até o fim do século XIX, do número de pessoas por inventário a fim de sabermos o tamanho das famílias da Freguesia, e assim estabelecer a relação de proporcionalidade entre escravos e livres. Em 133 inventários encontramos 976 pessoas livres, o que significa dizer que havia sete pessoas por unidade familiar, quantidade praticamente idêntica à de escravos por família. E ainda constatamos a existência de um escravo em média, para cada cinco habitantes livres. A existência de um montante total de escravos bem superiores como nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil em relação a Santa Catarina, é sem dúvida verdadeira. Entretanto, quando observamos a posse de escravos por unidade familiar, constatamos que havia senhores, na Freguesia do Araranguá, com quantidade idêntica de cativos.

---

<sup>81</sup> CABRAL, Osvaldo R. *História de Santa de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, editora Laudes, 1970, p. 199

<sup>82</sup> PIAZZA, Walter. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis. Lunardelli, 1994. p. 95

<sup>83</sup> CUNHA, Idaulo José. *Op.Cit.*, 10

De acordo com dados obtidos por Sheila de Castro Faria, a quantidade de escravos por proprietário que a autora encontrou nos inventários na Capitania de Paraíba do Sul – Campos de Goitacases, século XVIII - assemelhava-se às de alguns proprietários da Freguesia do Araranguá. A autora cita alguns proprietários que, segundo ela, eram proprietários que dispunham de muitos escravos, como Salvador Esteves Lemos dono de 15 escravos, em 1729 e o capitão Luiz Pinto de Queirós, dono de 25 escravos”<sup>84</sup>.

Não raramente encontramos proprietários que possuíssem número semelhante de escravos. Francisco Nunes da Silveira, morador em Campo Comprido do Araranguá, tinha em 1859, nada menos que 15 escravos<sup>85</sup> e Marcelino Teixeira de Souza, de acordo com os dados obtidos, possuía a maior escravaria da Freguesia, 31 escravos ao todo<sup>86</sup>.

Mesmo diante das dificuldades para obtenção de escravos, em virtude do alto custo, principalmente após a extinção do tráfico negreiro em 1850, a utilização do trabalho escravo havia se tornado prática comum tanto nas áreas ricas com economia exportadora quanto naquelas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Eram enormes as dificuldades para ocupar as terras da Freguesia, para as mais diversas lidas, era preciso contar com o trabalho escravo.

Fernando Henrique Cardoso, ao analisar a presença de escravos em Florianópolis, afirma que *“a mão-de-obra escrava foi utilizada nos vários setores em que se diversificou a atividade econômica da região. Quantitativamente, o setor agrícola da economia foi o que mais absorveu a mão-de-obra escrava”*<sup>87</sup>. Como se observou na Freguesia do Araranguá a partir de 1850, ocorrera na Ilha de Santa Catarina

---

<sup>84</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998. p.368.

<sup>85</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariado: Francisco Nunes da Silveira. Inventariante: Eleutéria Joaquina da Trindade. 1859. Inv. nº 280. cx. 01.

<sup>86</sup> Diocese de Criciúma. Registros de Batismos de Escravos. Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá. 1864 a 1872. Livro nº 01.

<sup>87</sup> CARDOSO, F. H. Op. Cit., 112.

um incremento no cultivo de mandioca e cana-de-açúcar. Essas plantações eram feitas por “agricultores médios, que utilizavam escravos, até mesmo o agricultor pobre comprava escravos”<sup>88</sup>. Ocorre ainda que “lavradores pobres poupavam para adquirir escravos que trabalhassem na lavoura, deixando às mulheres todo o resto do peso doméstico”<sup>89</sup>. Diante do que temos observado, essa política presente em Florianópolis não diferia em muito daquela adotada na Freguesia. Independente da condição econômica dos trabalhadores livres, a política de possuir escravos havia se tornado amplamente difundida.

Na obra *O escravo numa economia minifundiária*<sup>90</sup> Walter Piazza, apresenta dados sobre a entrada no ano de 1799 de mil escravos em terras catarinenses, que foram desembarcados em Desterro, Laguna e São Francisco. Segundo o autor esses escravos aumentaram significativamente o contingente de cativos da Província. A vinda de escravos para a Província de Santa Catarina se justificava pela necessidade de que as populações livres tinham em contar com esse tipo de mão-de-obra, independentemente da riqueza das famílias que os adquiriam. Tornou-se prática comum à posse e utilização de escravos, a “população que tinha algum recurso para manter escravos na cozinha, na copa, na arrumação, nas lavouras ou então um moleque de recados, mucamas e mães pretas”<sup>91</sup>, se valia desse tipo de trabalhador. Para Walter Piazza a falta de uma estrutura econômica de pujança contribuiu para a retração de escravos na Província Catarinense e, em função disso a escravaria se compunha de trabalhadores domésticos e urbanos.

Para as atividades que estavam em desenvolvimento na Freguesia ligadas predominantemente a terra, as famílias necessitavam de escravos e contavam com eles. A vastidão de terras e matas dava a impressão de que tudo estava ainda em seu estado natural. Durante o século XIX, as famílias que se fixaram nessas terras empreenderam

---

<sup>88</sup> Idem. p. 112-13.

<sup>89</sup> Idem. p. 113

<sup>90</sup> PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis. Editora Resenha Universitária. 1975. p. 17 a 50.

<sup>91</sup> CARSOSO, F. H. Op. Cit., 121

jornadas de trabalho árduo nas lavouras de cana e mandioca. Em toda a extensão da Freguesia inexistia algum tipo de aglomerado humano com predominância de atividades urbanas e aí escravos domésticos. Em aproximadamente uma dezena de relações de matrículas de escravos, se percebe que a profissão desses era em sua maioria a de roceiros, diferentemente da escravaria apresentada por Walter Piazza, até mesmo algumas escravas trabalhavam como roceiras. Havia também tecedeiras, lavadeiras e cozinheiras.

Dona Ludovina Roza de Jesus teve seus bens inventariados em 1880; no inventário consta a matrícula de seus oito escravos<sup>92</sup>. Quatro escravos homens exercem a atividade de lavrador, duas escravas são costureiras, uma é cozinheira e de uma com quatro anos de idade não se especifica algum tipo de atividade. O mesmo ocorre com os escravos de Manoel Pereira da Rocha em 1873. Aparecem registrados na relação de matrícula cinco escravos<sup>93</sup>, sendo três homens e duas mulheres, todos exercendo a atividade de lavrador.

Na relação nº 747 dos escravos pertencentes a Manoel Pereira Mello, morador nos Conventos, todos os escravos homens deste senhor tinham como profissão roceiros, lavradores<sup>94</sup>. As únicas escravas Bibiana e Engrácia, mãe e filha, exerciam atividades diferentes dos outros escravos. Bibiana era tecedeira e, segundo consta na relação, tinha muita aptidão para o trabalho. A atividade de tecedeira era de extrema importância para a confecção de roupas para os escravos e para a família do senhor. Evitavam-se despesas com tecidos que teriam que ser importados, vindos de Laguna, e como vimos anteriormente, os preços praticados por donos de barcos que para cá revendiam seus produtos eram quatro vezes superiores aos praticados em Laguna.

---

<sup>92</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Relação de Matrícula de escravos nº 1033 Ludovina Roza de Jesus. 1880.

<sup>93</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Relação de Matrícula de escravos nº 1038 de Manoel Pereira da Rocha. 1873.

<sup>94</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Relação de Matrícula de escravos nº 747 de Manoel Pereira de Mello. 1872.

A tecedeira não produzia apenas roupas; o local onde viveu Manoel Pereira de Mello, ainda hoje produz um rico artesanato feito em palha: chapéus, balaios, cestos, objetos comuns e de uso diário no trabalho da roça. Engrácia, sua filha, aparece como escrava de serviços domésticos e também com grande aptidão. Talvez fosse ela o braço direito de sua mãe na confecção de roupas e objetos de palha.

Brígido, também escravo de Manoel Pereira de Mello, filho de Bibiana, aparece na relação de matrículas dos escravos com 11 anos de idade em 1871, e naquela data exercia ele a profissão de roceiro. Aos 17 anos, já em 1878, quando conseguiu comprar sua liberdade, Brígido exercia o ofício de sapateiro, profissão que certamente lhe garantiu arrecadar 800 mil réis para tornar-se livre. Mais à frente discutiremos as alforrias na Freguesia do Araranguá e então retomaremos a discussão sobre Brígido.

Além de Bibiana e Brígido, que dominavam técnicas de produção artesanal de tecidos e sapatos, encontramos em um processo de requerimento de dívidas, de 1858, um contrato de aluguel de um escravo que desenvolvia uma atividade não ligada à terra, mas com produção de telhas e tijolos. Vejamos parte do contrato:

“Declaro eu abaixo assinado que tenho tratado com o senhor Patrício Marques Linhares, levar para o meu sítio do Araranguá na Barra Velha o escravo de sua propriedade de nome Antônio, telheiro para fazer telha e tijolo na minha olaria, durante o tempo de cinco anos, pagando eu ao mesmo senhor a quantia de trezentos e sessenta mil réis em cada um ano, cuja quantia me obrigo a mandar lhe entregar todos os anos nesta cidade do Desterro”<sup>95</sup>.

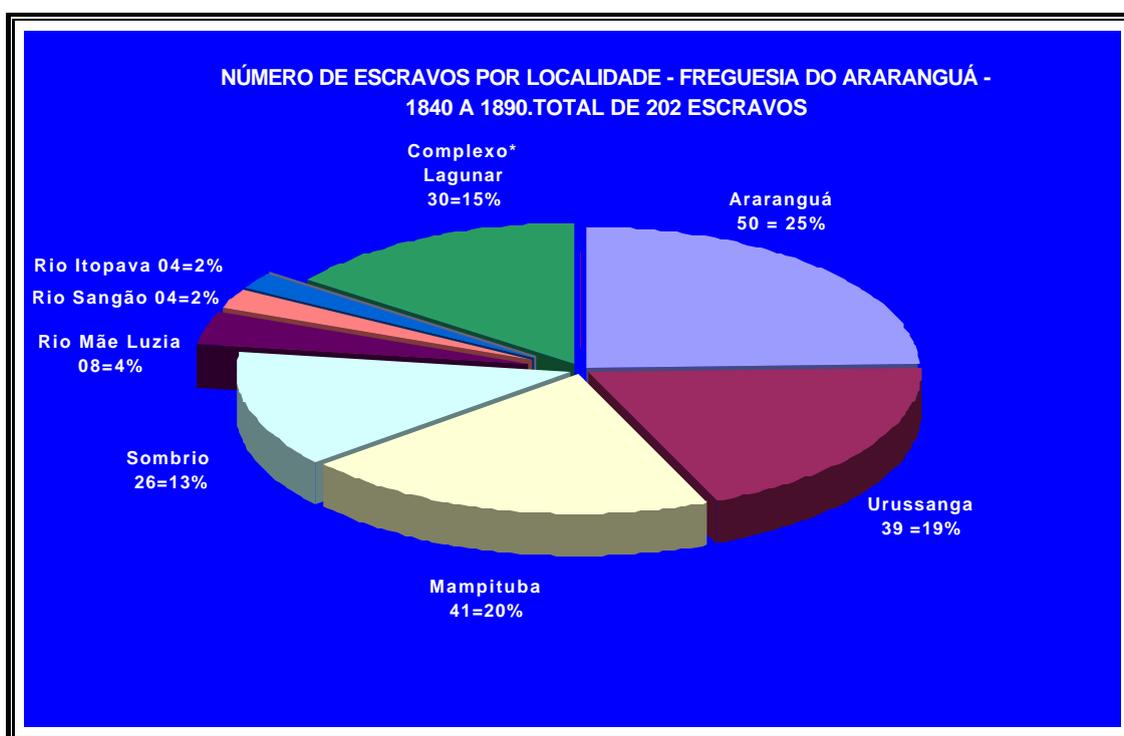
O aluguel de um escravo com habilidades para produzir tijolos e telhas pelo senhor Camilo Carlos de Miranda, evidencia a falta de mão-de-obra escrava qualificada para outros setores de atividade, que não a terra, e também de trabalhadores livres qualificados. Esse tipo de produção indica que mudanças estavam ocorrendo na Freguesia. A população estava aumentando, a economia estava crescendo, começava a aparecer um mercado consumidor interno, que ampliava a necessidade de novos produtos, que poderiam ser produzidos internamente pelos moradores da Freguesia.

<sup>95</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Auto de Requerimento de dívida. Suplicante: Patrício Marques Linhares. Suplicado: Camilo Carlos de Mirando. 1862. p. 05 cx. n° 01

Por outro lado, o escravo Antônio, ao ser alugado por seu senhor, oferece a possibilidade de vermos que a utilização do mesmo em Desterro talvez não fosse muito vantajosa, que seu trabalho naquela cidade não pudesse render tanto ao senhor Patrício Marques Linhares quanto ganharia alugando seu escravo.

Esses escravos estavam sendo utilizados em uma área que foi a primeira a desenvolver aspectos urbanos dentro da Freguesia. Barra Velha do Araranguá, Ilhas e Morro dos Conventos, todas situadas próximas umas das outras e próximas à foz do rio Araranguá que, como principal meio de contato com outras regiões do país, fez com que aí surgissem as primeiras comunidades da Freguesia, necessitando de pessoas que desempenhassem funções diversas, não apenas trabalhar a terra.

O gráfico abaixo apresenta as principais localidades da Freguesia do Araranguá, com a quantidade de escravos encontrados em cada uma delas.



**Figura 4 - Fonte: inventários post-mortem da Freguesia do Araranguá.**

\*O Complexo Lagunar envolve a região situada entre os rios Urussanga e Araranguá, onde se encontra um conjunto de quatro lagoas: lagoa da Urussanga Velha, Faxinal, Esteves e Mãe Luzia.

## 2 - Composição da população escrava na Freguesia do Araranguá no século XIX.

Nas grandes áreas exportadoras do Nordeste brasileiro dos séculos XVI e XVII e as regiões mineradoras e zonas cafeeiras do Sudeste, se viu em certos momentos um maior número de escravos homens sobre as mulheres. Na Bahia desde o início do tráfico, importou-se maior número de homens do que mulheres. Não existem dados disponíveis para determinar o grau de desproporção entre os sexos na Bahia durante o século XVII<sup>96</sup>. Para Stuart Schwartz, os dados apresentados na Bahia baseiam-se em “padrões verificados no tráfico para outros portos brasileiros, como Rio de Janeiro, Pernambuco e São Luís”<sup>97</sup>, e que devem ter ocorrido lá também.

Schwartz aponta como causa dessa desproporção “a preferência dos senhores por escravos homens e também a pouca importância que se dava à capacidade reprodutiva das mulheres”<sup>98</sup>.

Os padrões verificados na Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro, diferem muito daqueles que verificamos na Freguesia do Araranguá. Nas décadas de 1840 a 1860 a proporção de homens escravos era apenas ligeiramente superior. O principal motivo vinculava-se à aquisição de escravos no mercado interno, e aí a preferência pelos homens, em função das atividades produtivas da Freguesia estarem ligadas diretamente à agricultura. E, ainda mais, em sua fase inicial de ocupação, onde era necessário não apenas trabalhar a terra, mas desbravá-la.

Nesse período o tráfico transatlântico poderia ter sido fator responsável pela diferença entre os sexos, entretanto, o percentual de africanos encontrado entre a população escrava da Freguesia do Araranguá fora de apenas 3,9%. A reposição de

---

<sup>96</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo. Companhia das letras. 1988. p. 286.

<sup>97</sup> Idem p. 286

<sup>98</sup> Idem p. 286

escravos através do nascimento dentro da própria Freguesia deve ter contribuído para uma desproporção maior em favor dos homens. A partir de 1864 até o término da escravidão, ocorreram 217 registros de batismos de escravos na paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá, destes, 94 eram mulheres e 124 eram homens, um percentual de 56,88% de nascimentos masculinos contra 43,12% de nascimentos femininos, um percentual de 13% a mais de escravos homens.

Se na Bahia e outras áreas de escravidão, os senhores davam pouca importância à capacidade reprodutiva das escravas, na Freguesia a reprodução era considerada de vital importância para o sistema escravista. A aquisição de escravos apenas pelo comércio interprovincial encarecia o preço, gerando dificuldades para compra. Assim, a reprodução das cativas além de repor escravos, mantinha a escravidão em funcionamento.

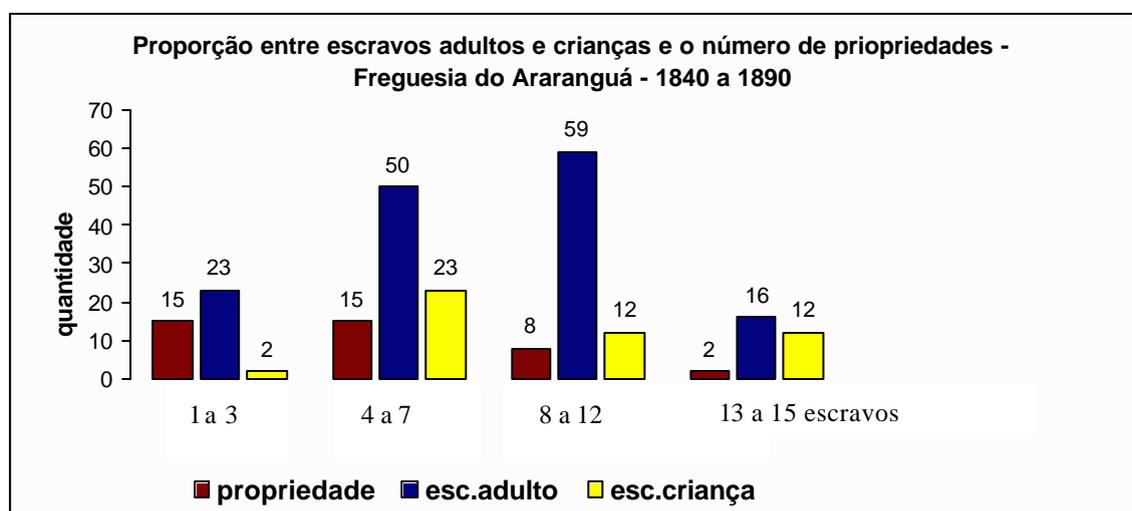


Figura 5 – Gráfico de escravo adulto e criança e proporção com as propriedades

Em Curitiba por volta de 1850, quando a cidade já se tornara capital da província, “a demanda de trabalho doméstico cresceu e a proporção de mulheres na população estava relativamente alta. Na década de 1830 a proporção entre os sexos era de 105 homens para cada 100 mulheres”<sup>99</sup>.

<sup>99</sup> Idem p. 275

Os padrões apresentados em Curitiba a partir de 1830 se assemelham aos padrões encontrados na Freguesia do Araranguá. Entretanto o número de escravos homens permaneceu um pouco maior que o de Curitiba, a proporção de 110 homens para 100 mulheres. A compra de escravos no mercado interno e a reposição natural para posterior venda de escravos foram sem sombra de dúvida os fatores que mais influíram para a desproporção masculina.

Curitiba e a Freguesia do Araranguá, ao contrário da Bahia, assemelhavam-se quanto à proporção quase idêntica de homens e mulheres como também por uma proporção alta de crianças na população escrava. Em Curitiba as crianças eram encontradas apenas em propriedades com 15 ou mais escravos, enquanto as propriedades que tinham de um a três escravos dificilmente possuíam crianças.

Observando o gráfico sobre a proporção de escravos adultos e crianças por número de propriedades, verificamos que na Freguesia podemos encontrar valores aproximados aos encontrados em Curitiba, ou seja. As pequenas propriedades que contavam com menos de quatro escravos tinham número reduzido de crianças pois, segundo observamos, as pequenas propriedades eram formadas por escravos homens, necessários diretamente para o trabalho braçal na terra e muito menos para serviços domésticos. Até por que, a vida extremamente simples dos proprietários de escravos não requeria tantos escravos em atividades domésticas.

Nas propriedades onde havia um número maior de escravos adultos, também havia um maior número de crianças escravas. As pequenas propriedades se caracterizavam por possuir poucos escravos, e em certos casos escravos do mesmo sexo, o que dificultava o aumento de cativos. Já as grandes propriedades dispunham de escravos de ambos os sexos, facilitando o aumento do plantel pela reprodução.

É possível que durante um determinado momento, já no fim do período escravista no Brasil, os senhores de escravos da Freguesia já não estivessem tão profundamente preocupados com o fato de possuírem números idênticos de escravos de

ambos os sexos. Para maioria das atividades realizadas, as mulheres participavam ativamente do trabalho. Além disso, os preços das escravas não diferiam em nada do preço dos escravos, ou seja, ambos possuíam igual valor no mercado. Em virtude da extinção do tráfico transatlântico os valores para compra e venda tiveram um aumento significativo e isso para vários senhores parece ter se tornado um ótimo negócio.

Por que o aumento do preço dos escravos no mercado interno fora um bom negócio para certos proprietários de escravos da Freguesia? Em nossa pesquisa, encontramos, na relação de matrícula de escravos, de alguns senhores, um número de mulheres escravas que durante algumas décadas tiveram vários filhos, eram as matrizes reprodutoras de novos escravos. Independente do sexo o senhor dispunha de maneira mais econômica de mais peças para venda. A estrutura econômica da Freguesia talvez permitisse a liberação para venda dessa mão-de-obra para outras regiões, já que nela a economia não estava pautada em grandes latifúndios exportadores. A venda de apenas um único escravo possibilitaria a aquisição de inúmeros bens, em especial terras, casas e engenhos.

O senhor João Teixeira Fernandes, morador de Urussanga Velha, tinha na relação de matrícula de seus escravos em 1872, um plantel com 12 cativos. Dos 12 escravos que constavam na lista 08 faziam parte de uma mesma família, e todos possuíam estado civil solteiro, inclusive a escrava Ana, progenitora da família.

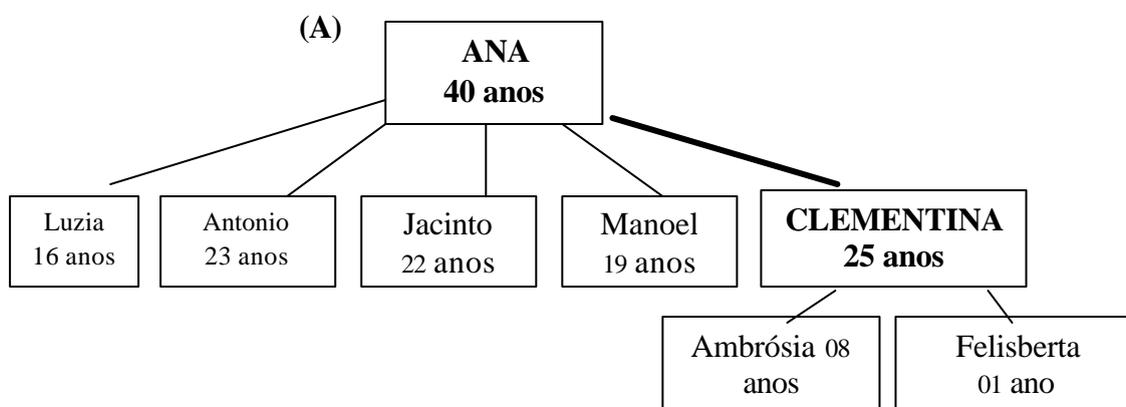


Figura 6

(A) Genealogia da família de Ana, escrava de João Teixeira Fernandes, 1871 - Urussanga Velha - Freguesia do Araranguá.

Fonte: Fórum Municipal de Araranguá. Relação de Matrícula de escravos nº 581 de João Teixeira Fernandes. 1872.

Em situação bastante semelhante encontravam-se os escravos de Manoel Pereira de Mello, morador na localidade dos Conventos. O plantel deste senhor era composto por 09 escravos, todos tendo origem na escrava Felicidade. Mais uma vez as escravas que tiveram filhos e os demais eram solteiros.

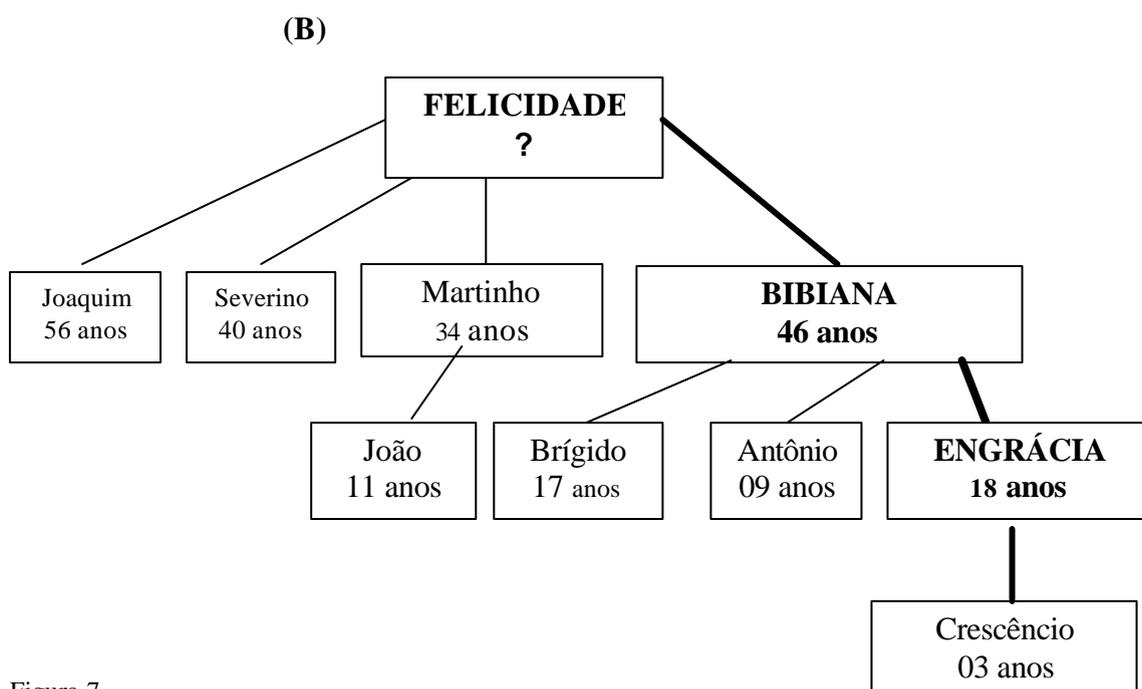


Figura 7

(B) Genealogia da família de Felicidade, escravos de Manoel Pereira de Mello, 1871. Conventos - Freguesia do Araranguá.

Fonte: Fórum Municipal de Araranguá. Relação de Matrícula de escravos nº 747 de Manoel Pereira de Mello. 1872.

### 3 - Números legítimos filhos ilegítimos: casamento e batismo na Freguesia

Unir-se pelo casamento, constituir família, batizar os filhos. Quais os significados desses atos para os habitantes do Brasil de outrora, em especial para os escravos? Nas últimas décadas do século XX, vários historiadores vêm se debruçando sobre novas fontes de pesquisas (processos criminais, registros de casamentos, inventários post-mortem, entre outros.) no intento de desconstruírem “a antiga visão da vida familiar e sexual do escravo como pouco mais que uma desordem cultural, ou uma “vasta promiscuidade primitiva”<sup>100</sup>.

Estudos importantes estão sendo realizados sobre a família escrava no Brasil. Os novos trabalhos caminham em sentido oposto àqueles até então produzidos. A vida sexualmente promíscua e as uniões conjugais instáveis, como características marcantes dos escravos, passaram a ser profundamente revisadas e questionadas.

Para Robert Slenes,

“... os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão, nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua ‘historicidade’ como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos. Ajudam a esclarecer as fontes comunitárias de resistência de cativos (...) e até a importância sistêmica de sua revolta pessoal”<sup>101</sup>.

Os estudos apresentados mais recentemente por Hebe Maria de Mattos, Sheila de Castro Faria, Robert Slenes e outros, tomaram o Sudeste do Brasil como área de investigação. As pesquisas feitas por estes autores, revelaram índices significativos de casamento entre escravos, apontando assim para os laços de parentescos simples (pai, mãe e filhos), sugerindo que a constituição de famílias interessava aos escravos como parte de uma estratégia de sobrevivência dentro do cativo. Assim sendo a união entre

---

<sup>100</sup> SLENES, Robert W. Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1999. p. 43

<sup>101</sup> Idem p. 29

escravos não era mera casualidade, muito menos, uma “vasta promiscuidade primitiva”<sup>102</sup>.

Para Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala*, 1933, ‘a animalidade dos negros, a falta de freio aos instintos, a prostituição dentro de casa, eram conseqüências da ação dos senhores brancos’. ‘O negro foi patogênico, mas a serviço do branco’<sup>103</sup>.

“A formação da família através do sacramento do matrimônio, e o nascimento espiritual do individuo pelo sacramento do batismo, eram dois momentos de extrema importância para qualquer habitante no Brasil Colônia”<sup>104</sup>. Mas em que medida os casamentos e a constituição de famílias eram práticas recorrentes entre escravos?

Kátia Mattoso em *Família e sociedade na Bahia do século XIX*, afirmou que os casamentos entre os escravos ‘eram por certo tão raros que escaparam completamente a toda documentação que se possui atualmente’<sup>105</sup>. Estudos realizados por Schwartz na Bahia no século XVIII, Iraci Del Nero da Costa em Vila Rica em 1804, e outros, encontraram altas taxas de ilegitimidade entre as populações cativas, significando que os casamentos de acordo com as normas da igreja católica não estavam ocorrendo, ou ocorriam de maneira reduzida.

Sheila de Castro Faria em *Colônia em movimento*, detectou algumas possibilidades que influíam no maior ou menor número de casamentos entre os escravos. Para ela os casamentos estavam condicionados “aos tipos de produção, às localizações das áreas, ao tamanho das unidades produtivas e ao período que, dependendo de determinadas combinações, influenciavam nas possibilidades de casamentos dos escravos”<sup>106</sup>.

---

<sup>102</sup> Idem. p. 43

<sup>103</sup> FREYRE, Gilberto. Apud: SLENES Robert W. Op. Cit., p. 29

<sup>104</sup> SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p.310.

<sup>105</sup> MATTOSO, Kátia. Apud: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1998. p. 322.

<sup>106</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit., p. 323.

Participar de ritos e cerimônias católicas, principalmente batismo e casamento, tornava-se fundamental, enquanto estratégia de preservação de espaços conquistados no cotidiano. Representava, mesmo para os escravos, garantia de reconhecimento e de poder de barganha social<sup>107</sup>.

As uniões entre escravos eram passíveis de serem realizadas, poderiam ocorrer com o consentimento dos senhores e oficialização da Igreja Católica, ou apenas a união conjugal sem o conhecimento e aprovação da igreja.

A formação de unidades conjugais, de famílias, não dependia do casamento consagrado pela Igreja, quer para os escravos, quer para os livres. Dizer que um casal não era casado e que seus filhos eram ilegítimos não significa que eles não formavam uma unidade familiar, ainda que legalmente pudessem ser incapacitados sob certos aspectos<sup>108</sup>.

Os casamentos entre escravos realizados na Freguesia do Araranguá eram, de acordo com as normas da Igreja Católica, bastante reduzidos. Isso gerava um alto grau de ilegitimidade entre os filhos de escravos. Decorrido quase um século desde o início de sua ocupação, a Freguesia apresentava taxas de ilegitimidade semelhantes a algumas Freguesias brasileiras no século XVIII. Saubara (BA) em 1723-4, perfazia 90,3% de ilegítimos, Monte (BA) em 1788-9 - 73,7%, Santa Rita (RJ) 1760 - 89,0%<sup>109</sup>.

As taxas encontradas para a Freguesia do Araranguá nas duas últimas décadas antes da abolição, entre 1864 a 1887, alcançam um índice bastante alto, perfazendo um total de 98,62% de ilegítimos contra apenas 1,38% de legítimos<sup>110</sup>. Durante essas duas décadas apenas cinco casamentos ocorreram entre escravos e foram oficializados pela Igreja. Desses cinco casamentos, quatro eram de escravos libertos e um ainda estava preso ao cativeiro.

---

<sup>107</sup> Idem p.323

<sup>108</sup> SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p.310

<sup>109</sup> Idem p.324

<sup>110</sup> Os dados foram obtidos através dos livros de registros de batismos de escravos da Freguesia do Araranguá 1864 a 1887 na Diocese de Criciúma.

**Casamentos de livres, libertos e escravos na Freguesia do Araranguá 1864 a 1887 –  
total de 550 casamentos**

<b>Livres</b>	<b>Libertos</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
545	04	01	550
99,09%	0,73%	0,18%	100%

**Tabela 2 - Casamentos de livres, libertos e escravos na Freguesia do Araranguá**

Fonte: Registro de casamentos de livres e escravos da Freguesia do Araranguá. Diocese de Criciúma 1864 a 1887.

Mesmo com um pequeno número de casamentos entre escravos, na Igreja, é certo que as uniões conjugais com formação familiar estavam acontecendo. Carlos, escravo cuja história conheceremos no próximo capítulo, fora casado com pessoa livre, mas não se casara pela Igreja. Certamente o caso de Carlos não fora o único em toda Freguesia.

A partir das altas taxas de ilegitimidade encontrada, podemos perceber que a Freguesia possuía certas características que determinavam um número tão pequeno de uniões através da Igreja. Podemos levar em consideração alguns fatores condicionantes para que isso ocorresse.

Primeiramente a ausência do poder do clero dentro da Freguesia. Sheila de Castro Faria aponta a presença de bispados como preponderante na interferência da Igreja na vida dos escravos. “Os casamentos de escravos na Igreja permitiam que os mesmos tivessem terceiros a interceder por eles frente ao senhor”<sup>111</sup>. A Província de Santa Catarina quanto à Freguesia do Araranguá, pertencia até 1892, ao bispado do Rio de Janeiro, quando fora criado o bispado do Paraná e Santa Catarina, com sede em Curitiba. Tanto o primeiro quanto o segundo bispado estavam muito distantes da população da Freguesia, e isso permitia maior liberdade de ação dos senhores sobre seus escravos.

<sup>111</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit., p. 324

“Em áreas distantes de bispados, as pressões de religiosos mais graduados, muito menos freqüentes, permitiam aos padres maior liberdade na oficialização dos ritos e no atendimento dos interesses dos senhores locais (...) e também fechar os olhos a práticas condenáveis”<sup>112</sup>.

A união não oficializada entre os escravos configurava-se em práticas condenáveis pela Igreja; entretanto diante da configuração social da Freguesia, não restava outra alternativa aos padres a não ser “fecharem os olhos a tal prática”, contentando-se apenas em poder, seguramente, realizar o sacramento do batismo nas crianças escravas.

Outro fator que deve ser levado em consideração, eram as distâncias das unidades produtivas, que restringiam o contato entre cativos de propriedades diferentes, determinando que os casamentos ocorressem apenas com escravos da mesma propriedade, sob as determinações dos senhores. Tendo a Igreja e suas ações distantes das práticas cotidianas do cativo, os senhores mantinham as uniões entre os escravos não oficializadas.

A quantidade muitas vezes pequena de escravos por unidade produtiva, e com a presença a mais de mulheres escravas, estimulava a procura de parceiros em outras propriedades, mesmo com as dificuldades das distâncias. A possibilidade de escravos de donos diferentes manterem relações e terem filhos existia. Porém ao permitir que constituíssem famílias, poderiam ter sérias dificuldades para administrar tais uniões.

“Havia uma política amplamente praticada pelos senhores que era a de restringir ao máximo o mundo social dos cativos, confinando-os quando possível ao perímetro da fazenda, do engenho. Não é difícil imaginar as complicações que podiam surgir quando esse tipo de união ocorria: residências diferentes, separação forçada, conflitos sobre tratamento humano e direito de propriedade”<sup>113</sup>.

No mesmo período de 1864 a 1887 a Freguesia do Araranguá registrara o nascimento de 217 escravos; em 215 registros constava apenas o nome da mãe; sobre o pai o termo que aparecia era o de incógnito, em apenas 03 registros constava o nome do

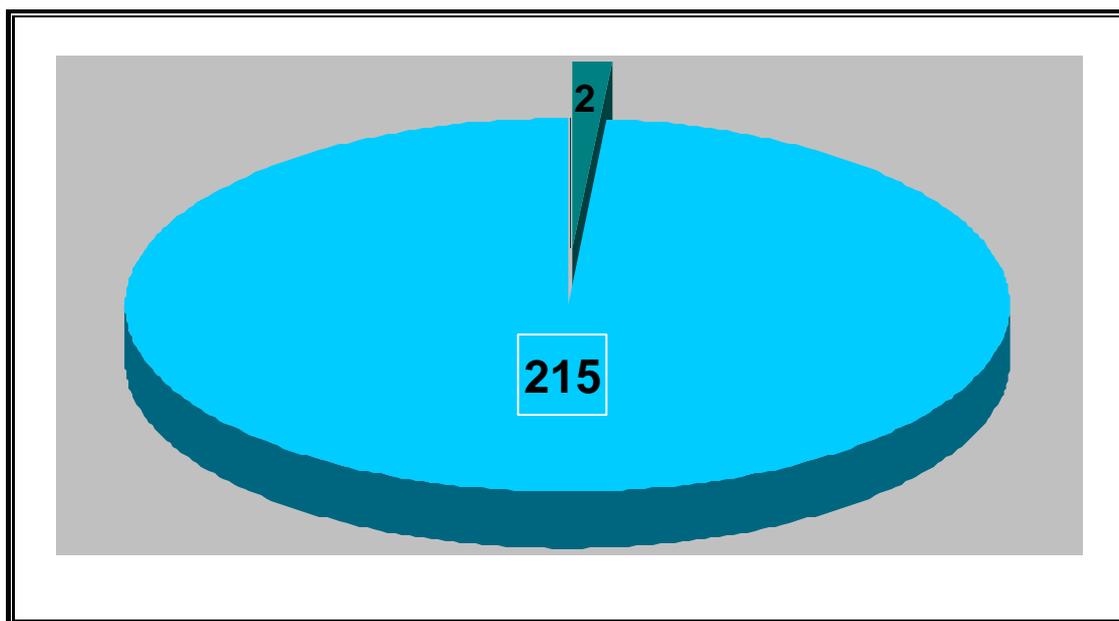
---

<sup>112</sup> Idem p. 324

<sup>113</sup> SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p.313

pai e da mãe e ainda desses 03 registros, 02 eram de um mesmo casal de escravos.

**Legitimidade dos escravos da Freguesia do Araranguá –1864 a 1887 Total de batismos: 217**



**Figura 8 - Gráfico da ilegitimidade dos escravos.** Fonte: Registros de batismos de escravos 1864 a 1888. Diocese de Criciúma.

A quantidade de registros constando o nome do pai era muito pequena, totalizando um percentual muito alto de ilegitimidade. Esses dados podem sugerir que as uniões entre escravos não ocorriam, ou que a oficialização do matrimônio não era tão relevante dentro do contexto sócio espacial da Freguesia. É o que observamos anteriormente nos casos da escrava Ana e Felicidade, que, como consta da matrícula de escravos eram solteiras. Seriam elas realmente solteiras ou possuíam vida conjugal sem oficialização da Igreja?

“Devemos ter em mente desde já que a formação de unidades conjugais e, em última análise, de famílias, não dependia do casamento consagrado pela Igreja, quer para os escravos, quer para os livres”<sup>114</sup> (...) como também o desinteresse dos proprietários e a escassez de casamentos na Igreja não são de modo algum, uma medida da realidade escrava e da capacidade dos cativos de criar e manter laços de afeição (...)”<sup>115</sup>.

Fatores como a distância da Igreja Católica com menor atuação diante das

<sup>114</sup> SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., I

<sup>115</sup> Idem p. 311

posturas senhoriais, das unidades produtivas serem distantes umas das outras, dificultando o contato entre escravos de donos diferentes, e de muitas propriedades possuírem um número pequeno de escravos, foram decisivos para diminuir as uniões consagradas pela Igreja.

Mas há de considerar que a organização da Freguesia era recente, e os senhores estavam muito mais preocupados com seus ganhos na produção de mandioca e cana de açúcar, do que em seguir certas posturas determinadas pela Igreja ou sociedade em relação a seus escravos. Casar-se ou não, receber o sacramento ou não, talvez vez fosse apenas mais um detalhe, sem muita relevância, diante de tudo que se apresentava naquele momento.

#### **4 - Habitação na Freguesia: livres e escravos dividindo o mesmo teto**

Eusébia havia sido escrava de João de Souza Machado, morador na localidade de Campinas do Araranguá, quando em 1870, fora vendida ao cidadão Antônio José de Mello, morador na Freguesia das Torres. Eusébia tivera um fim trágico, morrera em função de queimaduras provocadas por uma fogueira que em certa noite a aquecia. Em outro capítulo discutiremos mais amplamente o ocorrido com Eusébia. Nesse momento recorreremos a este fato, apenas para tentar perceber através dos autos, indicações de possíveis habitações dos escravos.

Antônio José de Mello, novo senhor da escrava Eusébia disse, “que fizera Eusébia recolher-se a uma casinha nos fundos da sua propriedade para pernoitar, porém tendo ela saído sem ser vista pelo suplicante, foi para a casa de Mariana Plácido e ali dormira”<sup>116</sup>. A habitação em que Eusébia se recolhera era dita apenas como uma casinha nos fundos da propriedade de seu senhor. O auto processual envolvendo sua morte é o único documento que fora encontrado na Freguesia do Araranguá, onde se menciona o tipo de habitação utilizada por um escravo.

Em 42 inventários post-mortem dos moradores da Freguesia, onde aparecem escravos a serem partilhados entre herdeiros, em nenhum deles, em momento algum, se registrou alguma forma de habitação para os escravos. Esses inventários não oferecem dados que façam menção à presença de habitações coletivas ou individuais pertencentes aos escravos. É possível que estas tenham existido de forma muito precária já que as casas de vivenda dos senhores também eram de péssima qualidade e com valor de mercado muito pequeno.

Tomemos como referência os bens do finado Balthazar Antônio Nepomuceno, morador em Sombrio, que teve seus bens inventariados em 1857. Em seu inventário,

---

<sup>116</sup> Ação de Libelo Cível. Op. Cit., p. 10

seus bens estavam dispostos da seguinte maneira: uma casa de pedra por acabar, no valor de 350 mil réis, uma casa coberta de palha, assoalhada, no valor de 120 mil réis, um engenho de farinha coberto com palhas, no valor de 100 mil réis, um engenho de cana coberto com palhas, no valor de 40 mil réis e uma atafona no valor de 40 mil réis<sup>117</sup>.

Todos os bens deviam constar para partilha, desde os escravos até objetos de uso pessoal. O senhor Nepomuceno possuía 09 escravos e duas casas de morada, uma de pedra por acabar e uma outra coberta com palhas e assoalhada. Não há nesse inventário outra morada que possa pertencer aos seus escravos.

É comum vermos nos inventários habitações muito precárias dos senhores, certamente também deveriam ser as dos escravos, quando os mesmos não coabitavam com seus donos. Parece existir forte indício de que os escravos compartilhavam o mesmo teto que seus senhores.

Analisando os inventários do Sudeste brasileiro, nos séculos XVII e XVIII, Sheila de Castro Faria diz que:

“...é provável que o local onde dormiam os escravos se localizasse dentro das casas de morada do proprietário (...) Provavelmente, dado ter sido uma prática costumeira as senzalas ou o dormitório dos escravos estarem incorporados às casas de morada, nos inventários não havia necessidade de registrar o fato”<sup>118</sup>.

Havia ainda duas outras possibilidades para o fato das senzalas não serem citadas nos inventários.

“... as senzalas eram tão destituídas de valor que não mereciam avaliações precisas. Outra possibilidade é de que as casas dos escravos eram edificadas por eles próprios, e de sua propriedade, não fazendo parte do inventário de seus senhores”<sup>119</sup>.

Podemos considerar que as casas dos escravos, por serem realmente de baixo valor, não eram avaliadas entre os bens da partilha. Entretanto, nos parece que essa

<sup>117</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post mortem de Balthazar Antônio Nepomuceno ano de 1857. cx nº 01.

<sup>118</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit., p.368

<sup>119</sup> Idem p.368

situação pode não ter ocorrido, visto que não encontramos nenhuma senzala indicada entre os inventários onde constavam escravos. A possibilidade da edificação de suas próprias casas está diretamente relacionada ao casamento religioso dos escravos, fato que não ocorrera com frequência na Freguesia. Assim sendo, ao que tudo indica, os escravos da Freguesia do Araranguá dividiam o mesmo teto com seus senhores, na maioria dos casos.

A idéia recorrente de grandes senzalas no Nordeste e Sudeste do Brasil, em todas as propriedades, não é absolutamente verdadeira, assim como a ausência das mesmas no Sul de Santa Catarina também o seja. Padre Raulino Reitz, em seu livro *Paróquia de Sombrio*, tem presente a idéia das grandes senzalas como forma de habitação dos escravos. Diz ele que, “não conheceu Sombrio o senhor de engenho, com senzalas repletas de escravos, como se via em São Paulo”<sup>120</sup>.

Nem mesmo para o Sudeste do Brasil, a presença desse tipo de senzala, citada por Reitz, era assim tão comum. Para Sheila de Castro Faria, sobre as formas de habitação dos escravos,

“o que surpreende na leitura dos inventários do século XVIII é a ausência sistemática de senzalas, nas avaliações. Mesmo os proprietários de muitos escravos, como Salvador Esteves Lemos (inv.177) dono de 15 escravos, em 1729, e o capitão Luiz Pinto de Queirós (inv.168), dono de 25 escravos, e falecido muitos anos depois (1790), não tiveram senzalas avaliadas”<sup>121</sup>.

Os dados obtidos por Sheila de Castro Faria na análise de inventários dos séculos XVII e XVIII na região Sudeste do Brasil possibilitam pensarmos que a inexistência de senzalas não significava também a inexistência de escravos e tão pouco que os proprietários rurais, que necessitavam em muito da mão-de-obra escrava, não os possuíssem em quantidade condizente com o tamanho de suas propriedades.

Robert Slenes<sup>122</sup> apresenta três tipos de senzalas que aparecem na iconografia brasileira: a senzala-pavilhão, cabanas dispostas em grupo e senzala barraco. A

<sup>120</sup> Reitz, Raulino. Op. Cit. P.08

<sup>121</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit., p.368.

<sup>122</sup> SLENES, Robert. Op. Cit., p. 152 - 168

precariedade das habitações de moradia dos senhores de escravos na Freguesia do Araranguá no século XIX, visíveis através das informações descritas nos inventários, reforça a idéia de que os escravos habitavam choupanas cobertas com palhas, sem janelas, sem assoalho e com paredes de pau-a-pique.

A descrição da casa onde Eusébia fora pernoitar, mesmo sem apresentar algum tipo de detalhe, nos parece ser uma das formas mais comum de habitação para os escravos da Freguesia, e se parece ao tipo apresentado por Slenes a partir de um desenho de Rugendas como senzala-barraco. Pequenas construções feitas de pau-a-pique, cobertas com palhas, sem janelas, apenas com uma porta.

As construções edificadas na Freguesia durante o século XIX eram maciçamente choupanas construídas com material simples como: palhas para a cobertura, barro e madeira para as paredes. Esse tipo de construção servia tanto aos brancos quanto aos negros. As edificações feitas com paredes de pedras, cobertura com telhas, assoalhadas, com janelas, são descritas nos inventários em proporções inferiores às de pau-a-pique, conforme pode ser observado no gráfico sobre os tipos de habitações edificadas na Freguesia do Araranguá.

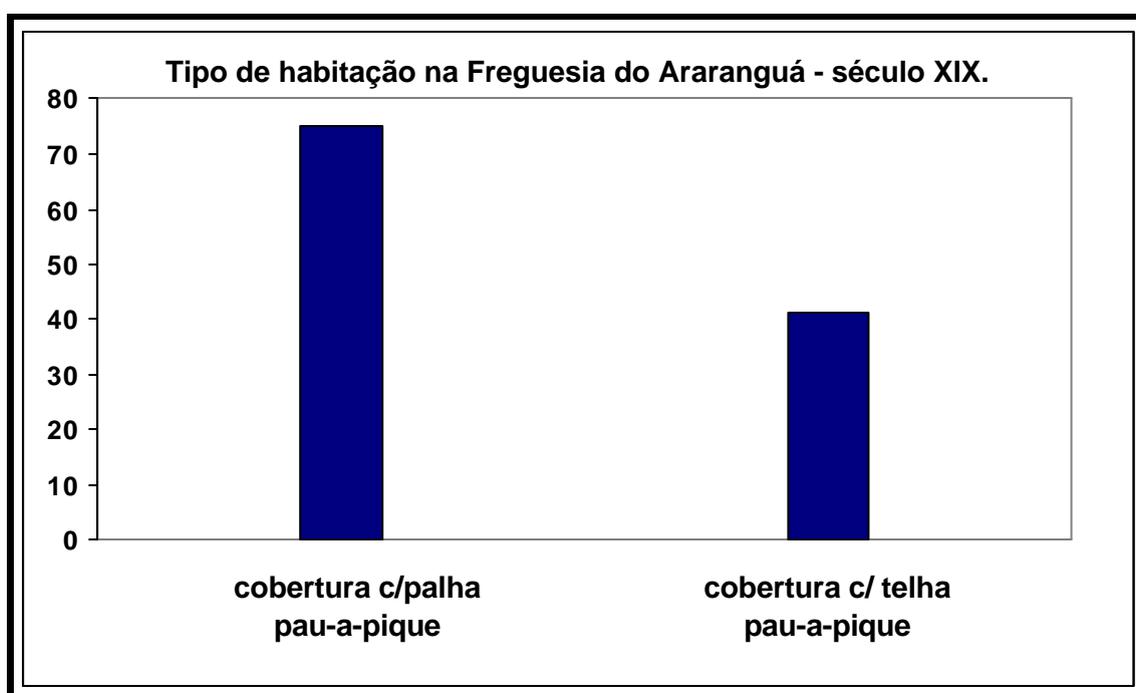


Figura 9 –Gráfico do tipo de habitação da Freguesia do Araranguá

Fonte: Inventários post-mortem da Freguesia do Araranguá.

O desenvolvimento da Freguesia, a partir de meados do século XIX, não permitia que os senhores de terras e escravos dispensassem recursos vultosos para construir senzalas-pavilhão. Essas senzalas eram edificadas com paredes de tijolos ou pedras e coberturas de telhas, material de alto valor, principalmente para uma Freguesia que não possuía produção interna desses materiais, necessitando importar de outras Freguesias.

Recorrendo aos valores dos bens do senhor Nepomuceno, veremos quanto custava a construção de uma casa de pedras em relação àquelas feitas de pau-a-pique e palhas. Enquanto a primeira foi avaliada em 350 mil réis, a segunda mal ultrapassou os 100 mil réis.

Pelo que vimos no caso da escrava Eusébia, as habitações dos escravos da Freguesia eram do tipo barraco e devem ter sido a forma predominante. Eusébia na noite em que fugiu da casa de seu senhor dormiu em uma casa que, segundo a descrição, sugere ser uma senzala-barraco, semelhante àquela apresentada por Rugendas.



Figura 10 - Senzala-barraco – Litografia de I. L. Deroi a partir de um desenho de Johann Moritz Rugendas. In: Johann Moritz Rugendas. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie., 1835. 4ª divisão, prancha 5, s/p.

Como já observamos os escravos muito provavelmente dividiam o teto de morada com seus senhores. Em certos casos para manter a individualidade da família escrava, construções eram edificadas separadamente das dos senhores. As senzalas do

tipo pavilhão, que eram as que mais recursos consumiam para sua construção, foram aquelas que inexisteram entre os proprietários de escravos da Freguesia do Araranguá.

## 5 - Alforria: liberdade comprada liberdade concedida

A carta de alforria era o registro que estabelecia por meios legais a passagem do escravo à condição de livre, adquirindo novo *status* jurídico diante da sociedade. “A carta de alforria não é uma fonte desconhecida na historiografia brasileira, mas pode-se perguntar se a carta de alforria é uma fonte suficiente para estudar o ato de alforriar”<sup>123</sup>.

A tentativa de alguns estudiosos em compreender o funcionamento de sociedades escravistas na América do Norte quanto no Brasil os conduziu em direção aos registros notariais: recibos de compra e venda de escravos, aluguel. Documentos como testamentos e inventários podem ser utilizados como fontes suplementares às cartas de alforrias, além das matrículas de escravos registradas em estações fiscais de coletoria<sup>124</sup>.

A busca por documentos que dessem visibilidade aos escravos que viveram na Freguesia do Araranguá, durante o século XIX, nos possibilitou entrar em contato com as cartas de alforrias. Com elas analisamos e comparamos as informações com as de outros documentos, ampliando nossa visão sobre a estrutura escravista da Freguesia. As alforrias encontradas devidamente registradas em cartório na Freguesia ultrapassam um pouco mais de uma dezena.

A escassez de documentos pertinentes à pesquisa, por vezes pode dificultar uma interpretação mais rigorosa sobre a questão central. É importante, porém, que não se caia no eterno lamento em se afirmar que as fontes são insuficientes ou que não mais existem.

Segundo Stuart Schwartz, enquanto muitos

“... historiadores brasileiros repetem tanto o mito que os documentos da escravidão foram destruídos no tumulto da abolição, que às vezes eles próprios acabam acreditando.(...) resta ainda uma grande variedade de fontes que não têm sido exploradas adequadamente. Entre elas figuram os

<sup>123</sup> EISENBERG, Peter. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 246.

<sup>124</sup> Idem p.249-50

registros dos cartórios que restaram em muitos lugares do Brasil. Esses livros registram muito da vida dos brasileiros em seus níveis mais elementares. Contratos, empréstimos, vendas e outros acordos financeiros eram assuntos jurídicos (...) todos precisavam ser registrados em cartório (...) Pela carta de alforria os direitos de propriedade eram cedidos e na qual o ex-escravo assumia nova personalidade e responsabilidades jurídicas<sup>125</sup>.

Para a interpretação das cartas de alforria é necessário ter-se o entendimento do contexto social e econômico em nível local e nacional; a composição da população escrava por sexo, idade, etnia, as relações de afetividade entre senhores e escravos, em especial pelas crianças cativas; quem era o comprador da alforria, ou seja, o próprio escravo ou terceiros; o preço médio de mercado do escravo homem e mulher e o tipo de liberdade adquirida: comprada ou concedida.

“O valor das cartas de alforria é óbvio. A existência dos registros notariais assegurou aos historiadores uma excelente oportunidade para o estudo do fenômeno da emancipação da maneira como acontecia no Brasil Colonial e Imperial”<sup>126</sup>.

É possível cruzarmos as informações contidas nas cartas de alforria com as de outros documentos, (inventários, arbitramentos, batismos etc.), e assim, chegarmos mais próximos da compreensão do funcionamento da escravidão na Freguesia. Esses diversos documentos se apresentam como pontas de fios surgindo de um emaranhado confuso. Puxando cada ponta, ou seja, cada documento, se percebe a extensão do seu significado e quando trançamos esses fios construímos uma peça dessa imensa colcha, que ainda está por ser produzida. Conseguimos, ainda que com dificuldades, respostas sobre escravos e senhores na Freguesia do Araranguá.

A primeira carta que aparece redigida e registrada na Freguesia do Araranguá é a carta de alforria do escravo pardo Brígido<sup>127</sup>, morador em Conventos, 17 anos, exercendo ofício de sapateiro, ofício raro na Freguesia durante o século XIX.

O escravo Brígido foi alforriado em 1878, seu dono era ninguém menos que o

<sup>125</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru – SP EDUSC, 2001. p. 173.

<sup>126</sup> Idem p. 175

<sup>127</sup> Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá. Carta de Liberdade. Alforriado escravo Brígido. Livro de Notas nº 02, fhs. 14 e 15. ano 1878.

rico proprietário de terras e escravos, Manoel Pereira de Mello<sup>128</sup>. A liberdade de Brígido fora conquistada após o mesmo entregar uma quantia significativa de 800 mil réis em dinheiro a seu senhor.

“Conquistar a alforria significava, sem dúvida, um ganho não desprezível para homens e mulheres cativos. Resultado, muitas vezes, de anos de trabalho duro para poupar o equivalente a seu preço ou tempos de “dedicação ao senhor” e de “bons serviços prestados”; na realidade, o ganho mais evidente era o exercício da liberdade de movimento”<sup>129</sup>.

O ofício de sapateiro permitiu a Brígido acumular uma fortuna pessoal para comprar sua liberdade. Além de Brígido, João, também escravo do mesmo senhor, conseguiu a liberdade de uma maneira não muito fácil. Trabalhar para conseguir juntar fundos e emancipar-se. Analisando a relação da matrícula dos escravos de Manoel Pereira de Mello, descobrimos que ambos eram mais que apenas escravos deste senhor, João e Brígido eram irmãos, filhos da escrava preta Bibiana, também cativa, com mais dois filhos, e um neto.

O ato de alforriar poderia ocorrer de duas maneiras: cedendo gratuitamente sem ônus ao escravo ou através de pagamento, seja em dinheiro ou por prestação de serviço. Assim, poderia o escravo Brígido ter sido libertado sem ônus para sua pessoa, tendo a chance de recomeçar a vida como liberto, e 800 mil réis no bolso o que lhe seria de grande ajuda. Mas isso não ocorreu.

Que motivações levaram o senhor Mello a cobrar pela liberdade de Brígido? Sendo ele um rico proprietário e não tendo, segundo consta, alforriado algum escravo gratuitamente, poderia ele ter concedido liberdade a Brígido sem ônus para o mesmo? A resposta a essa pergunta certamente irá enveredar-se por muitos caminhos. Iremos tentar caminhar por alguns deles.

Mas, primeiramente, precisamos fazer algumas considerações acerca do processo

<sup>128</sup> Manoel Pereira de Mello foi um rico proprietário de terras e escravos na localidade dos Conventos. No próximo capítulo iremos discutir a presença deste senhor numa ação de arbitramento movida por um de seus escravos.

<sup>129</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. p. 135

de manumissão, ou seja, da libertação voluntária dos escravos. Para muitos historiadores, há a concordância de que “o acesso à liberdade era mais fácil na América Latina do que na América do Norte, e que a libertação de escravos era fenômeno praticado em grande escala”<sup>130</sup>.

“Há muito se reconheceu que os escravos brasileiros às vezes compravam a liberdade”<sup>131</sup>. Para alguns, essa era uma maneira de controle social, para outros mostra o caráter mais humano da escravidão brasileira.

“... porém, a controvérsia ressurgiu no tocante às motivações e às funções da manumissão (...) Está claro que muito pouco se sabe sobre o processo e funcionamento. As questões básicas de “quem”, “por quê”, “como” e “quantos” nunca foram estudadas em profundidade. Pelo contrário uma série de generalizações “razoáveis”, fundamentadas em indícios dispersos ou deduzidas da demografia total da população, tem caracterizado a maioria das opiniões sobre a manumissão.”<sup>132</sup>

Através de um estudo realizado sobre as alforrias na Bahia, entre o período de 1684 e 1745, analisando 1160 cartas de liberdade, Stuart Schwartz aprofunda a discussão sobre o processo de manumissão, e procura estabelecer comparativos entre as centenas de alforrias. O estudo apresentado por Schwartz nos dá diversos indicativos de como proceder diante da análise desse tipo de documento. Um conjunto de possibilidades determinava a condição da alforria: concedida ou comprada. O entendimento do quadro econômico vigente no país e na Freguesia no momento em que a alforria fora conquistada oferece pistas para nosso questionamento. A nível nacional a escravidão estava com os dias contados. Após a Lei Euzébio de Queiroz proibindo o tráfico negreiro, os escravos brasileiros passaram a ter seu preço sobre-valorizado. Para os proprietários que dispunham de cativos gerados no próprio cativeiro e não pela compra no mercado de escravos, essa seria uma maneira de ganhar uma boa soma, vendendo ou libertando através de pagamento.

---

<sup>130</sup> DEGLER, Carl. Apud: SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p.172

<sup>131</sup> Idem p. 200

<sup>132</sup> Idem p. 172

Como a economia local não era caracterizada por grandes latifúndios exportadores, que gerassem lucros extraordinários aos senhores de terras. O escravo era peça chave, reserva de capital, bem alienável que poderia gerar mais lucro ao ser vendido do que a produção agrícola por ele realizada. Tendo ciência dessa condição os senhores aproveitavam ao máximo seus escravos, restringindo as liberdades gratuitas.

Os registros de que dispomos das alforrias datam da última década do século XIX. A partir de 1878 encontramos nos livros de notas cartoriais um total de 13 cartas de alforrias registradas. Na última década que antecedeu a abolição da escravatura, 13 escravos foram libertos por seus senhores na Freguesia do Araranguá. A quantidade de homens libertados ficou um pouco acima do das mulheres, 08 homens e 05 mulheres; considerando os escravos libertos por Joaquina Rosa de Jesus, teríamos mais um homem e uma mulher escrava.

De todas as alforrias conquistadas, 16 delas ocorreram por meio de algum tipo de indenização: pagamento em dinheiro ou prestação de serviço. Somente 03 alforrias se deram de forma totalmente gratuita. A liberdade alcançada através de indenização alcançou um percentual elevado de 84,2%, enquanto as liberdades concedidas voluntariamente alcançaram um percentual de 15,7%.

#### **Condição da conquista das alforrias na Freguesia do Araranguá – 1878 a 1888.**

<b>LIBERDADE</b>	<b>Pagamento dinheiro</b>	<b>Pagamento servir até a morte</b>	<b>Servir por mais 5 anos</b>	<b>Sem pagamento gratuita</b>
COMPRADA	04	06 <sup>b</sup>	02	03
ARBITRADA	04 <sup>a</sup>			

**Tabela 3 – Tipos de alforrias**

Fonte: Livros de Notas do Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá.

<sup>a</sup> Liberdade conquistada por meio judicial através de arbitramento

<sup>b</sup> Incluí-se dois escravos que aparecem como libertos no testamento de Joaquina Rosa de Jesus.

As taxas encontradas em apenas uma década não são suficientes para se afirmar que esse padrão tivesse ocorrido em décadas anteriores. Contudo é preciso considerar

que em função do valor dos escravos ter se elevado após 1850 e que em função das famílias não serem tão abastadas ao libertarem voluntariamente seus escravos, geravam prejuízos. Assim é possível que esse percentual de liberdades compradas estivesse se repetindo nas décadas anteriores. Deve-se levar em conta que as atividades econômicas da Freguesia estavam em expansão econômica e portanto necessitavam da mão-de-obra escrava. A esse respeito Fernando H. Cardoso apresenta dados ilustrativos sobre a população escrava de Lages e Tubarão, que a partir de 1870 manteve-se em alta, diferente dos demais municípios onde o número reduziu-se tanto a ponto de, em 1885, a escravidão estar quase completamente extinta, como foi o caso de Desterro<sup>133</sup>. Ainda a esse respeito, podemos considerar os dados apresentados em 1866; a população da Freguesia era composta por 3.376 homens livres e 907 escravos<sup>134</sup>. Em 1856, Léonce Aubé, ao descrever a Província de Santa Catarina, contabilizava para a Freguesia do Araranguá uma população de 2.031 homens livres e 157 escravos<sup>135</sup>. Considerando a possibilidade de existirem erros nos valores apresentados sobre a população, e que o crescimento populacional não tenha sido da ordem de seis vezes, ainda assim há indícios que levam a crer que de fato tenha ocorrido um substancial aumento. Há que considerar que a Freguesia do Araranguá assim como Lages e Tubarão, eram áreas de expansão e integração econômica recente<sup>136</sup> à Província catarinense, atraindo mais pessoas, aumentando o número de escravos e também restringindo as alforrias.

Para as famílias que utilizavam o trabalho escravo e que tinham dificuldades em consegui-los, era prudente que explorassem ao máximo essa força de trabalho, até o fim da vida. Se por ventura objetivassem a liberdade, então deveriam pagar por ela. Schwartz apresentou taxas de 47,7% para as liberdades compradas na Bahia entre os

---

<sup>133</sup> CARDOSO, F.H. Op. Cit., p. 133

<sup>134</sup> FARIAS, Wilson F. Op. Cit., p. 274

<sup>135</sup> PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia...* Op. Cit., p. 24

<sup>136</sup> CARDOSO, F.H. Op. Cit., p.13

anos de 1684 e 1745<sup>137</sup>. Mesmo dentro desse período, as emancipações compradas vinham crescendo em função do aumento do preço dos escravos. Em 1740 esse tipo de emancipação havia aumentado mais da metade do total das emancipações.

Comparativamente as proporções entre as taxas de liberdades da Bahia e da Freguesia do Araranguá apresentavam grandes diferenças. Para uma população de 900 escravos na Freguesia em 1866, ocorreram 19 alforrias, apenas 2,0% da população escrava teve acesso à liberdade. Já na Bahia, para uma população de 22 mil escravos, ocorreram 1160 alforrias, representando um percentual de 5,0%, valor quase três vezes superior ao da Freguesia.

Deve-se considerar que o maior número de liberdades na Bahia pode estar associado ao fato dessa Província possuir um aparato estatal de controle e registro de seus escravos, enquanto a Freguesia do Araranguá, surgida a partir de 1848, ressentia-se da presença efetiva do aparelho estatal, sendo possível que alguns registros deixaram de ser feitos, dando a impressão de que tenha ocorrido menos alforrias que na Bahia. O contexto econômico, social e o período diferiam bastante daquele encontrado na Freguesia e certamente influenciavam num maior número de liberdade. Uma das justificativas para ao maior número de liberdades vinculava-se à idéia do controle social por parte dos senhores.

Manuela Carneiro da Cunha, tratando sobre os silêncios da lei, lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX, atenta para o fato de que durante quase todo o período em que vigorou a escravidão no Brasil, a concessão de alforrias era de responsabilidade expressa dos senhores de escravos. Somente a partir de 1871 com a Lei do Ventre Livre, é que escravos puderam legalmente pagar por sua liberdade e em caso de não ser aceita a indenização proposta, seria possível a eles recorrerem à Justiça. De acordo com Manuela C. da Cunha, a prática de concessão de

---

<sup>137</sup> SCHWARTZ, Op. Cit., p. 178

liberdade através de indenização foi amplamente difundida entre escravos e senhores, porém em nenhum momento anterior a 1871, existiu alguma lei que obrigava o senhor a libertar escravos mediante alguma forma de pagamento. O escravo era propriedade particular e cabia somente a seu dono conceder-lhe liberdade.

A manutenção de uma prática costumeira com a inexistência de uma lei escrita que regulamentasse essa prática era sustentada por muitos, justificando que dessa forma o Estado não tiraria a autoridade do senhor sobre sua propriedade, o escravo. Essa situação garantia o controle da ordem e poderia estimular a boa conduta do escravo que almejava a liberdade: comprada ou concedida, cabendo exclusivamente a seu dono acenar-lhe positivamente<sup>138</sup>, *“romper a relação era, portanto, prerrogativa senhorial – porque, afinal, era quem detinha a posse da liberdade do escravo”*<sup>139</sup>.

Certamente esse tipo de controle se fazia presente na Freguesia do Araranguá, mantendo a ordem social e limitando o número de alforrias. A partir da promulgação da Lei do Ventre Livre, a lei costumeira utilizada para compra da liberdade passou a ser lei escrita, dando de fato direito ao escravo recorrer à Justiça em busca de liberdade. A lei de 1871 alterou em muito as relações entre senhores e escravos no que tange ao domínio do senhor sobre sua propriedade.

Ao obrigar o senhor a conceder a liberdade a um escravo que tivesse o pecúlio para comprá-la, a lei, de certa forma, determinava que a liberdade pertencia ao escravo, estando na posse do senhor de forma, digamos assim, precária. Visto em termos estritamente contratuais, é impossível não concluir no absurdo de obrigar alguém a vender alguma coisa que é sua propriedade<sup>140</sup>.

Se pensarmos a existência de uma lei escrita muito anterior à do Ventre Livre, que possibilitasse aos escravos disporem de meios legais para reaver o direito à liberdade, tal situação poderia acarretar prejuízos à ordem escravocrata brasileira. A relação de autoridade do senhor sobre seus escravos estaria fatalmente abalada.

<sup>138</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo. Brasilense, 1986. p.123 a 142.

<sup>139</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas. Editora da UNICAMP. 1999. p. 256

<sup>140</sup> Idem. p. 256

Portanto, a existência de uma lei costumeira cumpria seguramente múltiplas finalidades: controlando a ordem social, estimulando escravos a guardarem algum tipo de pecúlio e afirmando que a concessão de liberdade cabia exclusivamente ao proprietário do escravo.

Ao que se percebe, os padrões de alforria que estavam ocorrendo na Freguesia do Araranguá se davam por meio de alguma forma de pagamento: em dinheiro, prestação de serviço por cinco anos ou servir até a morte. Mas sabemos que certas alforrias também eram concedidas na Freguesia, sem ônus ao escravo.

No testamento de Joaquina Rosa de Jesus<sup>141</sup>, em 1869, moradora nas paragens do rio Mampituba, se percebe, através das disposições testamentárias, que a finada Joaquina beneficiara todos os seus cativos. Havia libertado o escravo Gabriel e deixado a quantia de 20 mil réis. Libertara também Simiana em vida, e passara a carta também aos seus três filhos. Simiana recebeu um tear, dez braças de terras de frente, por oitocentas braças de fundos e uma panela de ferro. André continuaria cativo, mas recebeu dez braças de terras por oitocentas braças de fundos<sup>142</sup>. Para a preta Maria Conga, que já havia sido cativa de dona Joaquina, deixou a quantia de 4 mil réis.

A maneira pela qual Simiana havia conseguido sua liberdade devendo ela servir sua senhora em vida, configura-se num tipo de liberdade compulsória sem ônus para o escravo. Entre todas as alforrias que encontramos na Freguesia, concedida gratuitamente, apenas os escravos de dona Joaquina haviam recebido algum tipo de herança, além da alforria.

Em 1884, a senhora Ana Maria Raupp, moradora em Passo do Sertão, 2º Distrito de Araranguá, mandou que fosse registrada em cartório a carta de alforria<sup>143</sup> a dois escravos seus: Adão, preto, 23 anos, solteiro e Vitória, 28 anos. A senhora de Adão e

<sup>141</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariado. Joaquina Rosa de Jesus. Inventariante. Antônio Domingos de Castro. 1869. Inv. nº 25. cx. nº 01.

<sup>142</sup> Idem. p. 05

<sup>143</sup> Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá. Outorgante: Ana Maria Raupp. Outorgados: escravos Adão e Vitória. 1884. livro nº 08

Vitória determinou que ambos devessem servi-la por mais cinco anos a partir da data em que a carta fora registrada. Somente receberiam a liberdade e o documento de alforria após os cinco anos de serviços prestados.

Se as determinações de Ana Maria Raupp foram cumpridas, ambos os escravos não sentiram o prazer de se tornarem plenamente livres, pois o prazo final para o cumprimento do prazo estabelecido encerraria em 1889, um ano após a libertação definitiva dos escravos.

## 6 – Batismo escravo: bem apadrinhar para bem ganhar

Anteriormente quando tratamos da questão sobre a ilegitimidade dos filhos de escravos, analisamos a maneira pelo qual historiadores e outros estudiosos enxergavam a família escrava brasileira, e suas distorções. Família promíscua, sem laços de afetividade e parentesco eram os conceitos que se tinham da estrutura familiar escrava. Essa visão depreciativa foi uma constante, chegando a se utilizar dela para explicar padrões contemporâneos negativos da comunidade afro-brasileira<sup>144</sup>.

A família escrava engendrava no seio da sociedade escravocrata brasileira possibilidades de ampliação dos laços familiares, que poderiam dar uma certa garantia de maior estabilidade familiar. A extensão da família escrava estava ligada não apenas aos membros consangüíneos, pais, filhos, avós e tios, mas também a outros escravos e a homens livres.

O apadrinhamento era uma das formas utilizadas pelos escravos em busca de possíveis ganhos futuros, para seus filhos ou sua família. Aparece como uma forma de parentesco fictício. Além do caráter religioso que vinculava a criança à Igreja e aos padrinhos, existia o caráter político, onde os pais também estariam ligados aos padrinhos que assumiriam determinados compromissos ditados pela Igreja. O batismo dos escravos era de responsabilidade dos senhores, pois a escravidão era justificada como conversão dos pagãos e salvação das almas.

Havia diversas formas de se estabelecer a relação entre padrinhos e afilhados, muitas delas condenadas pela Igreja Católica. Uma delas era usar como madrinha uma santa protetora ou Nossa Senhora. Apesar de proibidas pelo Concílio de Trento, essas práticas custaram a desaparecer no Brasil<sup>145</sup>. Encontramos ainda no fim do período escravocrata brasileiro esse tipo de prática na Freguesia do Araranguá. Nossa Senhora

---

<sup>144</sup> SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit. p. 264

<sup>145</sup> GUDEMAN, Stephen. Apud: SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit. p. 266

Protetora, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Parto<sup>146</sup> foram as que serviram de madrinhas em quatorze batismos de escravos. Como havia diversas formas, muitas inclusive não aceitas pela Igreja Católica, a Freguesia do Araranguá não fugiu à regra, apresentando também um número elevado de arranjos na formação dos padrinhos de escravos. Sendo assim, elaboramos uma tabela com as mais variadas combinações encontradas em 217 registros de batismos da Freguesia, no período de 1864 a 1887.

<b>Modalidade de apadrinhamento</b>	<b>Quantidade</b>
Padrinho/madrinha livre – dono diferente	<b>134</b>
Um padrinho livre – dono diferente	02
Padrinho livre/ madrinha escrava	02
Um padrinho escravo – dono diferente	03
Um padrinho dono	03
Padrinho livre/ madrinha santa protetora	<b>09</b>
Dois padrinhos livres/ madrinha santa protetora	01
Padrinho/madrinha escravos – dono diferente	<b>23</b>
Padrinho dono/ madrinha parente	01
Padrinho escravo do mesmo dono/ madrinha escrava de dono diferente	02
Sem padrinho	01
Padrinho/madrinha livres – parente do dono	<b>10</b>
Padrinho padre/ madrinha livre	02
Padrinho escravo/madrinha livre	01
Padrinho/madrinha pardos	01
Padrinho liberto/madrinha escrava dono diferente	01
Padrinho/madrinha libertos	02
Um padrinho escravo mesmo dono	03
Um padrinho escravo/madrinha santa protetora	04
Padrinho escravo dono diferente/ madrinha escrava mesmo dono	04
Padrinho escravo dono diferente/madrinha escrava do mesmo dono	02
Dois padrinhos escravos do mesmo dono	01
Padrinho/madrinha escravos do mesmo do no	04
Padrinho escravo mesmo dono/madrinha santa protetora	01
<b>TOTAL</b>	<b>217</b>

**Tabela 4 – Modalidades de compadrio – Freguesia do Araranguá**

Fonte registro de batismo de escravos da Freguesia do Araranguá – Diocese de Criciúma.

<sup>146</sup> É possível que a escolha de Santas Protetoras esteja diretamente ligada a problemas que certas escravas tinham em dar a luz a seus filhos. O único auxílio na hora da dificuldade, seria invocar o nome de uma Santa fazendo-se a promessa de dar a criança como afilhado à madrinha protetora. Essas Santas Protetoras tiveram grande importância para escravos e livres, influenciando as gerações futuras. Ainda hoje muitos são os devotos dessas Santas. Em Criciúma, cidade que conta com uma população negra expressiva, é comum encontrar na Diocese São José, os conhecidos santinhos contendo oração àquelas protetoras.

A partir da década de 1980 com a publicação de descobertas feitas por Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, sobre as relações de compadrio em duas paróquias rurais da Bahia, entre 1789-90, outros estudos foram realizados sobre o compadrio de escravos. Podemos destacar os trabalhos de Eliana Goldschmidt em São Paulo no século XVIII, Kathleen Higgins em Sabará no ano de 1727 e 1731-32, Ana Maria Lugão Rios entre 1871-1888, nas lavouras de café de Paraíba do Sul (Rio de Janeiro)<sup>147</sup>. Os resultados obtidos indicam alguns padrões nos batismos de escravos observáveis no Brasil.

Um dos padrões observados é que os senhores não se tornavam padrinhos dos próprios escravos e só raramente os parentes do senhor exerciam esse papel. Essa situação demonstra que a escravidão não possuía um caráter paternalista nas suas relações. Os dados que se apresentam na Freguesia do Araranguá entre 1864-87<sup>148</sup> confirmam esse padrão, onde senhores não batizavam seus escravos. Entre os 217 batismos, em 166 deles, serviram de padrinhos homens livres, desses 166, apenas 04 padrinhos batizaram seus escravos, e somente em 10 casos, os padrinhos tinham algum parentesco com o dono do escravo.

De acordo com os padrões observados nas áreas já citadas, havia uma espécie de categoria de compadrio que reproduzia a hierarquia de *status* e cor da sociedade. Os escravos quase nunca serviam de padrinhos de crianças nascidas livres, ou de filhos de escravos libertos, mas pelo contrário os filhos de escravos tinham padrinhos livres, libertos e escravos<sup>149</sup>.

Antes de 1870, os parentes do senhor batizavam muito raramente os escravos; esse padrão foi observado na Bahia, Minas Gerais, Curitiba e podemos afirmar, de

---

<sup>147</sup> Idem p. 270

<sup>148</sup> Diocese de Criciúma. Registro de batismo de escravos. Freguesia do Araranguá. 1864-1888.

<sup>149</sup> SCHWARTS, Stuart. Op. Cit. P. 272.

acordo com o que encontramos e apresentamos, isso vinha também ocorrendo na Freguesia do Araranguá.

Além da prática de escravos não serem batizados por parentes dos donos, outra situação parece ter sido uma constante na Freguesia, a de se escolher escravos de outros proprietários como padrinhos. Em aproximadamente 78% dos batismos envolvendo escravos, os padrinhos pertenciam a proprietários diferentes. A ocorrência dessa prática também foi observada em Curitiba, de meados do século XVIII até a década de 1870. A justificativa desse acontecimento se assenta no fato de que as propriedades escravagistas eram relativamente pequenas. Essa situação também indica a capacidade dos escravos de formar laços além dos limites da propriedade<sup>150</sup>.

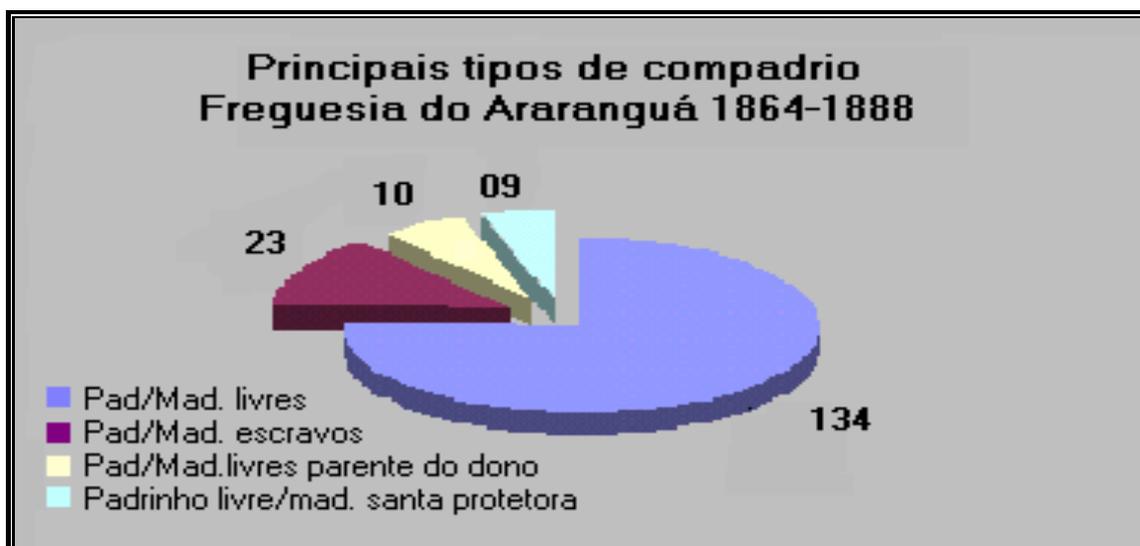


Figura 11 - Gráfico dos principais tipos de compadrio – Freguesia do Araranguá

Fonte: Registros de batismos de escravos. Freguesia do Araranguá. Diocese de Criciúma.

Os dados encontrados na Freguesia do Araranguá a partir da década de 1860, como os de Curitiba durante o século XIX, confirmam algumas descobertas feitas na Bahia no século XVIII. O modelo mais comum para batismo de filhos de escravos era escolher padrinho e madrinha livre, e como segundo modelo era a escolha de padrinho e madrinha escravos.

<sup>150</sup> Idem p.282-83

Conforme se pode observar na tabela de batismos de escravos, os valores para senhores que serviam de padrinhos, padrinhos livres e padrinhos escravos, são bastante semelhantes nas três áreas analisadas, ainda que na Bahia, o período e a estrutura econômica também sejam bastante distintos das outras duas áreas.

Local	Data	Nº de casos	Senhores Padrinhos	% Padrinhos/ Madrinhas livres		% Padrinhos/ Madrinhas escravos	
<b>Bahia</b>							
Rural	1780-90	264*	0	72	64	24	36
<b>Curitiba<sup>A</sup></b>							
(negros)	1850-69	113	0	80	78	19	18
	1870-88	97	1	92	90	8	5
<b>Freguesia</b>							
Araranguá <sup>B</sup>	1864-88	217	4	76	68	20	17
(negros)*							
* Somente crianças							

<sup>A</sup> Dados retirados da tabela de batismo de escravos apresentada por Stuart Schwartz da obra *Escravos, roceiros e rebeldes*. p.284.

<sup>B</sup> Fonte registro de batismo de escravos da Freguesia do Araranguá – Diocese de Criciúma.

**Tabela 5 – Proporção de padrinhos e madrinhas livres e escravos nos batismos na Freguesia**

Mesmo ocorrendo variações no tamanho e proporções relativa da população escrava, as diferenças do tipo de produção e estágio de desenvolvimento, os modelos de compadrio eram semelhantes para os escravos<sup>151</sup>. “Havia um conjunto de normas não escritas, que orientavam os senhores e os escravos brasileiros no compadrio, que levava os senhores a aceitar tanto a escravidão quanto o apadrinhamento espiritual<sup>152</sup>”. Para os escravos esses padrões indicam a tentativa de usar o compadrio para melhorar a própria situação e fortalecer laços de família. Seria a possibilidade para o escravo de bem apadrinhar para ter algum ganho futuro.

<sup>151</sup> Idem p.285

<sup>152</sup> Idem p.285

### *Capítulo III*

## **NOSSOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA**

Durante um período de aproximadamente três séculos, o Brasil contou com a escravidão negra. Tornou-se prática comum entre pequenos e grandes fazendeiros rurais a utilização da mão-de-obra escrava, quer para produzir açúcar no Nordeste, quer minerando no Sudeste, quer domando gado selvagem no Sul, o negro esteve presente em todas as regiões brasileiras.

Em algumas áreas de produção, por serem mais antigas – onde se iniciou a ocupação portuguesa no Brasil - as marcas da escravidão ainda hoje são perfeitamente visíveis: através de traços genéticos e culturais. Em outras, de ocupação mais recente, com introdução maciça de europeus, isto se tornou menos visível. A presença de imigrantes europeus (principalmente alemães e italianos) foi de certa forma responsável, juntamente com o discurso historiográfico produzido, pela constante afirmação da quase total ausência de escravos negros no Sul do Estado de Santa Catarina.

Afirmar que a presença negra em Santa Catarina ocorreu desde o início de seu povoamento é muito diferente do que se afirmar que na Bahia a presença negra data dos primórdios da colonização. Essa idéia gera desconfiança, pois o Estado de Santa Catarina é marcadamente reconhecido como terra de alemães e italianos. Além disso o

discurso produzido em terras catarinenses sempre foi de origem branca, que vende a imagem de “mini Europa brasileira”.

Como esse tipo de discurso reforça a insignificância negra em Santa Catarina, os discursos do padre João Dall’Alba, padre Raulino Reitz, padre Paulo Hobold quanto o de Gilberto Ronsani mostrados no primeiro capítulo, também o fazem no Sul de Santa Catarina, limitando a percepção dos acontecimentos.

Algumas obras sobre a História Catarinense apontam uma taxa próxima de 25% de população negra em Santa Catarina<sup>153</sup> no século XIX, um percentual pouco expressivo quando comparado a outros Estados como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, onde o contingente negro era superior a 60% da população total. Este percentual de 25% também se verificou no Grande Araranguá em 1866<sup>154</sup>. Naquele momento a população branca era de aproximadamente quatro mil pessoas e mil escravos negros, perfazendo um total de 25% sobre a população branca.

Este percentual de 25% de negros na população catarinense do século XIX e também da Freguesia do Araranguá, vincula-se a certas especificidades locais/regionais: primeiro, Santa Catarina tornou-se, a partir do século XVI, um ponto de passagem e abastecimento de água e víveres às embarcações que se dirigiam à região platina; segundo, a região desenvolveu-se mais no aspecto militar (Desterro, Lages) que econômico devido à sua posição estratégica; terceiro, o desenvolvimento da mineração no centro do país permitiu que as terras meridionais atraíssem muitos paulistas, que sem condições de possuírem uma escravaria necessária à exploração dos veios auríferos, deslocaram-se fundando novos núcleos populacionais como Desterro e Laguna<sup>155</sup> e por último, a divisão das terras catarinenses em pequenas e médias propriedades, desde a

---

<sup>153</sup> Podemos destacar as obras Osvaldo R. Cabral e Walter F. Piazza, que escrevem sobre a colonização de Santa Catarina.

<sup>154</sup> FARIAS, Vilson F. *Dos Açores ao Brasil Meridional uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura/ Açores e litoral catarinense*. Florianópolis. Ed. do autor, 1998.

<sup>155</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis, Editora Insular. 2000.

chegada dos açorianos no século XVIII, permitiram o desenvolvimento de uma produção familiar, desvinculada do sistema *plantation*, que tinha por base a utilização de grande número de escravos.

Conhecendo o contexto da ocupação de Santa Catarina, ou seja: uma ocupação tardia, com populações menos abastadas de paulistas e açorianos e a divisão das terras catarinenses em pequenas e médias propriedades, entendemos assim a razão de um menor número de escravos negros em Santa Catarina, mas não ausência.

Diante do que temos observado através de bibliografias sobre o sistema escravista brasileiro e catarinense e também diante de certas especificidades regionais, a escravidão rural em Santa Catarina tornou-se muitas vezes menos visível e registrada que a urbana.

Tanto Sheila de Castro Faria em: “*A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*” quanto Hebe Maria de Mattos em: “*Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil século XIX*”, trabalham com documentos que permitem a compreensão de uma estrutura colonial pautada no trabalho escravo e na propriedade rural no Brasil nos séculos XVIII e XIX. São documentos como inventários post-mortem, registros de batizados, óbitos e outros.

Na obra de Joseli Mendonça, “*Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*”, a autora destina um capítulo do livro a discutir alguns processos de arbitramento, movidos por escravos que recorriam à Justiça a fim de terem o valor da liberdade arbitrado e assim indenizarem seus senhores. Essa análise salienta a dinâmica nas relações entre senhores e escravos e a luta destes para conseguir a liberdade. São documentos que permitem visualizar o movimento colonial brasileiro, como sugere o título da obra de Sheila de Castro Faria.

É nessa perspectiva que temos pautado nossa pesquisa; com esse tipo de documentação mergulhamos num mar até então bem pouco explorado, tentando

construir uma imagem acerca do que teria ocorrido na Freguesia do Araranguá no século XIX.

O tempo e a falta de registros fez desses escravos negros, que a memória mais recente desconhece, sujeitos esquecidos. Mesmo com a inexistência de documentos extra-oficiais mencionando os escravos que nasceram e viveram na Freguesia do Araranguá, os documentos oficiais que ainda restam sobre a escravidão, sobreviventes do tempo e das ordens para serem destruídos após a Proclamação da República, permitirão transformar os escravos da Freguesia, de sujeitos esquecidos em sujeitos lembrados.

## 1 - Velho, quebrado, sem valor, mas escravo

Em 05 de maio de 1882 o escravo preto de nome Carlos de propriedade de Antônio Francisco de Emerim, ambos moradores em Passo do Sertão, 2º distrito de Araranguá, requereu, através de seu curador, o advogado Francisco José Luis Vianna, ao Juiz Municipal de Laguna, o pedido de arbitramento de seu valor desejando conquistar a liberdade através da compra.

“Diz o preto Carlos através de seu curador, que tendo servido por vários anos a seus senhores e que por morte de sua senhora conquistou meia liberdade, quer agora remir-se do cativo e pede para que seja feito o arbitramento de seu valor”<sup>156</sup>.

O arbitramento se fez necessário já que seu senhor não concordava em conceder-lhe a liberdade. O escravo Carlos, segundo consta dos autos do processo de arbitramento do seu valor, havia prestado serviços durante anos à família de seu senhor. Quando Maria José de Emerim veio a falecer, através de uma carta testamentária, registrada em 1881, na Vila de São Domingo das Torres – RS, o libertou na parte que lhe cabia de sua meação.

“Digo eu abaixo assinado Maria José de Emerim que sendo possuidora da metade de um escravo de nome Carlos e outra parte de meu marido Antônio José de Emerim que de cuja minha parte desde hoje passo a liberdade ao mesmo escravo, por muito meu gosto e livre vontade e peço a justiça de SUA MAJESTADE IMPERIAL, que valha esta carta de liberdade...”<sup>157</sup>.

Entretanto Carlos continuou prestando serviços a seu senhor Antônio Francisco de Emerim que, segundo se depreende dos autos do processo, não tinha a intenção de libertá-lo por meio de arbitramento e muito menos de forma gratuita.

Em 23 de junho de 1882 o senhor Emerim deveria ter sido intimado pelo Oficial de Justiça, para que juntamente com os árbitros nomeados arbitrassem o valor a ser pago pelo escravo Carlos. Usando de uma estratégia bastante comum à época, o dito

<sup>156</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Processo de Arbitramento. Suplicante: escravo Carlos. Suplicado: Antônio Francisco de Emerim. Caixa nº 01. 1882.p.02

<sup>157</sup> Carta testamentária de Maria José de Emerim, libertando sua parte de direito no escravo Carlos. Registrada na Vila de São Domingos das Torres. RS. Agosto de 1881.

Emerim não foi encontrado pelo Oficial de Justiça não ocorrendo dessa forma a intimação. Este recurso era uma forma de estratégia que permitia ao proprietário do escravo prorrogar a arbitragem do valor e retardar a tão almejada liberdade.

Afirmamos ser a ausência de Antônio Francisco de Emerim uma estratégia pois em um outro momento o escrivão Sebastião Fernandes da Silva intimou o dito senhor que não se deu por intimado por ter constituído um procurador em Laguna, na pessoa de Venâncio Fernandes Martins, com plenos poderes para resolver o caso. A distância entre Passo do Sertão e Laguna - 15 léguas ou 90 quilômetros - dificultava em muito o trabalho da Justiça, neste caso específico para intimar pessoas a comparecerem em Juízo.

Assim, o tempo transcorria sem que se chegasse à conclusão do arbitramento. A morosidade dos trâmites judiciários atrasava a liberdade do cativo, por meses ou anos, até que os processos agradassem a ambas as partes e fossem concluídos. Para Carlos a situação era bastante delicada por ter ele idade avançada, 70 anos<sup>158</sup>, muito além da média de vida de um escravo e ainda ser quebrado de ambas as virilhas e umbigo, ou seja, possuía hérnias, resultado do trabalho forçado durante décadas de cativo.

Para Carlos a demora na conclusão do processo poderia levá-lo à morte e impedi-lo de conquistar a liberdade. Esta é a história de nosso primeiro personagem, um meio escravo com idade avançada e problemas físicos. Sua luta: conseguir, o quanto antes, a liberdade, após longas décadas de escravidão.

Antes de conhecermos o desfecho final do processo de Carlos, é importante compreendermos mais claramente como se dava uma disputa entre escravo e senhor, por meio de um processo de arbitramento. Faz-se necessária uma discussão a fim de vermos, de que maneira o Estado se fazia presente, em suas relações com a sociedade da Freguesia do Araranguá.

---

<sup>158</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Processo de Arbitramento. Suplicante: escravo Carlos. Suplicado: Antônio Francisco de Emerim. Caixa nº 01. 1882.p.04

A ação do poder público, presente teórica e constitucionalmente em todas as partes do Brasil, regulando as relações entre as pessoas, era sobremaneira ausente na Freguesia do Araranguá. O Estado que regulava com mãos fortes as vidas das pessoas, estava, neste caso, com elas seguramente amarradas. Assim, as disputas ocorridas entre senhores e escravos se davam primeiramente, no campo do privado, muito antes de alcançarem as salas dos tribunais. Não é possível sabermos, mas é certo que Carlos tenha travado uma batalha com seu senhor para conseguir sua liberdade, pois o mesmo precisou utilizar o último recurso disponível: acionar a justiça estatal.

A quase total ausência do poder do Estado nesta Freguesia pôde por nós ser comprovada quando nos deparamos com os autos de um processo crime, em que um cidadão reclama uma atitude efetiva por parte do Estado. Filipe José de Souza Leão, ex-oficial do exército farroupilha, a quem nos referimos no primeiro capítulo, estabeleceu morada em Araranguá, e em 1854 entrou com uma ação na Justiça contra seus dois agressores que tentaram tirar-lhe a vida. Em seu depoimento Filipe José deixa claro que o poder do Estado, ali na Freguesia do Araranguá, era totalmente inexistente. Diz ele que,

“Recorrendo imediatamente ao Inspetor de Quarteirão(...)nada fez, nenhuma providência deu(...) antes mais encorajou os assassinos, com a falta de do cumprimento da lei(...) aquele em nada me ouviu como parte agravada, mais sim aos criminosos ( que exemplo! Que corrupção? escandalosa!!!! Criminosos conversarem com autoridades depois de crimes cometidos em o Império do Brasil, país constitucional(...) é uma imoralidade e atraso. Dentro deste Distrito(...)sendo desta forçado a recorrer a Capital da Província (grifo nosso) reclamando meus direitos e o cumprimento das leis das autoridades superiores”<sup>159</sup>.

Essa ausência do poder do Estado, como foi visto acima, na Freguesia do Araranguá, criada em 1848, pode ser explicada por sua localização. Pertencendo a Laguna, se encontrava em seu limite mais distante, à margem esquerda do rio Mampituba, cerca de 160 quilômetros distante desta. Um ponto a meio caminho entre Laguna e Porto Alegre.

---

<sup>159</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Autos do processo crime. Suplicante Filipe José de Souza Leão. Suplicados Manoel Vieira da Rocha e José da Rocha Vieira. 1854.caixa nº01

Com sua criação, a Freguesia do Araranguá torna-se mais um território de caráter administrativo, onde o Estado procurará se fazer presente, mas lhe faltará recursos para tal. Além dos recursos, era mister promover uma ocupação efetiva que preenchesse o vazio demográfico de cinco mil quilômetros quadrados, o que somente ocorrerá a partir de 1880 com a chegada de imigrantes italianos em maior quantidade.

Será através dos arbitramentos, uma das formas pela qual o Estado se fará mais presente nesta Freguesia. O arbitramento era o instrumento legal capaz de resolver questões litigantes entre senhores e escravos, podendo oferecer resultados finais que satisfizessem todas as partes envolvidas, mesmo que para isso o processo durasse muitos meses.

Os processos de arbitramentos foram instituídos a partir da lei nº 2040, de 28/09/1871, Lei do Ventre Livre, em seu artigo 4º, parágrafo 2º, assim redigido:

“O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação”<sup>160</sup>.

A nosso ver, os processos de arbitramento que ocorreram na Freguesia do Araranguá tiveram, como seria de se esperar, disputas entre senhores e escravos. Por si só, os arbitramentos significavam litígios. Entretanto quando comparamos com os arbitramentos ocorridos em Campinas – SP, a partir de 1871, notamos que naquela cidade as disputas entre senhores e escravos eram muito mais acirradas. Talvez a maior presença do Estado justifique o fato.

Os arbitramentos têm-se mostrado importantes fontes documentais, de onde emergem histórias anônimas de escravos negros. Em Campinas – SP, Joseli Mendonça em seu livro, *“Entre a Mão e os Anéis”*, busca, através dos autos

---

<sup>160</sup> BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. Textos políticos da história do Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, [s.d.]. p. 556-562 In: CALDEIRA, Jorge et al.. Viagem pela História do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 1 CD-ROM.

processuais, as batalhas judiciais travadas por diversos escravos, com auxílio de advogados humanitários e abolicionistas, contra seus senhores<sup>161</sup>.

A suposta insignificância quantitativa de escravos em Santa Catarina traduz, equivocadamente, o porquê da ausência de trabalhos mais rigorosos sobre a escravidão nesse Estado. Essa idéia foi compartilhada por renomados historiadores catarinenses<sup>162</sup>. O que determina a escravidão não são os números de escravos existentes e sim a relação senhorial de domínio e posse e a de submissão e obediência escrava, que se estabelece entre as partes.

Os arbitramentos encontrados na Freguesia do Araranguá salientam o que até então era uma grande novidade em função de se ter uma pequena população escrava. Mostram os jogos de interesses dos escravos. Demonstram o inverso do que se possa imaginar: a não passividade dos mesmos diante do cativo. Também nos é dada a possibilidade de ver que, mesmo estando cativos, muitos escravos arrumavam várias maneiras para disporem de tempo, realizando trabalhos a terceiros, e assim guardarem dinheiro para compra da liberdade.

Em muitos casos é interessante observar que o pecúlio que o escravo possuía para obter a alforria eram valores de tamanho igual ou superior a alguns patrimônios familiares da população livre. O escravo Brígido, ao qual já nos referimos no segundo capítulo, pagou por sua liberdade em 1878, 800 mil réis<sup>163</sup>. Manoel Bernardo da Costa, em 1876, morador no rio Manoel Alves, teve seus bens avaliados em 341 mil réis<sup>164</sup>. Cândida Veríssima da Rosa em 1877, moradora em Campinas do Araranguá, teve seus

---

<sup>161</sup> Sobre arbitramentos em Campinas ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas. Editora da UNICAMP. 1999.

<sup>162</sup> Como Walter Piazza e Osvaldo R. Cabral

<sup>163</sup> Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá. Carta de liberdade. Outorgante: Manoel Pereira de Mello. Outorgado: escravo Brígido. Livro de Notas nº 02. 1878. flhs. 14 e 15.

<sup>164</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariante: Policena Joaquina da Silva. Inventariado: Manoel Bernardo da Costa. 1876. cx. nº 02.

bens avaliados em 492 mil e 600 réis<sup>165</sup>. Valores bem inferiores ao que Brígido pagou por sua liberdade.

O preço médio dos escravos que possuíam idade entre 10 a 30 anos ficava por volta de 500 mil réis a 1 conto de réis. Não havia variação de valor para escravo homem ou mulher. A diferenciação de preço se dava pela idade e tipo de atividade exercida pelo escravo. Entretanto como na Freguesia predominavam atividades ligadas à terra, não havia grande especialização por parte dos escravos. Assim, praticamente inexistia diferenças de valores.

Quando uma família dispunha de um escravo, a mesma já possuía um patrimônio razoável, caso o escravo fosse vendido, o dinheiro obtido daria para comprar terras e/ou outros bens. O inventário de Francisco Nunes da Silveira, em 1859, mostra a relação de seus 15 escravos com idade e preço. Apenas três escravos: Ana, 35 anos, Luiza, 14 anos e Adão, 10 anos, somavam 2 contos e 700 mil réis, uma pequena fortuna. Se os 15 escravos fossem vendidos a um preço médio de 600 mil réis, o total do patrimônio somente de escravos alcançaria o valor de nove contos de réis, uma grande fortuna quando comparada a outros patrimônios, que em muitas vezes a soma de todos os bens não alcançavam um conto de réis<sup>166</sup>.

Para a população do Sul de Santa Catarina, que ignora a existência de escravos negros nessas terras, os arbitramentos têm-se mostrado fontes importantes de pesquisa, revelando a presença de escravos na Freguesia, e sobretudo suas ações diante do sistema escravista.

Agora que situamos algumas questões, retornaremos à história de Carlos. O que lhe teria acontecido? Teria seu senhor aceito o valor arbitrado? Em novembro de 1882 os avaliadores nomeados Alexandre Marschner Hiarup e Manoel Carneiro Pinto

---

<sup>165</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariante: Januário Francisco Martins Jaques. Inventariado: Cândida Veríssima da Rosa. 1877. cx. nº 02.

<sup>166</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariante: Eleutéria Joaquina da Trindade. Inventariado: Francisco Nunes da Silveira. 1859. cx. nº 01.

estabeleceram o valor de 40 mil réis a ser pago por Carlos. O senhor Emerim contestava a idade do escravo, para ele a idade que foi apresentada era muito superior a que Carlos realmente tinha. A relação de escravos nº 43 do senhor Emerim registrada em 1872, apresentava Carlos com 47 anos. Em 1882 quando do processo de arbitramento o dito escravo deveria ter aproximadamente 57 anos e não 70, como afirmaram os avaliadores.

Essa prática era comum entre os avaliadores dos escravos, que procuravam de diversas maneiras desqualificar o escravo: aumentado a idade, alegando falta de aptidão para o trabalho, mazelas do corpo, etc. Tudo isso ajudava a desvalorizar o preço dos escravos. É claro que as coisas não eram tão simples assim, pois também havia avaliadores que defendiam os interesses dos proprietários de escravos e muitos desses também eram donos de escravos. Tinham interesses em não permitir que arbitramentos mal feitos estimulasse mais escravos a utilizarem desse dispositivo legal para conquistarem a liberdade.

Possuindo problemas físicos e idade avançada e talvez não lhe restando muito tempo de vida, Carlos, assim mesmo queria ser livre. O que significava para Carlos conseguir sua liberdade? Para o escravo é alcançar a plenitude da liberdade do corpo, ainda que a vida pós-libertação não lhe seja muito diferente da que possuía, não importando que para isso fosse necessário pagar por ela.

Algo mais movia a vontade de Carlos em ser liberto. Havia constituído família, era casado com pessoa livre e sabia que sua condição de meio cativo atrapalhava a vida de seus familiares. Não poderia ele e sua família ter autonomia plena sobre suas vontades, pois dependiam em parte das vontades de seu senhor.

A avaliação feita que determinou a Carlos o pagamento de 40 mil réis foi muito vantajosa a seu co-senhor em termos monetários, pois de acordo com as condições físicas e da idade avançada, teria ele pouco ou nenhum valor como escravo a ser

vendido. Por outro lado foi também desvantajosa, pois o senhor Emerim perderia o domínio sobre o trabalho do escravo, o que lhe era realmente importante.

Duas décadas antes, em 1860, um dos escravos da finada Joaquina Rosa de Jesus<sup>167</sup>, de nome José, possuindo idade incerta, quebrado de ambas as virilhas, foi visto pelos avaliadores do inventário de Joaquina Rosa de Jesus e disseram de nada valer o escravo, segundo as enfermidades que sofre.

Pelo visto, as estratégias usadas pelo senhor Emerim lhe possibilitaram algum ganho sobre a parte que lhe cabia sobre o escravo Carlos, pois tanto seu escravo quanto o da finada Joaquina pareciam estar em condições físicas idênticas.

Mesmo tendo ciência de que seu escravo Carlos não valia muito, seu senhor procurava entrar de alguma maneira a conquista da liberdade de seu cativo. Que razões poderiam estar movendo Antônio Francisco de Emerim a lutar contra a liberdade do escravo Carlos? Essa é uma questão que levará a pensarmos como se davam as relações entre senhores e escravos na Freguesia do Araranguá no século XIX.

Primeiramente analisaremos a questão do valor que foi pago pelo escravo – 40 mil réis – este valor mesmo sendo alto para um escravo em péssimas condições físicas e idade avançada e pertencendo somente uma metade a seu senhor, era uma soma muito pequena, uma quantia capaz de gerar apenas a compra de um engenho de cana, um engenho de farinha de mandioca. O que podemos deduzir dessa situação é que para o senhor do escravo Carlos, tal quantia não lhe serviria para muito, e em pouco tempo não contaria mais com essa soma.

Para uma melhor compreensão da importância dos valores mencionados e um melhor entendimento sobre quanto valiam os bens no século XIX, visto a distância que nos separa dos tempos imperiais e as mudanças ocorridas no padrão monetário

---

<sup>167</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário Post Mortem. Joaquina Rosa de Jesus – Inventariada caixa nº 01. 1860

brasileiro, elaboramos os seguintes dados de um inventário a fim de situar bens e valores.

Dentro de um inventário é possível dividir os bens em três grupos: 1º - pertences da casa – bens de baixo valor como: camas, mesas, bancos, baús, chaleiras, variando os valores entre 1 mil réis e 10 mil réis; 2º - pertences dos engenhos e animais – bens de médio valor como: fornos de cobre, tachos de cobre, engenhos, alambique de cobre, prensas, pedras de atafona, animais cavalares e vacuns, variando os valores entre 10 mil réis e 100 mil réis. 3º bens de alto valor como: casas de pedras com telhas e assoalho, escravos e terras –, variando os valores de 100 mil réis a 1 conto de réis acima.

Com os valores acima chegamos mais próximos de imaginar o que poderia estar se passando na cabeça do senhor Emerim. Para ele com 40 mil réis que receberia, poderia adquirir somente bens de baixo valor. Também não conseguiria comprar bens de alto valor, os mais significativos naquele momento, e se por ventura adquirisse bens de médio valor, como engenhos, iria necessitar de mão-de-obra, então ter Carlos como escravo, nos parece, seria o melhor negócio.

Haveria a possibilidade de comprar um pedaço de terra com os 40 mil réis da avaliação de Carlos, um bem não precível mas que certamente necessitaria da mão-de-obra escrava e/ou livre para trabalhá-la, lhe possibilitando assim algum retorno de seu investimento. Segundo consta dos autos do processo de arbitramento do escravo Carlos, seu senhor possuía apenas mais dois escravos, um número reduzido para o trabalho da terra. Poucos escravos, mas muita utilidade. Esteja talvez aí outra resposta à tentativa de Antônio Francisco de Emerim em querer dificultar a liberdade de Carlos.

A Freguesia do Araranguá, pertencente a Laguna, era uma área em expansão, tanto do ponto de vista populacional como econômico. A ocupação da Freguesia começara a ocorrer a partir de meados do século XVIII em diante por uma população que se deslocara a partir de Laguna compunha-se de vicentistas, açorianos e negros. A atividade predominante era a agricultura. As famílias que se deslocaram para as zonas

limítrofes de Laguna, mais ao sul, ocuparam o baixo curso dos vales férteis dos rios Urussanga, Araranguá e Mampituba e aí passaram a desenvolver uma agricultura pautada na produção de mandioca, cana de açúcar e, em menor quantidade, o milho. Alguns proprietários mais fortes economicamente contavam com o trabalho dos escravos, além do trabalho familiar. A agricultura exigia uma quantidade expressiva de trabalhadores braçais, assim como Carlos, já acometido de diversas hérnias em função do trabalho pesado.

O comércio que fora o responsável por tornar Araranguá conhecida nacionalmente, em função da abertura do Caminho dos Conventos, em 1727, caminho que ligara Araranguá a Lages<sup>168</sup>, perdera destaque e acontecia em menor proporção entre a população do litoral com a do planalto. Pelo Caminho dos Conventos era feito o transporte de gado vindo do Rio Grande do Sul que depois de subir a Serra Geral até Lages, era levado a São Paulo.

Para o co-senhor de Carlos mantê-lo no cativo, mesmo que sendo apenas a parte que lhe coube na meação dos bens de sua finada esposa, seria muito vantajoso, pois poderia contar com um escravo experiente nos afazeres, seu lucro em tê-lo como cativo, mesmo que parcialmente, lhe renderia muito mais que os 40 mil réis. Se por ventura fosse necessário contratar um diarista para o trabalho na terra, isso lhe custaria em média 1mil e 500 quinhentos réis a 2 mil réis dia<sup>169</sup>, em pouco tempo o dinheiro conseguido já teria sido gasto.

Haveria ainda uma dificuldade muito grande para se conseguir recursos financeiros a fim de contratar diaristas para o trabalho na agricultura. Essa impossibilidade associa-se à quase total ausência de outras atividades econômicas que

---

<sup>168</sup> SANTOS, Lucila Maria S.et. al. Op. Cit. p. 47

<sup>169</sup> Os valores da jornada diária acima citados foram obtidos através de depoimentos informais não gravados de Mabilino Munari e Celina Lummertz ex-moradores de Passo do Sertão (hoje São João do Sul) no início do século XX. Marina Maluf apresenta em Ruídos da Memória valores semelhantes para o Oeste Paulista, no início do século XX nas fazendas de café. MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. Siciliano. São Paulo. 1995. Pg. 114 a 117.

gerassem uma maior circulação de dinheiro pela Freguesia do Araranguá. O comércio, como já foi dito, que poderia gerar tal circulação era ainda incipiente no século XIX, e a isso se deve o fato de que a economia da Freguesia do Araranguá vinculava-se à subsistência e estava em busca da expansão comercial<sup>170</sup>.

A tentativa de dificultar a alforria de Carlos ainda poderia estar ligada à esposa do escravo. É possível que o senhor Antônio Francisco de Emerim estivesse utilizando os serviços da companheira de Carlos. Mesmo sendo ela pessoa livre, não possuía total autonomia sobre a sua vida e de seu marido. O vínculo a um meio cativo lhe restringia uma vida mais autônoma, submetendo-se também ela, à autoridade do senhor de seu marido. Ao aceitar a indenização arbitrada o co-senhor do escravo Carlos perderia o domínio sobre o cativo e também sobre sua esposa.

Mesmo sabendo que após a libertação muitos escravos continuavam atrelados a seus antigos senhores, a liberdade do cativo lhes permitia serem mais senhores de suas vidas, mesmo que suas vidas pouco alterassem. A alteração de *status* já era uma vitória sobre seu dono e toda sociedade escravista.

Depois de havermos discorrido sobre os possíveis motivos que poderiam estar movendo o senhor Emerim a não querer libertar Carlos, nos resta ainda responder a uma última questão. Teria o senhor de Carlos aceito o valor arbitrado?

Percebendo que não haveria outra alternativa, restou-lhe então aceitar os 40 mil réis de indenização. O Estado que se mostrava tão ausente na Freguesia do Araranguá, mostrou sua força ao final do processo quando o Juiz responsável pelo caso determinou que fosse expedida e entregue ao escravo Carlos sua tão esperada carta de liberdade, isso em fevereiro de 1883. Do início ao término do processo transcorreram aproximadamente 10 meses.

---

<sup>170</sup> Os inventários Post Mortem da Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá do século XIX e início do século XX, mostram que o comércio era quase inexistente até 1880 e que a agricultura e a pecuária de pequeno porte eram as atividades predominantes. Raramente encontramos estabelecimentos comerciais antes de 1880.

## 2 - Senhores ricos, libertar é conveniente?

Para um grupo de pessoas muito pobres, completamente despossuídas de qualquer tipo de fortuna, a presença de um certo morador rico, em seu meio, salientava as diferenças econômicas entre elas, e marcava a memória daquela população. Ainda hoje, encontramos alguns moradores que mencionam o tal sujeito que possuía muitas terras e escravos. Referem-se a ele, como sendo talvez, o único grande rico que viveu naquele local.

A história que iremos relatar brevemente refere-se a Manoel Pereira de Mello, morador na antiga localidade de Conventos. Este é o protagonista a quem nos referimos acima. Manoel Mello, assim o chamavam, se tornou conhecido e ganhou espaço na memória dos moradores dos Conventos e redondezas pelo tamanho de sua riqueza.

Como se ouve contar e está presente na memória de alguns moradores da atual localidade do Morro dos Conventos, que de tão rico fazia seus cigarros enrolados em notas de dinheiro<sup>171</sup>.

Uma analogia muito interessante. Tanta riqueza lhe permitia queimar dinheiro, compreensível essa comparação para afirmar a riqueza deste senhor. Entretanto reafirmamos que essa idéia só poderia ter grande efeito em meio a populações seguramente mais pobres, com pequeno patrimônio familiar. A riqueza de Manoel Pereira de Mello não era única. Outros moradores da Freguesia do Araranguá, que também possuíam terras e escravos, possuíam fortunas semelhantes à dele.

Analisando os inventários post-mortem da Freguesia do Araranguá, encontramos inventários de moradores de Urussanga Velha e Mampituba, que indicam grandes patrimônios, semelhantes ao daquele senhor, contendo terras, escravos, engenhos, gado.

---

<sup>171</sup> Caetano, José. Entrevista concedida ao autor. Araranguá, 28 de maio de 2000.

E também inventários de muitos moradores da Freguesia que possuíam um patrimônio bem menor que o do Manoel Pereira de Mello<sup>172</sup>.

Senhores, roceiros, livres, escravos, agricultores e comerciantes. Qual a condição de cada sujeito que compunha a partir da metade do século XIX a população da Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá? Buscaremos encontrar algumas respostas ao nosso questionamento, que certamente contribuirão para entendermos em que condições se encontrava a população da Freguesia e aí o próprio Mello. Por hora deixaremos o senhor Manoel Pereira de Mello e seus escravos. Quando tivermos encontrado algumas respostas voltaremos a eles.

Começaremos buscando o significado do termo senhor na Freguesia do Araranguá. Quando nos referimos a ele, não estamos fazendo com o objetivo de dar uma conotação de exorbitante riqueza, mas sim de autoridade, respeito e algum domínio. Não aquele senhor de engenho de quem fala Antonil, “onde muitos aspiravam serem assim designados. Homem de cabedal e governo”<sup>173</sup>.

A idéia que fazemos sobre o que era ser senhor nos traz a mente aquele tipo apresentado por Antonil. Homem de posses que conta com centenas de hectares de terras, engenhos, gado e dezenas de escravos. Senhores com essa envergadura a Freguesia do Araranguá não conheceu. Até por que este tipo de senhor não existira em

---

<sup>172</sup> O Inventário Post-Mortem de Francisco Nunes da Silveira, falecido em 1859, morador no Campo Comprido, apresenta uma relação de bens onde se destacam um plantel com 15 escravos. Quantidade que por si só mostra o tamanho do patrimônio. O inventário de Francisco José Mattoso, falecido em 1863, morador na localidade de Rio dos Porcos traz também entre a relação de bens a presença de 08 escravos. Inventários Post Mortem encontrados no Fórum Municipal de Araranguá na caixa nº 01. O inventário Post-Mortem de Amandio Francisco Coelho, falecido em 1881, morador na localidade de Caverá, avalia seu patrimônio em 1 conto e 184 mil réis. Outro inventário o de Camilo Carlos Miranda, morador na Barra Velha do Araranguá, seu patrimônio foi avaliado em 1 conto e 185 mil réis. Apenas a escravaria de Manuel Pereira de Mello, composta por 09 escravos somaria um total de aproximadamente 10 contos de réis, quantia muito superior à de muitos moradores dessa região. Inventários Post-Mortem encontrados no Fórum Municipal de Araranguá nas caixas nº 04 e 01 respectivamente.

<sup>173</sup> ANTONIL, Apud: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998. p. 364.

terras catarinenses<sup>174</sup>. A economia de Santa Catarina não permitia tamanha pujança, como era comum nas zonas açucareiras e cafeeiras, respectivamente do nordeste e sudeste brasileiro. Mas por outro lado, afirmamos a existência de senhores possuidores de terras e escravos, ricos sim, mas em proporções inferiores quando comparados aos daquelas áreas mencionadas e superiores quando contrastada com a maioria dos demais proprietários da Freguesia.

A economia da Freguesia do Araranguá, segundo temos visto em nossas pesquisas, durante o século XIX, baseava-se na produção de mandioca e cana de açúcar. Eram essas as principais culturas praticadas pelas famílias de agricultores. Encontramos em um total de 133 inventários analisados, 74 que possuíam, na relação dos bens, casa de engenho e os pertences para produção da farinha de mandioca, perfazendo 55,64% das propriedades. Para a produção de açúcar encontramos 59 propriedades, ou seja, 44,36% possuíam engenho. Quando verificamos se há ocorrência dos dois tipos engenhos na mesma propriedade, o percentual é 23,30%, ou seja, 31 propriedades que possuíam engenho de mandioca e açúcar.

É possível que esses números relativos aos engenhos de mandioca e açúcar sejam ainda superiores, chegando a um total de 70% a 80% para engenhos de farinha de mandioca e 50% a 60% para os de açúcar. Nem todas as famílias contavam com os engenhos, mas cultivavam um ou ambos os produtos mencionados<sup>175</sup>.

Sheila de Castro Faria em sua análise sobre a sociedade colonial do século XVIII, na capitania de Paraíba do Sul – Campos dos Goitacases – Sudeste do Brasil, descortina uma outra possibilidade, que pode ter sido comum na Freguesia do Araranguá, no século XIX. Afirma ela que:

<sup>174</sup> PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

<sup>175</sup> No inventário da falecida Eufrazia Maria da Rocha, moradora em rio Mãe Luzia – Araranguá- em 1880, a mesma possuía na lista de bens de seu inventário 50 alqueires de farinha de mandioca, 13 sacos com milho. Entretanto não consta a presença de engenho de farinha de mandioca e atafona. Consta apenas 01 engenho de açúcar.

“Quando há referência a mecanismos de beneficiamento, e nenhuma a uma casa específica, conclui-se que, obviamente, estavam colocados dentro das casas de moradas. Engenhos de açúcar, engenhocas de aguardente e outros apetrechos do beneficiamento da cana e da mandioca eram, principalmente nas casas mais pobres, incluídos no corpo das moradias, confundindo a transformação do produto agrícola com outras atividades domésticas.”<sup>176</sup>

Esta também é mais uma possibilidade que pode elevar o número de engenhos de mandioca e açúcar na Freguesia do Araranguá. Diante da falta de recursos para construção de mais casas de engenhos, a solução seria montar os mecanismos de beneficiamento junto à casa de vivenda.

Esses números mostram que as famílias que habitavam a Freguesia do Araranguá em sua maioria trabalhavam com a produção de dois produtos que cumpriam a função de abastecer a própria Freguesia e também se destinar à exportação. O porto de Laguna cumpria a função de ser o principal escoadouro da produção.

Quando nos referimos a engenhos não devemos imaginar que esses engenhos fossem grandes construções e com tecnologia muito avançada para a época<sup>177</sup>. Quase sempre os ditos engenhos aparecem na descrição dos bens apenas como uma casa de engenho coberto com palhas em mau estado, ou ainda um monte de engenho quando se referindo às engrenagens do engenho. Poderíamos mais chamá-los de engenhocas.

Era através dessa produção que ocorria um aquecimento na economia local, com reinvestimento dos lucros na compra de terras, escravos, peças para os engenhos. Enquanto a farinha de mandioca, o açúcar, e a cachaça tornavam-se produtos de dupla finalidade, abastecendo o mercado interno e externo, o milho, o feijão e o peixe estavam disponíveis ao consumo local.

A produção de farinha de mandioca tinha sua origem em diversas localidades de Santa Catarina, principalmente no litoral catarinense. Araranguá aparece como uma das

<sup>176</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.p. 367.

<sup>177</sup> No inventário de Matildes Rosa de Jesus, em 1877, moradora no Rio Itopava, aparece assim descrito seus bens: uma casa em mau estado, uma casa de engenho em mau estado, um monte de engenho de secar massa, um monte de engenho já usado. Inventário post mortem. Fórum Municipal de Araranguá cx. Nº 02.

principais áreas de produção do litoral juntamente com: Itapocu, Barra Velha, Porto Belo, Tijucas, Garopaba e Imbituba”<sup>178</sup> .

“Entre 1868 e 1876 exportou a região de Laguna, à qual ainda era incorporada Araranguá, um montante de 40.132.383 quilos de farinha, segundo um recenseamento de 1880”<sup>179</sup> .

Entretanto um dos grandes problemas para a prática do comércio em Araranguá era o transporte. Na década de 1870, o tenente da marinha,

“Álvaro Augusto de Carvalho asseverava que os habitantes daqui, por carência de meios de transportes, viam-se obrigados a vender seus produtos, como diz lá, ‘por um preço miserável aos mestres de iates que para ali navegavam’. Assegurava ainda esse tenente da marinha (...) que os tais mestres, por sua vez, fornecedores de suprimentos de que a população local precisava cobravam preços exorbitantes, quatro ou cinco vezes superiores aos que vigoravam no mercado de Laguna”<sup>180</sup> .

A falta de caminhos terrestres ligando a Freguesia do Araranguá a Laguna e a falta de navegabilidade pelo rio Araranguá devido à baixa profundidade da barra do rio, que dificultava a saída de embarcações, lesavam duplamente os agricultores.

Para Stuart Schwartz, a economia brasileira durante o “período colonial foi pautada na lavoura, na mineração e na economia de exportação, sendo a escravidão a forma predominante de trabalho no Brasil.

A historiografia concentrou suas análises no setor de exportação e escravidão, principalmente no sudeste e nordeste brasileiros. Permitindo o estudo mais aprofundado das estruturas econômicas e populacionais de um sistema que se tornara hegemônico durante dois séculos e meio. “Todavia partir de meados do século XVIII começara a se formar uma classe rural livre em muitas partes da colônia. É aí que aparecem as populações do interior do município de Laguna, pertencentes à Freguesia do Araranguá,

---

<sup>178</sup> HÚBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis. Editora da UFSC. 1981. p.79.

<sup>179</sup> HOBOLD, Paulo. *A História de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930*. Porto Alegre: Palmarinca/Est. p. 132

<sup>180</sup> Idem. p.132

pequenos proprietários que possuíam em média duas propriedades, produziam inicialmente para subsistência, criavam algumas cabeças de gado.

“em fins do período colonial (...) se sentiam cada vez mais atraídos pela agricultura comercial e pelo uso de escravos, quando passaram a ter papel importante no desenvolvimento da economia interna do Brasil”<sup>181</sup> .

Essa população que passou a habitar as franjas do território sul catarinense, descendia de antigos colonizadores vicentistas, paulistas e portugueses como também faziam parte dos chamados núcleos secundários de colonização açoriana, constituídos entre o período de 1760 e 1880<sup>182</sup> , tendo em Laguna o centro irradiador de ocupação das terras sulinas em direção ao Rio Grande do Sul.

Ainda que estejamos nos referindo à estrutura econômica do Brasil colonial, devemos considerar que a estrutura econômica da Freguesia do Araranguá mesmo no período imperial pouco havia se alterado, apresentando semelhanças da época do Brasil colônia.

Se por ventura no início da ocupação das terras, que só mais tarde em 1848<sup>183</sup> , se tornariam pertencentes à Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá, e que foram sendo requisitadas por famílias vicentistas e açorianas, serviram apenas para a sobrevivência de seus habitantes, décadas mais tarde além da subsistência, serviram também a uma economia de mercado com a utilização do trabalho escravo.

Para Schwartz:

“há a tentação de afirmar que a escravidão estava se tornando uma instituição mais amplamente difundida em fins do período colonial do que em qualquer outra época (...) estava ocorrendo no Brasil, em fins do período colonial o crescimento da economia interna e, por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional”<sup>184</sup> .

As economias regionais brasileiras até então desconectadas ligar-se-ão a centros urbanos das áreas mineradoras e outros centros como o Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>181</sup> Idem. p. 133

<sup>182</sup> FARIAS, Vilson F. *Dos Açores ao Brasil Meridional uma viagem no tempo:povoamento, Demografia, cultura/ Açores e litoral catarinense*. Florianópolis. Ed. do autor, 1998. p. 262

<sup>183</sup> A Freguesia foi criada pela Lei nº 27 de 04 de maio de 1848. Apud: FARIAS, Vilson F. Op. Cit., p.262

<sup>184</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit., p. 129 a 169.

Permitindo dessa forma que os produtos tivessem um acréscimo na produção, destinando-se ao abastecimento desses centros urbanos. O desenvolvimento de uma economia de mercado, estava permitindo que,

“roceiros com acesso aos mercados que estavam crescendo nas cidades (...) parecem ter reagido com o aumento da produção, e o cultivo da mandioca prestou-se à expansão com aumentos principalmente no contingente de trabalhadores”<sup>185</sup>

Se em nível nacional a produção de farinha de mandioca teve um aumento significativo isso se deveu ao fato de um maior consumo, resultado do aumento do contingente populacional. Há que se considerar também as exportações para a Europa, Norte da África e América do Norte. Esse aumento também foi sentido na Freguesia do Araranguá, onde a maioria dos habitantes, como vimos, trabalhava com a produção de mandioca, que era o carro chefe da economia local no século XIX e até mesmo em boa parte do século XX.

Nos últimos anos da década de 1830 houve uma forte expansão das exportações de farinha de mandioca, sobressaindo-se o incremento ocorrido na região Sul, cujo escoamento era feito pelo porto de Laguna<sup>186</sup>, da qual faziam parte as terras da Freguesia do Araranguá.

Como já falamos no primeiro capítulo, a Guerra do Paraguai provocou uma maior demanda de farinha para o Sul.

“Aliado a este acontecimento, o fato do café e do algodão estarem num período de alta no comércio exportador do país. O aumento do cultivo destes produtos em determinadas províncias provocou a queda na produção de gêneros alimentícios, inclusive a farinha. Desta forma, aumentou a procura pelo produto, também no mercado interno”<sup>187</sup>

Esse incremento estava permitindo que proprietários de terras como Manoel Pereira de Mello passassem a dispor de recursos para aquisição e utilização de escravos em suas lavouras. “O fundamento da expansão da escravidão não era a safra para

---

<sup>185</sup> Idem. p. 169

<sup>186</sup> CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis. Fundação Catarinense de Cultura. 1982. p.27.

<sup>187</sup> HÜBENER, Laura. Op. Cit., p.81

exportação, mas simplesmente um mercado suficientemente lucrativo para sustentar lucros que tornassem compensadora a compra de mão-de-obra adicional”<sup>188</sup> .

Possuindo um mercado mesmo que internamente, capaz de absorver parte da produção de farinha, a economia da Freguesia do Araranguá se aquecia, atraindo mais moradores, gerando uma rede de ralações até então inexistentes, fomentando o comércio com a presença de estabelecimentos comerciais que dinamizaram a economia local. O comércio realizado se dava diretamente com Laguna.

Anjídio José Santana, morador no Morro dos Conventos, nascido em 1904, fora carreteiro de profissão junto com seu pai. Trabalhavam com carretas grandes puxadas por quatro, cinco até sete juntas de bois. Carretas que transportavam até cem sacas de farinha de mandioca para Laguna e Garopaba. De lá traziam fazendas, ferragens e tudo mais<sup>189</sup> .

Os produtos trazidos para a Freguesia, como se vê, eram manufaturados que seriam postos à venda nos pequenos comércios denominados de vendas de secos e molhados. Comerciantes de Laguna vendiam seus produtos a pequenos comerciantes da Freguesia que depois os revendiam à população local<sup>190</sup> .

Senhores, roceiros, Ivres, escravos, agricultores, comerciantes. Talvez já seja possível afirmar que funções os habitantes da Freguesia do Araranguá desempenharam nesta área durante o século XIX. A agricultura iniciada a partir da segunda metade do século XVIII contava com famílias de agricultores pobres, e que, como vimos anteriormente, tornaram-se produtores de uma economia de mercado. Desta feita conseguiram ampliar seus negócios e até possuírem escravos e com o desenvolvimento gerado por essa agricultura de mercado foi possível o surgimento de pessoas que estivessem ligadas às atividades comerciais.

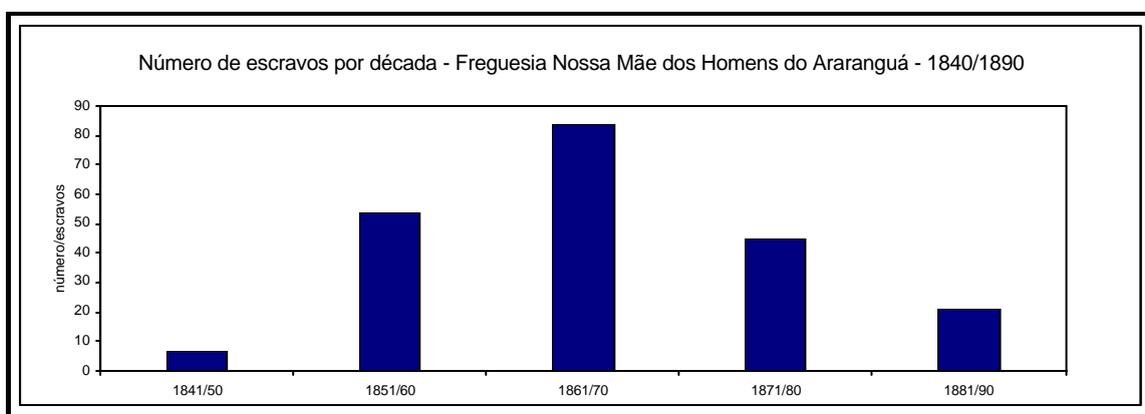
---

<sup>188</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit., p.152

<sup>189</sup> ANJÍDIO, José Santana. Apud: HOBOLD, Paulo. Op. Cit.,158

<sup>190</sup> Vê-se em alguns inventários que comerciantes moradores da Freguesia do Araranguá possuíam dívidas com comerciantes como Carlos Cabral e filhos e Carlos Daudt e Cia. da cidade de Laguna, o que evidencia a relação comercial.

O desenvolvimento da atividade agrícola, em meados do século XIX na Freguesia do Araranguá, deixa claro o quanto foi significativa a utilização do escravo como mão-de-obra para as lavouras de mandioca e cana-de-açúcar. O arbitramento do escravo Carlos é um bom exemplo para mostrar como um escravo até mesmo velho e doente era importante naquele momento. Nas décadas de 50, 60 e 70<sup>191</sup> do século XIX ocorreu um aumento na população escrava da Freguesia, levando a crer que a população livre estava em crescimento e as atividades econômicas em plena expansão, necessitando de mais escravos.



**Figura 22 - Gráfico do número de escravos por década - Freguesia do Araranguá**

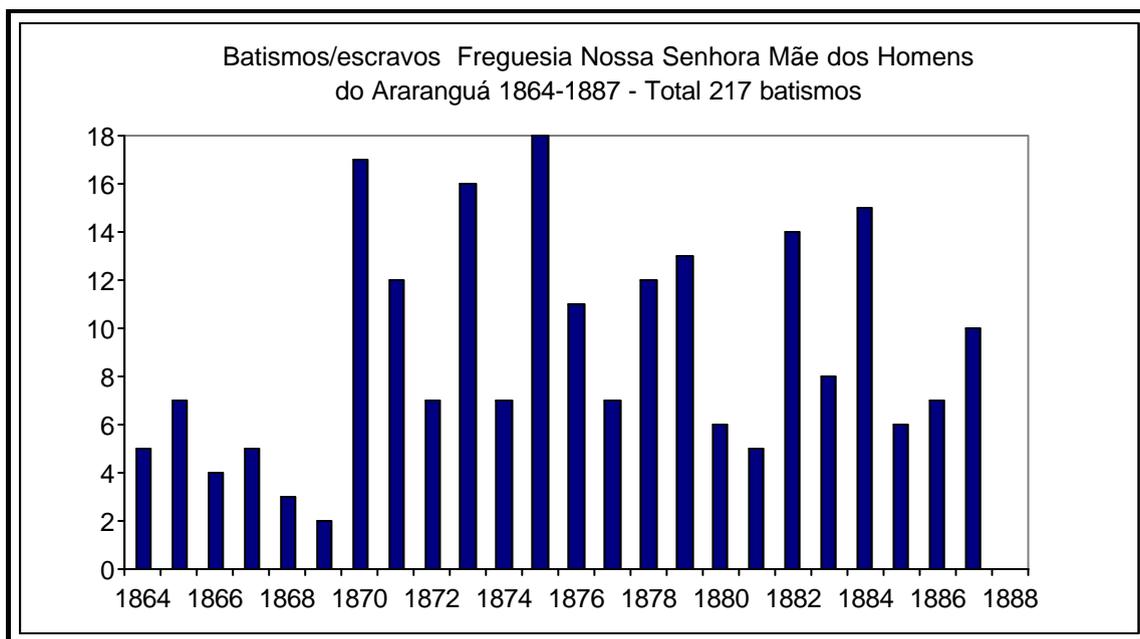
Fonte: Relação de Inventários Post-Mortem - Freguesia do Araranguá

O gráfico sobre o aumento no número da população escrava foi obtido através do levantamento dos dados contidos nos inventários post-mortem da Freguesia do Araranguá, entre 1840 e 1890, encontrados no Fórum Municipal de Araranguá. Foram feitos levantamentos em 78 inventários post-mortem que datavam da década 1840 a 1890, e nesses inventários encontraram-se aproximadamente 200 escravos avaliados para partilha dos bens.

Devemos considerar que esses dados não exprimem partes de uma verdade sobre o crescimento da população escrava da Freguesia, pois não sabemos se os

<sup>191</sup> Em nossa análise através de registros de batismos de escravos e inventários post-mortem, da Freguesia do Araranguá, entre 1840 a 1890, constatamos um aumento significativo na população escrava.

inventários analisados correspondem à sua totalidade, ou se alguns deixaram de ser realizados, ou ainda, se foram destruídos pelo tempo.



**Figura 13 - Gráfico com número de nascimento de escravos por década na Freguesia do Araranguá**  
 Fonte: Registros de batismos de escravos da Freguesia do Araranguá 1864–1888. Diocese de Criciúma.

É provável que esse aumento verificado no gráfico 12 se deva ao comércio interno e interprovincial de escravo. O deslocamento de mais famílias para a área da Freguesia do Araranguá gerava o aumento da população livre como também escrava.

A partir dos dados obtidos através dos registros de batismos dos escravos da Freguesia, verificamos que o aumento da população escrava pela reprodução alcança um aumento a partir da década de 1870, momento em que a economia local está em pleno desenvolvimento com as lavouras de mandioca e cana-de-açúcar. Podemos considerar que nesse período já estava em vigor a Lei do Ventre Livre de 1871, o que pode ter contribuído para aumentar a natalidade entre os escravos, já que legalmente as crianças nascidas a partir de 28/09/1871 eram livres. É importante fazer uma ressalva quanto à da Lei do Ventre Livre, que garantia liberdade aos nascidos a partir de sua promulgação. A lei determinava, através do art. 1º parágrafo 1º, que:

Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No

primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor<sup>192</sup>.

Observando o que determinava a lei, deduz-se que os senhores criavam as crianças escravas se utilizando do trabalho destas, como forma de pagamento pelo tempo em que seriam tratadas pelo senhor de sua mãe. Comumente o senhor optava por utilizar o trabalho do escravo até que completasse 21 anos, quando de direito estaria livre. A existência desse dispositivo legal assegurava todas as vantagens ao dono da criança, pois poderia optar em receber a indenização, não muito vantajosa pelo tempo que levaria para ocorrer o resgate do valor ou, explorar o trabalho até que a criança completasse a idade indicada pela lei, opção mais vantajosa. Com essa artimanha legal a escravidão continuava sendo um bom negócio para os donos de escravos que continuavam estimulando a natalidade entre os escravos.

Ao que tudo indica, os escravos dentro do contexto econômico da Freguesia, se tornaram artigos de luxo, já que a quantidade deles não era muito grande. Cada cativo cumpria um papel específico dentro do contexto sócio-econômico espacial da Freguesia, o que tornara cada vez mais difícil a concessão de liberdade a um escravo, mesmo que a alforria fosse conquistada pela compra. Numa área que no início de sua ocupação, fins do século XVIII, se valeu do trabalho familiar e após algumas décadas passou a dispor de escravos, essa mão-de-obra estava se tornando cada vez mais necessária.

Ainda que os escravos pudessem pagar o preço justo aos seus senhores, nos parece que os senhores estavam muito mais interessados no que os escravos poderiam render ao longo dos anos numa economia em crescimento, do que no dinheiro que receberiam de imediato pela indenização da libertação dos mesmos.

Dentro dessa perspectiva que alguns senhores da Freguesia do Araranguá, ao

---

<sup>192</sup> BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. Op. Cit, p. 556-562

não concordarem com o preço oferecido por seus escravos em troca da libertação, se viram envolvidos com a Justiça, que determinaria o arbitramento do valor do escravo, como no caso do escravo Carlos. E, também, do escravo João pertencente ao rico senhor Manoel Pereira de Mello, morador dos Conventos ao qual já nos referimos.

No ano de 1883, o senhor Manoel Pereira de Mello fora acionado por meios judiciais pelo seu escravo pardo João, através de seu curador, para que fosse intimado a comparecer em juízo, a fim de proceder à avaliação do dito escravo.

“Diz o pardo João escravo de Manoel Pereira de Mello residente na Paróquia desta Vila, que possuindo um pecúlio da quantia de 500 mil réis para sua liberdade, requer a V. S<sup>a</sup>. se sirva mandar depositar a referida quantia, nomear curador ao suplicante e citar com vênua seu senhor, para com o curador (sic) avaliadores que procederam a sua avaliação dando-lhe carta de liberdade”<sup>193</sup>

Para o pardo João era importante que fosse feita a arbitragem do justo valor do preço de sua pessoa. Certamente seu proprietário sabia que seu escravo valia muito mais do que lhe estava sendo proposto como indenização. João, em 1883, contava com 22 anos; sua profissão: lavrador. Seu valor deveria aproximar-se de 1 conto de réis<sup>194</sup>, ou seja, o dobro do valor oferecido a seu senhor.

Procedendo de acordo com a lei, o Juiz Ovídio José da Rocha determinou um curador para o escravo, ficando o mesmo sob a responsabilidade do senhor Domingos Thomaz Ferreira. Dando prosseguimento aos trâmites legais, o Juiz determinara a qualquer Oficial de Justiça para:

“...intimar a comparecer (...) na sala de Câmara Municipal a fim de nomear e aprovar louvados que arbitrem o valor do mesmo escravo, outrossim intime o mesmo Mello para entregar o escravo ao Oficial de Justiça que será recolhido ao depósito sob pena de revelia.”<sup>195</sup>.

<sup>193</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Processo de Arbitramento. Suplicante: escravo João. Suplicado: Manoel Pereira de Mello. 1883. cx. nº 01.p.02

<sup>194</sup> Os valores dos escravos que possuíam idade entre 10 a 30 anos, variava na faixa de 500 mil réis a 1 conto de réis. O inventário de Francisco Nunes da Silveira em 1859, mostra a relação de seus 15 escravos com idade e preço. Escrava crioula Ana 35 anos – 1 conto de réis, Luiza crioula 14 anos - 900 mil réis, Adão 10 anos – 800 mil réis.

<sup>195</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Processo de Arbitramento. Suplicante: escravo João. Suplicado: Manoel Pereira de Mello. 1883. cx. nº 01.p.03

Dirigindo-se à localidade dos Conventos, o Oficial de Justiça procedera a intimação ao senhor Mello. Declarando o Oficial,

“...que em cumprimento do presente mandado intimei em sua própria pessoa a Manoel Pereira de Mello por todo conteúdo do mesmo mandado que ficou bem ciente, declarando-me que o escravo não entregaria. O que dou fé. Araranguá 25 de outubro de 1883”<sup>196</sup>.

Segundo determinava a lei, durante o período em que transcorresse o processo, o escravo deveria ficar sob a responsabilidade de um fiel depositário. Esta era uma situação prejudicial ao dono do escravo, pois quanto mais tempo levasse para se chegar à conclusão final do processo, mais tempo o dono deixaria de contar com o trabalho de seu escravo. Enquanto o escravo estivesse sob a guarda do fiel depositário, seu serviço poderia ser alugado a terceiros, ganhando com isso o escravo e seu responsável, perdendo apenas o senhor. Sabendo disso, recusou-se a entregar seu escravo. Acostumado com a ausência da justiça na Freguesia, o senhor Manoel Pereira de Mello se achava no direito de exercer a sua justiça não entregando o escravo. Não sabemos se o escravo foi entregue ou não. Mas o certo é que os tempos já não eram os mesmos de outrora, Araranguá deixara de ser freguesia e fora elevada a categoria de Vila em 1880. O Estado começava a se fazer mais presente.

Em 27 de outubro de 1883, foi feita a escolha dos árbitros João Marciano de Sá e Amorim e Porfírio Lopes de Aguiar. Prestando juramento ambos,

“... prometeram cumprir e logo passaram a examinar com toda atenção o dito escravo e o inquiriram sobre suas habilidades e prendas, e depois de bem ilustrados, declararam unanimemente que avaliavam na quantia de 500 mil réis que é o justo valor”<sup>197</sup>.

É certo que Manoel Pereira de Mello soubesse o quanto valia realmente o escravo João, configura-se em estratégias para tentar elevar o preço do seu cativo. Talvez João poderia render a seu senhor, caso fosse alugado para prestar serviços a terceiros, valores superiores ao da avaliação, o que poderia estar ocorrendo. Contudo nos parece que as habilidades do escravo foram determinantes na avaliação.

---

<sup>196</sup> Ibid. p. 05

<sup>197</sup> Ibid. p. 08

A estratégia armada por João e seu curador era de oferecer um valor que estivesse um pouco abaixo do que valia. Caso os avaliadores elevassem o valor o escravo poderia já ter disponível o restante do dinheiro. E se o preço fosse mantido, o escravo é que teria vantagem, caso contasse com reservas para eventuais diferenças na arbitragem.

O processo que se iniciara em 18 de outubro de 1883 tivera seu encerramento em 29 de outubro do mesmo ano, quando foi redigida a carta de liberdade do pardo João. Percebe-se que, do início ao fim do processo, transcorreram 11 dias. A rapidez só foi possível por dois motivos: 1º - a preocupação do senhor Manoel Pereira de Mello em ter o seu escravo depositado sob a responsabilidade de um terceiro, deixando de contar com os serviços do mesmo; ou com as rendas oriundas de serviços alugados a terceiros; 2º - a elevação da Freguesia do Araranguá à categoria de Vila em 1880, como já havíamos mencionado, e com a instalação da mesma somente em fevereiro de 1883<sup>198</sup>, poucos meses antes de dar início ao processo. Desta feita os deslocamentos tão difíceis até Laguna deixaram de ocorrer.

Como vimos no processo de arbitramento do escravo Carlos, as dificuldades do Estado em se fazer presente na grande Freguesia do Araranguá fizeram com que o arbitramento de Carlos levasse quase um ano para ser finalizado, enquanto o do escravo João fora realizado em menos de um mês.

---

<sup>198</sup> FARIAS, Vilson F.Op. Cit., p. 262

### 3 - “Infância”: entre cativos e forros, lutando por um novo caminho

Urussanga Velha fora uma das comunidades pertencente à Freguesia do Araranguá localizada próxima à foz do rio Urussanga, que no passado apresentou uma quantidade não desprezível de escravos. Aproximadamente 20% do total de escravos da Freguesia eram residentes naquela localidade<sup>199</sup>.

É lá que encontraremos Infância e Marcelino. Ela escrava, ele senhor. Infância escrava que mais gerou filhos de todas as escravas daquele senhor, 10 ao todo. Marcelino, senhor que mais escravos possuiu na Freguesia do Araranguá, 31 ao todo. Ela querendo ser livre. Ele tentando dificultar.

Veremos Infância e Marcelino Teixeira de Souza, em 1879, travando uma batalha judicial, que tinha por objetivo maior decidir, através de um tribunal, quanto valia a escrava, para que pudesse indenizar seu senhor.

“Diz Infância, parda, escrava de Marcelino Teixeira de Souza, moradora em Urussanga, que achando-se em avançada idade, doente e mãe de 9 filhos ainda vivos além de 1 já falecido, dos quais são 3 forros e 6 cativos, que possuindo um pecúlio de 400 mil réis, estando 353 mil réis depositados em mão de Antônio José Bernardo de Oliveira e 47 mil réis em poder do suplicante, soma esta que julga ser equivalente ao valor em atenção a sua idade, sofrimentos físicos e aos frutos que tem dado ao seu senhor, deseja libertar-se pelo dito pecúlio no caso, que o mesmo senhor assim concorde para o que requer, que seja convidado com devida vênias e não concordando-se proceda a sua avaliação judicial”<sup>200</sup>.

A escrava Infância contou com o auxílio durante o desenrolar do processo, de um curador, o senhor José Antônio Cardoso que, como ficou claro no processo, empenhou-se ao máximo para conseguir que a escrava fosse avaliada pela quantia de 400 mil réis. Pensando o Juiz Luiz Martins Colaço em agilizar o andamento do processo, para que o mesmo não se estendesse por muito tempo, marcou audiência para

<sup>199</sup> Os dados foram obtidos a partir da análise de 133 inventários post-mortem da Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá, entre 1840 e 1890. Foram descritos nestes inventários um total de 202 escravos.

<sup>200</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Processo de Arbitramento. Suplicante escrava Infância. Suplicado. Marcelino Teixeira de Souza. 1879. cx. nº 01.

10 de fevereiro de 1879, onde se fizeram presentes o curador da escrava e o senhor Marcelino Teixeira de Souza e pelo Juiz foi dito que:

“... combinassem entre si e vissem se chegavam a um acordo quanto a indenização da liberdade da escrava Infância e como tanto o senhor da escrava como o curador desta não entrassem em acordo algum, mandou o Juiz que se louvasse o presente e lhe fossem os autos conclusos”<sup>201</sup>.

O fato de não terem conseguido chegar a um acordo num primeiro momento mostra que a escrava estava tendo problemas com seu senhor. A luta no tribunal comprova que a mesma já havia tentado negociar sua liberdade e que não fora aceita. E dentro do tribunal mais uma vez o senhor Marcelino se mostrou recalcitrante, ao negociar com o curador José Antônio Cardoso.

Como não se chegou a um acordo o Juiz determinou, para que, no dia 22 de fevereiro do ano corrente,

“...fossem intimados o senhor e o curador da escrava, a fim de louvarem em avaliadores que darão valor a escrava Infância sendo esta depositada em poder de seu senhor que assinará o respectivo termo”<sup>202</sup>.

Na audiência convocada pelo Juiz para o dia 27 de fevereiro, compareceu o curador da escrava e agora um representante legal do senhor Marcelino, o senhor Antônio Marques da Silva.

“O Juiz determinou que se procedesse à louvação e louvando-se o curador em um arbitrador que desse valor à escrava Infância o que fez louvando-se em João de Souza Freitas e louvou-se em Vicente José de Mattos e mais Manoel Rodrigues e Silva. O Juiz aceitou e mandou que lhe fossem conclusos, os autos”<sup>203</sup>.

Como determinava a justiça foram escolhidos três avaliadores para determinar o valor da indenização. A escrava Infância ficou depositada em poder de seu senhor, mas poderia ter sido depositada a um terceiro. A próxima audiência havia sido marcada para o dia 13 de março, comparecendo o curador da escrava e um avaliador, ausentando-se o avaliador João de Souza Freitas.

---

<sup>201</sup> Idem. p.06

<sup>202</sup> Idem. p.08

<sup>203</sup> Idem. p.09

Algo de errado estava ocorrendo, mas não sabemos ao certo o quê. O senhor Marcelino se mostrara intransigente desde o início do processo. Na segunda audiência o mesmo mandou um representante em seu lugar; um avaliador deixou de comparecer à audiência sem dar explicações ao Juiz e por fim o curador da escrava pediu para que se louvasse outro arbitrador, marcando-se o dia para darem o laudo e para o procurador do senhor Marcelino apresentar a escrava no dia em que foi marcado, sob pena de ser removido o depósito.

Pode-se até pensar que esses acontecimentos fossem perfeitamente normais durante o transcorrer de um processo envolvendo escravo e senhor. Esses ocorridos revelam a existência de tensões no interior das relações da sociedade escravista. Tensões essas que se tornam mais visíveis e afloram durante um processo que beneficiará um escravo e poderá, no entender de um senhor, não lhe ser tão benéfico. “As negociações em torno do preço da alforria nem sempre estavam isentas de tensões entre senhores, ciosos de ‘sua propriedade’, e escravos ansiosos por liberdade”<sup>204</sup>.

Quando o curador da escrava pede para que a mesma seja apresentada no dia em que foi marcada a audiência sob pena de ser removido o depósito, deixa transparecer certa preocupação, algo estava acontecendo entre Infância e seu senhor.

Como durante a primeira audiência marcada para avaliar Infância ocorreu a injustificada ausência do arbitrador João de Souza Freitas, novamente através do procurador do senhor Marcelino, se louvou outro arbitrador na pessoa de Antônio Evaristo Nunes. O Juiz mandou que fossem intimados para prestarem juramento e darem valor à escrava no dia 20 de março. Em 20 de março reuniram-se todos, exceto o último arbitrador a ser louvado Antônio Evaristo Nunes. Mesmo estando ausente um

---

<sup>204</sup> MENDONÇA, Joseli Nunes Mendonça. Op. Cit., p. 225

árbitro, o Juiz “determinou aos demais que fizessem a avaliação sem o mesmo. O preço ficou acertado em 400 mil réis em função da idade e fraco físico”<sup>205</sup>.

Ambos os avaliadores que deixaram de comparecer às audiências, João de Souza Freitas e Antônio Evaristo Nunes, eram os árbitros que defenderiam os interesses do senhor Marcelino. A ausência consecutiva dos dois avaliadores podia configurar-se em estratégia para a conclusão do processo e para que o senhor de Infância tivesse tempo, talvez, de “convencê-la” a parar com o processo. Diante da aparente irritação do curador da escrava Infância e das ausências dos avaliadores, o Juiz deu prosseguimento ao processo e o fez conclusivo mesmo sem contar com a presença de todos os avaliadores. Infância estava definitivamente livre.

Na tentativa de conseguir sua liberdade, Infância além de possuir um pecúlio no valor de 400 mil réis, possuía também, como fica claro no processo, três bons motivos para que seu senhor concordasse em libertá-la: sua idade avançada, os sofrimentos físicos e os frutos que dera ao seu senhor. A idade de Infância em 1879 não consta nos autos do processo. Entretanto podemos através dos registros de batismos tentar descobrir sua idade aproximada.

Encontramos no livro de Registros de Batismos de escravos da Freguesia do Araranguá, na Diocese de Criciúma<sup>206</sup>, a partir de 1864, o batismo de 06 filhos da escrava Infância. Dois registros são anteriores à Lei do Ventre Livre, de 1871, e quatro são posteriores. O primeiro registro data de 1867 e o último de 1878. Infância declarou possuir 10 filhos, 09 vivos e 01 falecido. Pelo registro de batismo percebemos que há a falta do registro de 04 filhos da escrava, que possivelmente nasceram e foram registrados antes de 1864, data em que iniciam os registros de batismos na Freguesia do Araranguá. Infância tivera em média 01 filho a cada dois anos, supondo-se que ela tenha

<sup>205</sup> Frum Municipal de Araranguá. Processo de Arbitramento. Suplicante escrava Infância. Suplicado. Marcelino Teixeira de Souza. 1879. cx. nº 01. p. 11.

<sup>206</sup> Paróquia de Criciúma. Registro de batismo de escravos. Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá. Livro nº 01 - 1864 a 1872 Livro nº 02 - 1873 a 1887

tido os 04 primeiros filhos também e intervalos de dois anos, aproximadamente quase dez anos se passaram entre o nascimento do primeiro filho e o primeiro registro de seus filhos, que só ocorreu em 1867. Seguindo esse raciocínio, Infância começou a reproduzir por volta de 1857/59. Nessa data estando ela com 15 anos de idade, e passando-se 22 anos até 1879, quando se deu o processo, Infância deveria estar com 40 anos. Ainda pensando a idade da mesma, lembremos que o último registro de batismo de seu filho era de 1878, seu pedido de liberdade de 1879, isso significa que ela estava ainda no período reprodutivo, levando a crer no que acabamos de apresentar, e que Infância deveria ter entre 40 e 50 anos quando do arbitramento.

Ainda podemos recorrer ao valor de outros escravos com idade semelhante à de Infância, e assim sabermos se sua idade era muito superior àquela que encontramos. A escrava Tereza com 48 anos de idade, propriedade do senhor Vicente José Rachadel, morador também em Urussanga Velha, fora avaliada no inventário deste senhor, no valor de 500 mil réis<sup>207</sup>. O valor oferecido por Infância condiz com sua idade.

A idade de Infância era avançada para a época, mas ao que parece isso não importava para o seu senhor. Recorrendo ao processo do escravo Carlos, lembremo-nos também que o mesmo possuía idade avançada, superior à de Infância, mesmo assim seu senhor também não estava preocupado como isso. Importava saber quanto mais poderia render um escravo independente de sua idade.

Infância se valeu de um argumento poderoso no intento de convencer seu senhor e os avaliadores para que arbitrassem o valor de que dissera dispor. O argumento usado envolvia aspectos de ordem econômica e emocional ligados a seu senhor. Quando a escrava afirma que em virtude dos sofrimentos físicos e dos frutos que dera ao senhor, nos induz a pensar que tais sofrimentos foram provocados por alguma doença, alguma forma de agressão física por parte de seu dono, longa jornada de

---

<sup>207</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário Post Mortem. Inventariado. Vicente José Rachadel. Inventariante. Francisco Teixeira da Rosa. 1873. cx. nº02.

trabalho, ou ainda pelo fato de já ter dado à luz a 10 filhos. Sabemos que uma das principais causas pela morte de mulheres, séculos atrás aqui no Brasil, estava relacionada aos partos. Usando o argumento do sofrimento físico, tentava Infância persuadir seu senhor de que já não seria tão útil, o que parece não ter dado resultado.

O outro argumento por ela usado com ou sem a influência de seu curador, e que muito chama a nossa atenção se refere ao fato da escrava dizer que em função dos frutos que tem dado a seu senhor deseja libertar-se. A que frutos a escrava estava se referindo? Possivelmente estivesse mostrando a seu senhor o quanto já havia trabalhado, o quanto contribuía para ele enriquecer. Como, a partir de 1871, a lei lhe facultava o direito de se tornar livre mediante indenização em dinheiro ou prestação de serviço, agora assim ela o fazia, independente das vontades de seu senhor.

Devemos buscar outra resposta ao argumento da escrava. Os frutos que dera a seu senhor podem não estar relacionados apenas aos trabalhos por ela realizados. Podem estar implicitamente ligados a seus filhos que a mesma gerou e deu a seu senhor. Esses são os frutos mais importantes, com eles se ganharia trabalhadores braçais para as lavouras de mandioca e cana-de-açúcar. A economia estava em pleno crescimento necessitando de mais escravos. Com eles também se ganharia dinheiro fazendo comércio de escravos. Para Infância talvez lhe ocorresse que sua parte já havia sido feita dentro da estrutura escravista e que não custaria muito ao senhor Marcelino conceder-lhe a liberdade.

A idéia de que os frutos da escrava Infância ligavam-se mais a seus filhos gerados e dados ao senhor Marcelino do que ao trabalho braçal diário propriamente dito, pode ser entendido seguindo-se a lógica de que cada um cumpre o seu papel dentro de uma dada sociedade. Desta maneira um escravo poderia dizer numa petição que deseja se libertar porque durante anos trabalhou para um senhor. Que função devesse cumprir um escravo senão o trabalho? Porém torna-se desnecessário afirmar que em função dos

frutos que tem dado ao senhor... Como a função do escravo é o trabalho o resultado final logicamente é o fruto desse trabalho.

Infância mostrou a seu senhor motivo suficiente para que fosse libertada e mais 400 mil réis. Se não fosse pela autoridade da justiça, Infância não teria conquistado a alforria. A recusa do senhor Marcelino em libertá-la pode estar associada a uma possível ligação entre escrava e senhor, sendo o próprio senhor pai de alguns dos filhos de Infância. Nos registros de batismos todos os 06 filhos da escrava possuem pai incógnito. Não temos como saber, mas isso era algo comum de ocorrer.

Havia também a possibilidade de Infância ser casada, possuir um companheiro que vivesse uma união não oficializada pela igreja. Se a mesma vivesse uma união consagrada pela Igreja, o nome do pai das crianças deveria constar no registro de batismo, e aparecer o termo “filho legítimo de”, o que não aconteceu em nenhum registro dos filhos de Infância. O termo que apareceu foi “filho natural”, sugerindo também que ela poderia ser solteira. Quando o termo “pai incógnito” aparecia e os padrinhos das crianças escravas eram em grande proporção pessoas livres, Sheila de Castro sugere que o pai também poderia ser livre<sup>208</sup>.

Não iremos aprofundar no momento as informações que daremos sobre o plantel de escravos do senhor Marcelino Teixeira de Souza. Segundo conseguimos levantar através dos registros de batismos, este senhor possuía 31 escravos. O número poderia até ser maior, mas não dispomos de outras fontes para verificarmos. O que chama a atenção é que esse total de escravos fora adquirido pura e simplesmente pela reprodução de suas escravas. Eram sete escravas que geraram 25 escravos, sendo Infância e Quitéria as duas que apresentaram o maior número de filhos, ambas com 06 cada. Sabemos que Infância teve 10 filhos. Ainda que legalmente os filhos de escravos nascidos a partir de 1871 fossem considerados livres, na prática continuavam como cativos, daí o estímulo à

---

<sup>208</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit., p. 318

reprodução das escravas. Até que ponto os escravos estavam sendo utilizados apenas para o trabalho agrícola se a maioria eram mulheres?

Importante observar que a escrava Infância possuía um pecúlio de 400 mil réis, sendo que 353 mil réis estavam em poder de um terceiro, o senhor Antonio José Bernardo de Oliveira, e o restante em suas mãos. Esta situação permite vermos que as relações que a escrava mantinha ultrapassavam os limites do domínio de seu senhor, mantendo ela contato com pessoas livres e de certo com escravos de outras propriedades. O valor do pecúlio poderia ser resultado de serviços prestados ao senhor Antônio José Bernardo de Oliveira como escrava de aluguel do senhor Marcelino. Se este senhor estava com o dinheiro da escrava é porque ela tinha confiança em sua pessoa, e por intermédio deste senhor é que Infância tenha descoberto que haveria a possibilidade de tornar-se livre mesmo sem a vontade de seu dono.

Surpreendente nos processos que envolveram a escrava Infância como também o escravo Carlos a determinação para conseguirem a liberdade. Além da determinação, a coragem de ambos impressiona. Lutar contra seus senhores no mundo privado e depois num tribunal no século XIX, em um lugar que literalmente poderíamos chamar de “fim de mundo”, onde ainda os vizinhos mais próximos eram matas, macacos, jaguatiricas, porcos do mato, índios, etc. Enfim onde o Estado era ausente, onde a justiça do mais forte, leia-se do senhor, era respeitada. Era preciso mesmo muita coragem. Só o sonho de serem livres poderia movê-los com tanta determinação. Sonho que cedo ou tarde tornar-se-ia realidade.

Uma década antes da libertação dos escravos, Infância deixaria de ser cativa. Seu caminho a seguir seria tão diferente do antigo!? Mãe livre, filhos cativos e forros. O corpo livre do cativo, mas alma presa a ele. Não poderia se sentir completamente livre pois havia partes de si, frutos de seu ventre, presos à escravidão.

#### 4 - Se ele soubesse o amanhã

Passo do Sertão, Conventos, Urussanga Velha e Sombrio. O que têm esses lugares em comum? Todos esses lugares pertenceram no passado à antiga Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá. São exatamente os locais onde se concentrava a maior parte da população da Freguesia no século XIX e início do século XX. Urussanga Velha, o ponto mais distante ao norte, fronteira, no passado, com Tubarão. Passo do Sertão, o mais distante ao Sul, pertencente à área do rio Mampituba, confrontando com o Rio Grande do Sul. Conventos e Sombrio, dois pontos entre Urussanga Velha e Passo do Sertão.

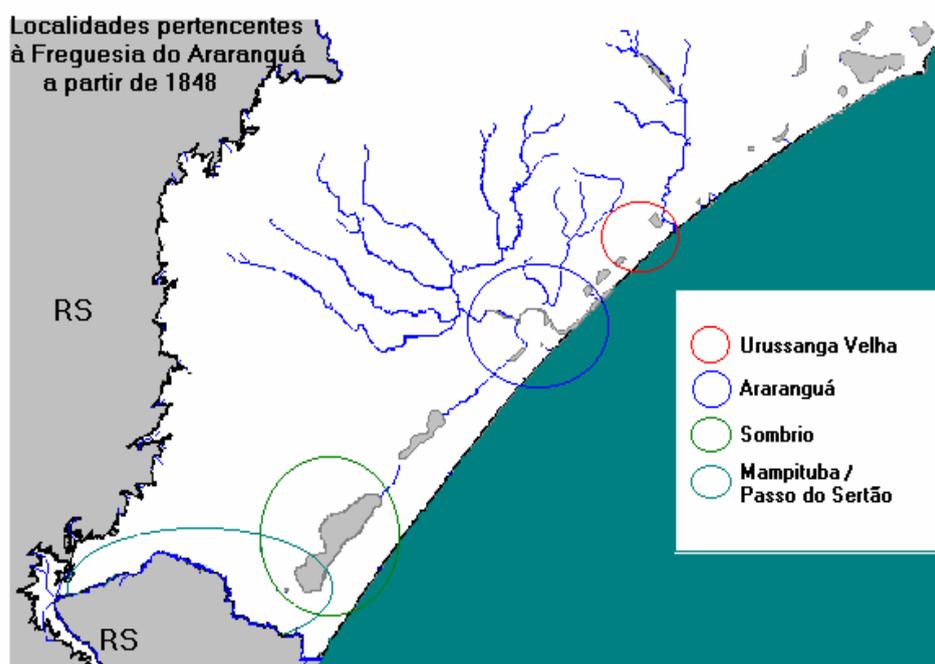


Figura 14 - Mapa das localidades da Freguesia do Araranguá no século XIX com presença de escravos.

Foram áreas do processo inicial de ocupação e onde ocorreu o maior desenvolvimento das lavouras, estimulando a presença de mais trabalhadores rurais, suas famílias, e escravos. O que discutimos até o momento nos mostra que as famílias rurais não estavam sós. E de que uma das formas possíveis de resgatar suas existências são os processos que foram movidos pelos escravos contra seus senhores, tirando-os

assim do anonimato do passado, dando-lhes vida, até então silenciosamente escondida dentro das páginas empoeiradas dos processos.

Os processos de arbitramentos que encontramos e analisamos estão ligados a quatro escravos, cada um morador dos locais citados. Carlos, João, Infância e José, este último, em que também iremos discutir sobre a conquista de sua liberdade.

O escravo José era morador em Sombrio, de propriedade do senhor Luís Antônio da Cunha. No ano de 1887, resolveu através das autoridades judiciais, solicitar que fosse feito o arbitramento do seu valor, a fim de comprar sua liberdade. O processo de José, diferentemente dos processos de Carlos, João e Infância, já discutidos, não possui um grande atrativo especial, a não ser pelo arbitramento em si.

A existência de arbitramentos para determinar o valor da liberdade de um escravo permite aprofundar nossa análise sobre as relações entre cativos e senhores, a ler nas suas entrelinhas histórias de lutas de embates travados por escravos, observando a lógica e a racionalidade de suas ações. Vamos a ele:

“Diz o preto José, escravo de Luís Antônio da Cunha, residente no lugar denominado Sombrio deste termo que possuindo um pecúlio da quantia de 100 mil réis para a sua liberdade requer a V. S<sup>a</sup>. se sirva mandar depositar a referida quantia e nomear curador ao suplicante e citar com vênias a seu senhor, para com o curador dos avaliadores que procedam a sua avaliação dando-lhe a carta de liberdade”<sup>209</sup>.

O Juiz Ovídio José da Rocha nomeou o cidadão Domingos Tomaz Ferreira para ser o curador do escravo. O senhor de José recebeu do Juiz o direito de ficar como fiel depositário de seu escravo, até que o processo fosse finalizado. Foram escolhidos como árbitros os cidadãos Porfírio Lopes de Aguiar como árbitro do senhor e Francisco de Paula Pacheco como árbitro do escravo. Este foi o único processo que mostrava claramente a quem cada árbitro representava.

O cidadão Porfírio Lopes de Aguiar, senhor de influência na Vila do Araranguá, já havia sido escolhido como árbitro no processo do escravo João. A escolha de árbitros

---

<sup>209</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Processo de Arbitramento. Suplicante escravo José Suplicado. Luis Antônio da Cunha. 1887. cx. nº 01. p.02

ligados aos senhores era importante para evitar a tentativa do outro árbitro de fazer uma avaliação que pudesse prejudicar o dono do escravo. A forma correta de se proceder à escolha dos árbitros não ocorrera nos processos que analisamos. É provável que isso se deva em função da Freguesia do Araranguá constituir-se numa vasta área territorial, com uma população diminuta e ser tipicamente um meio rural, distante dos centros urbanos, além de contar com uma população de lavradores em sua quase totalidade analfabetos.

A escolha dos árbitros seguia o seguinte critério:

“...o representante do senhor – ou ele próprio – indicava uma lista de três nomes, dentre os quais o representante do escravo escolhia um; o representante do escravo – seu curador – apresentava também uma lista tríplice e a outra parte escolhia um dos nomes indicados; o terceiro árbitro era indicado pelo juiz e não poderia ser recusado por nenhuma das partes a menos que se provasse sua suspeição”<sup>210</sup>.

A indicação de uma lista tríplice de ambas as partes envolvidas para a escolha de um árbitro estava fora de cogitação. O máximo que se cumpriu da lei foi indicarem-se diretamente três árbitros para avaliação dos escravos da Freguesia do Araranguá. Isso só ocorreu no processo da escrava Infância e ainda houve ausência de um dos avaliadores, e no processo do escravo José. A indicação de Porfírio Lopes de Aguiar deve-se ao fato de ser pessoa importante e defender os interesses dos senhores durante a avaliação dos escravos.

Se os senhores contavam com avaliadores que defendiam seus direitos sobre a propriedade escrava, havia também os representantes dos escravos que por diversos motivos, entre eles as causas abolicionistas, se interessavam em defendê-los no tribunal. O curador nomeado para representar o escravo José, Domingos Tomaz Ferreira, já havia desempenhado seu papel de curador no processo de arbitramento do escravo João. Estamos diante de dois cidadãos que já haviam se enfrentado anteriormente.

Porfírio Lopes de Aguiar estava confirmado para arbitrar valor, porém, ele

---

<sup>210</sup> MENDONÇA, Joseli Nunes Mendonça. Op. Cit.,p. 222

mesmo pedira para deixar de ser árbitro alegando motivos. Quando analisamos o processo que envolvia a escrava Infância, vimos que por duas vezes ocorrera a ausência dos árbitros, sem que os mesmos tivessem oferecido uma justificativa ao juiz do caso. Nos parece tal atitude ação de má fé. Tentativa de dificultar a conclusão do processo. Neste caso como deveria ocorrer, o Juiz determinou que se procedesse a escolha de um outro árbitro, louvou-se João Jorge Raupp.

Sendo marcada audiência para proceder à avaliação do escravo, todos presentes passaram a avaliar o dito José. O senhor Francisco de Paula Pacheco avaliou José pelo dobro que o mesmo havia oferecido a seu senhor, ou seja, 200 mil réis, em vista da profissão do escravo. Nos autos não há menção da profissão e idade. É muito provável que José, como a maioria dos escravos da Freguesia do Araranguá, fosse também roceiro, lavrador. Mão-de-obra muito necessária para uma área em expansão populacional e agrícola. O senhor João Jorge Raupp avaliou o escravo na quantia de 100 mil réis, alegando que o escravo possuía idade avançada e físico fraco. Como deveria ocorrer, em caso de empate, um terceiro árbitro daria o valor. O cidadão João Marciano de Sá e Amorim procedeu ao desempate determinando que a indenização a ser paga pelo escravo a seu senhor seria de 100 mil réis. Ao desempatar a avaliação José saiu ganhando. O cidadão Amorim também havia participado do processo do escravo João.

Analisando o inventário post mortem de João Marciano de Sá e Amorim, do ano de 1894, descobrimos que este senhor nascera na Vila de Barcelos, Reino de Portugal, solteiro, sem filhos e possuía uma forte ligação com o senhor Porfírio Lopes de Aguiar, confirmada através de seu testamento de 1890, quando o mesmo transmite todos os seus bens ao senhor Aguiar após a sua morte.

A ligação entre os senhores João Marciano de Sá Amorim e Porfírio Lopes de Aguiar ressalta o quanto senhores ricos se faziam presentes nesse tipo de questão. Cidadãos que, em virtude do *status* econômico alcançado dentro da comunidade, representavam autoridade e capacidade para arbitrar diante de um tribunal.

José em março de 1887 recebera sua carta de liberdade aproximadamente um ano antes da libertação dos escravos. Se ele soubesse que em pouco tempo ficaria livre sem ônus algum, teria ele pago por sua liberdade? Difícil sabermos a resposta, mas com certeza para José, a liberdade conquistada possuía um significado todo especial, não importando o quanto lhe custaria e nem se o tempo de escravidão estava próximo do fim. Essa era uma conquista que muitos desejaram mais que tudo, e poucos conseguiram torná-la possível.

## 5 - Manoel, Maria e José: da liberdade ao cativo

“Jesus, Maria, José. Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo em quem eu Joaquina Rosa de Jesus firmemente creio...”<sup>211</sup>.

Assim começa a introdução do testamento de Joaquina Rosa de Jesus. Um documento rico em detalhes. Com ele descortinam-se coisas que não aparecem nos inventários post-mortem sem testamento, ou seja, as vontades mais pessoais do testador. Os últimos e variados desejos, que agora serão delegados aos parentes ou amigos testamentários, cabendo a eles cumprir a risca o que consta no documento ou, de alguma maneira, desconsiderar algumas vontades do testador.

Em aproximadamente 133 inventários que analisamos da Freguesia do Araranguá entre 1840 a 1900, o inventário de dona Joaquina foi o único em que encontramos testamento. Vimos que no processo de arbitramento do escravo Carlos, sua senhora havia deixado uma carta testamentária, porém, só entramos em contato com esse documento, pois se fez necessário transcrever o seu conteúdo, registrado em cartório, para os autos do processo e não por intermédio de inventário.

O testamento entrará como fonte para nossa discussão já que ele é capaz de nos dar uma série de informações do tipo: quem de direito são os mercedores dos bens, os tipos de bens que cada um receberá salientando a proximidade familiar e afetiva do testador com seus herdeiros, parentes e escravos, as doações destinadas aos pobres e à igreja e, em especial, o que nos interessa nesse tipo de documento, a presença de escravos nas disposições testamentárias na Freguesia do Araranguá.

A pouca quantidade de testamentos não possibilita que se faça um estudo sistemático sobre os mesmos, mas também não impede que se utilize como fonte. Como

---

<sup>211</sup> Introdução da Carta Testamento de Joaquina Rosa de Jesus. Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariado. Joaquina Rosa de Jesus. Inventariante . Antônio Domingos de Castro. 1869. Inv. nº 25. cx. nº 01. p. 03.

não dispomos de outros processos de arbitramentos de escravos, recorreremos ao testamento que nos dará outras informações e ainda poderemos cruzar com as dos arbitramentos.

A partir de agora, ao entrarmos no inventário de dona Joaquina, tornaremos públicas suas vontades. Joaquina Rosa de Jesus nascera na Freguesia de São Luís de Mostarda, Província de São Pedro do Sul, (atual Rio Grande do Sul), filha legítima de José Lopes Cançado e de Mariana de Jesus.

Dona Joaquina fora casada com Antônio José da Cunha, natural da cidade do Porto, em Portugal, um dos primeiros moradores de Sombrio<sup>212</sup>. Em 1856, dona Joaquina enviuvou sem que o casal tivesse deixado filhos. A história de Antônio José da Cunha é significativa para entender ainda mais a ocupação, o desenvolvimento econômico da Freguesia do Araranguá e o intenso contato com a Freguesia de São Domingos das Torres – RS.

Diz a história que Antônio José da Cunha e seu irmão Joaquim Luiz da Cunha, militar, “quando se dirigiam de Laguna para Porto Alegre, conheceram as terras próximas ao rio Mampituba, como São Domingos das Torres – Torres, Conceição do Arroio – Osório”<sup>213</sup>. Quando Joaquim ingressou nas forças militares do Rio Grande do Sul, foi destacado para a cidade de Rio Pardo. Seu irmão Antônio o acompanhou, ficando lá por algum tempo, vindo a contrair núpcias com Maria Águida de Anunciação, sua primeira esposa<sup>214</sup>.

Depois de casado retornou a Porto Alegre onde estabeleceu residência tornando-se estancieiro. Antônio conheceu tropeiros que conduziam gado e mulas pelo planalto gaúcho e catarinense até São Paulo e passou a intermediar os negócios. Sendo atraído

---

<sup>212</sup> CUNHA, Arlindo. *O Encontro e a História de Uma Família*. Sombrio. Editora do autor. 2001. p. 09 a 16

<sup>213</sup> Idem p. 10

<sup>214</sup> Idem p. 10

por terras melhores para implantação de estâncias e como já conhecia a região, mudou-se para Conceição do Arroio atual cidade de Osório.

Antônio José da Cunha continuou sua movimentação vindo para a Freguesia de São Domingos das Torres, atual cidade de Torres, onde requereu a posse de terras próximas a Piratuba - RS, e pelo lado de Santa Catarina requereu terras, uma área de 44.800 braças quadradas<sup>215</sup> na costa do rio Mampituba. Aí juntamente com seu filho mais velho, dedicou-se à lida de estâncias.

No ano de 1869, 13 anos após a morte de seu marido, dona Joaquina Rosa de Jesus viria a falecer, não deixando filhos como herdeiros, pois não tivera. Como dona Joaquina não tivesse filhos, genros e noras para proceder à abertura do inventário e cumprir o que determinava o testamento, dona Joaquina escolheu três cidadãos que pudessem servir como testamenteiros inventariantes, sendo-lhes paga a quantia de 200 mil réis ao concluir o inventário num prazo de dois anos. Foram escolhidos por ela como primeiro testamenteiro Antônio Domingos de Castro, como segundo testamenteiro Manoel José de Freitas e como terceiro o senhor Antônio Francisco de Emerim, senhor do escravo Carlos, citado no arbitramento que já vimos, tendo aceitado ser testamenteiro o senhor Antônio Domingos de Castro<sup>216</sup>.

Dona Joaquina dispôs de seus bens pedindo para que se rezassem missas para sua alma, de seu pai e mãe, do finado marido e também pelas almas do purgatório. Deixou a quantia de 50 mil réis para os pobres, órfãos e viúvas em quantias iguais. Deixou para Igreja de São Domingos das Torres, para Igreja de Conceição do Arroio e para a Igreja de Nossa Senhora do Amparo da Colônia São Pedro a quantia de 20 mil réis cada.

---

<sup>215</sup> Conforme registro na Diretoria de Terras e Colonização, sob o nº 310.017-A, livro 763, folha 08, de 26 de março de 1846. Está registrado que Antônio José da Cunha requereu uma área de 44.800 braças quadradas.

<sup>216</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariado. Joaquina Rosa de Jesus. Inventariante. Antônio Domingos de Castro. 1869. Inv. nº 25. ex. nº 01.

Essas disposições ressaltam o caráter religioso do testador e de tantas outras pessoas que conduziam suas vidas pautadas nas regras da igreja católica. As doações feitas às três igrejas demonstram a ligação de dona Joaquina com aqueles locais, onde provavelmente tenha morado, locais por onde seu marido, como vimos, havia residido vindo de Porto Alegre.

Dona Joaquina declarou que deixara liberto o escravo Gabriel e havia passado a carta de liberdade e também lhe deixara a quantia de 20 mil réis. Libertara também a escrava Simiana com a alforria em mãos. Ainda para Simiana deixara um tear com todos os pertences e mais dez braças de terras de frente, por oitocentas braças de fundos no terreno de morada e mais uma panela de ferro. Para o escravo André, que ficara em poder de sua sobrinha, deixou-lhe dez braças de terras por 800 braças de fundos, no terreno de morada<sup>217</sup>. Para a preta Maria Conga que já havia sido cativa de dona Joaquina, deixou-lhe a quantia de 4 mil réis.

Todos os bens que dona Joaquina possuía, entre propriedades, animais cavалares e vacuns, escravos, casa e engenho, foram distribuídos entre suas sobrinhas, filhas de sua irmã já falecida, e seus escravos. Todas as pessoas que tinham ligação com a testadora receberam alguma ajuda. Até mesmo Antônio Domingos de Castro, neto de seu finado marido, que, ao ser escolhido como primeiro testamenteiro, receberia uma quantia razoável de 200 mil réis.

A abertura e o cumprimento do que dispunha o testamento teria transcorrido normalmente, se não fosse o fato de dona Joaquina haver colocado nas disposições testamentárias os escravos Manoel e Maria, filhos de Simiana, para serem vendidos<sup>218</sup>. Antônio Domingos de Castro teria dado por encerrados os procedimentos de divisão dos bens em 1870, quando a escrava Simiana, vendo que seus filhos Manoel e Maria foram

---

<sup>217</sup> Idem. p. 05

<sup>218</sup> Idem. p. 05

colocados no inventário para avaliação e partilha, recorre à Justiça, pedindo para retirá-los da relação dos bens dispostos à venda.

“Diz Simiana, crioula liberta, que tendo sua finada senhora dona Joaquina Rosa de Jesus a libertado em 26 de fevereiro de 1856 como prova de sua carta de liberdade, junta com a condição unicamente da suplicante de servir durante sua vida, e sendo a suplicante assim liberta teve dois filhos gêmeos, Manoel e Maria, os quais tem doze anos de idade e são nascidos de Ventre Livre, como se vê da carta de liberdade da suplicante, além disso para garantir melhor a liberdade dos dois gêmeos, dona Joaquina Rosa de Jesus mandou passar a carta de liberdade em 11 de dezembro de 1860”<sup>219</sup>.

Simiana fora libertada em 26 de outubro de 1856, estava livre há 15 anos, em 1859 dera a luz aos gêmeos Manoel e Maria, que automaticamente nasceram de ventre livre, não podendo constar como bens a serem partilhados, além de possuírem carta de liberdade. De acordo com as disposições testamentárias, os gêmeos deveriam ser vendidos, incluindo-se outro filho de Simiana, um menino de nome José de apenas cinco anos de idade. Também nascido de ventre livre.

O senhor Bernardino Antônio Soares, representando a escrava Simiana, entrara com uma representação contra o testamenteiro Antônio Domingos de Castro, pois:

“... no inventário que está procedendo neste Juízo, pretende reduzir à escravidão Manoel, Maria e José, filhos da suplicante (...) por que a testadora deixou os dois primeiros para disposições testamentárias, certamente por ignorar que havendo em 26 de fevereiro de 1856, passado uma carta de liberdade, com a condição de servir a suplicante enquanto fosse ela viva (...) os filhos que a suplicante tivesse eram já nascidos de ventre livre (...) que nasceram depois de passada a carta de liberdade a Simiana em fevereiro de 1856”<sup>220</sup>.

Afirmava ainda o senhor Bernardino que, em 1860, dona Joaquina havia passado a carta de liberdade aos filhos de Simiana, para gozarem da liberdade depois de sua morte. E ainda pedira ao Juiz do caso,

“...justiça no ato do inventário que contrário à lei, pretende fazer o dito testamenteiro na parte relativa ao pretendido cativo, dos ditos seus filhos, sendo nulo o testamento na parte em que deixou sujeitos a disposições testamentárias; por quanto já a testadora não podia dispor dos filhos da suplicante que nasceram livres pela ação de sua liberdade, e ratificada ainda com carta de liberdade, que todavia era desnecessária, apresentando a suplicante a V.S.<sup>ra</sup>. seus documentos de liberdade”<sup>221</sup>.

---

<sup>219</sup> Idem. p. 16

<sup>220</sup> Idem. p. 17

<sup>221</sup> Idem. p. 17

Antônio Domingos de Castro respondeu que estava dando continuidade ao inventário, já que o Juiz dava valor aos legados de dona Joaquina e que, a suplicante Simiana mandara buscar sua carta que estava depositada. Obedecendo a questões legais, em fevereiro de 1870, o inventariante solicitará que se verifiquem nos cartórios de Conceição do Arroio e São Domingos das Torres os registros da carta de liberdade de Simiana. Em ambos cartórios nada fora encontrado.

Apesar de todas as tentativas a fim de provar que Simiana era liberta há bastante tempo, e no testamento constar que já lhe tenha a testadora passado a carta de liberdade em vida, não sabemos o por quê, da escrava não ter apresentado a carta. Enquanto o tempo transcorria, aguardando uma solução favorável à escrava, seus filhos permaneciam em poder do testamentário, que deles tirava proveito.

Curiosamente depois de terem se certificado da inexistência do registro da carta de liberdade da escrava, no mesmo cartório, na mesma Freguesia de São Domingos das Torres e com o mesmo escrivão do Juízo de Paz, o senhor Reginaldo Moreira de Souza, a carta de Simiana fora encontrada em julho de 1870, ou seja, apenas cinco meses mais tarde.

Somente em agosto 1872, o Juiz determinou a qualquer Oficial de Justiça para se dirigir à localidade de Sombrio, e lá informasse Antônio Domingos de Castro,

“...para que fossem mantidos na posse de sua liberdade os pardos Manoel, Maria e José nascidos de ventre livre, como é constante destes autos, sendo intimado o herdeiro inventariante para deles abrir mão sob pena de incorrer na disposição do artigo 179 do Código Penal”<sup>222</sup>.

Ainda que a escrava tenha extraído e apresentado em 1870 uma cópia de sua carta de liberdade, registrada em 1856<sup>223</sup>, junto à de seus dois filhos, registrada em 1860 que já eram nascidos de ventre livre, durante três anos Simiana e seus filhos estiveram sob a tutela de Antônio Domingos de Castro. Em 1872 o Juiz determinou que o

---

<sup>222</sup> Idem. p. 29

<sup>223</sup> Idem. p. 19

inventariante abrisse mão dos escravos, fato que demonstra que os mesmos estavam sendo mantidos ilegalmente em cativeiro, quando de fato nunca foram cativos.

Quando da apresentação da carta de Simiana em 1870, o inventariante testamentário tivera a confirmação de que a escrava era livre desde de 1856, como também seus filhos Manoel, Maria e José. Estava ciente de estar incorrendo em crime ao manter em cativeiro as crianças que nasceram livres. Para garantir plenamente a liberdade das crianças, dona Joaquina havia registrado no cartório de São Domingos das Torres – RS, suas cartas de liberdade em 1860.

Por um momento, tudo que Simiana havia alcançado parecia-lhe estar fugindo por entre os dedos. A conquista da liberdade era o objetivo maior a ser perseguido e alcançado durante a vida. Requeria dos escravos a elaboração de boas estratégias que resultassem neste fim. Anos de cativeiro com auxílio a sua senhora, presença constante na ausência de familiares, lida ao trabalho doméstico e da roça. Estratégias que lhe renderam a liberdade e a possibilidade de planejar o momento certo de ter seus filhos<sup>224</sup>, terra para começar a vida como pessoas livres, um tear e uma panela. Tudo isso numa clara demonstração de preocupação de sua senhora com a sobrevivência da família de Simiana.

Analisando o inventário post-mortem de Antônio José da Cunha, esposo de dona Joaquina, do ano de 1856, lá encontramos a divisão dos bens disposta da seguinte maneira: metade para a esposa e o restante para dois filhos e uma filha já falecida, recebendo a parte da filha falecida seus três filhos: e entre eles Antônio Domingos de Castro.

Podemos ver através do inventário de dona Joaquina que as relações entre ela e seus enteados não deveriam ser muito cordiais e próximas. De todos os bens dispostos

---

<sup>224</sup> Sobre algumas estratégias usadas por escravos para conseguir a liberdade, o momento certo do nascimento dos filhos, os abortos, resgate de parentes do cativeiro. Ver: SLENES, Robert W. *Na Senzala uma flor*. Op. Cit. p. 200 a 208

no inventário referente a sua meação, nenhum bem coube novamente aos filhos ou netos de seu finado marido. O fato de o inventário possuir um testamento demonstra que dona Joaquina estava interessada em beneficiar alguns em prejuízo de outros, e de que não tivesse intenção de deixar seus bens a pessoas que nada significavam, ao contrário de seus escravos.

Dona Joaquina resolvera deixar todos os seus bens, como já frisamos antes, a suas sobrinhas e seus escravos. Essas pessoas se tornaram seus herdeiros pois estavam ligados a ela por questões afetivas e/ou econômicas. Poderia ter deixado as terras que legou a seus escravos, e os próprios escravos, a seus enteados; mas não o fez. O máximo que se permitira dona Joaquina fora deixar a quantia de 200 mil réis para Antônio Domingos de Castro, neto de seu marido, a fim de que realizasse o inventário. Assim mesmo, haveria mais duas pessoas que poderiam fazê-lo caso ele recusasse o serviço. Deixar o dinheiro não significava que ela estivesse deixando alguma herança, apenas estaria gratificando por um trabalho que seria realizado por ele ou qualquer outro testamenteiro.

Antônio Domingos de Castro ao realizar o inventário não poderia alterar o que estava contido no testamento. A distribuição dos bens era imutável, cada um receberia o que fora pré-determinado pela testadora. Ao entrar em contato com o testamento e ver como dona Joaquina dispôs de seus bens, é possível que o inventariante tenha se sentido injustiçado ao ver que escravos estariam recebendo benefícios em proporções idênticas às suas, escravos que pertenceram ao patrimônio construído por seu avô, escravos que poderiam ser seus, se seu avô não tivesse contraído matrimônio novamente.

Não havia nada a fazer a não ser cumprir o testamento. Se para Antônio de Castro era impossível legalmente possuir alguns daqueles escravos, e se dona Joaquina com sua atitude possa tê-lo prejudicado, ao não lhe destinar algum bem, sua resposta de indignação agora será dada, mantendo Manoel, Maria e José em cativo.

Era valioso e importante em uma economia agrícola, que demonstrava sinais de crescimento, possuir escravos. Entretanto, no caso de Dona Joaquina, a mesma preferiu libertar a maioria de seus escravos, a deixá-los com algum parente de seu falecido marido. Ficaram livres em fevereiro de 1856, dois meses antes da morte de seu senhor Antônio José da Cunha.

A atitude de dona Joaquina em libertar seus escravos, mesmo sob certas condições antes de sua morte e principalmente de seu marido, revela que a mesma queria impedir, de todas as maneiras, que ocorresse algum embaraço na distribuição dos bens da família e de que os filhos e netos de seu marido se beneficiassem sobretudo dos escravos.

A manutenção dos filhos da escrava Simiana em cativeiro por três anos, entre 1869/72, por Antônio de Castro, sabedor de que os mesmos nunca foram cativos, e a ordem expedida pelo Juiz dos Órfãos, obrigando-o a abrir mão da liberdade de Manoel, Maria e José, demonstram má fé de seus atos. Tanto os escravos André como Gabriel estavam em situação semelhante à de Simiana, entretanto o inventariante agiu de forma legal, não entervando a liberdade.

Recorrendo ao inventário de Antônio José da Cunha de 1856, encontramos em sua abertura uma petição feita pelos herdeiros ao Juiz para validar um testamento serrado que se encontrara aberto no momento da partilha dos bens. De acordo com os herdeiros, havia bens que seriam legados cumprindo-se através do testamento a última vontade de Antônio José da Cunha. O testamento não constou do inventário e a partilha se deu como de costume, ou seja, de forma amigável e convencional. Se alguém estava tentando impedir que as disposições do testamento fossem cumpridas, conseguiu.

Não podemos identificar o responsável pela abertura do testamento antes do início do inventário, pois ambas as partes - tanto por parte de dona Joaquina quanto de seus enteados - poderiam tê-lo feito antes da hora. Entretanto esse acontecimento permite perceber que havia problemas entre eles, confirmada pelo fato de Antônio de

Castro ter mantido os filhos de Simiana em cativeiro, sendo eles nascidos de ventre livre.

Não encontramos em nossos estudos sobre inventários entre o período de 1840 a 1900 disputas por terras ou qualquer outro bem, entre herdeiros. Contudo o que se viu neste inventário e que acontecia também em outros, eram intensas disputas por escravos durante a partilha de bens. O escravo não era um artigo de luxo, era um bem necessário, no entender destas pessoas. Como vimos anteriormente, o desenvolvimento da economia agrícola na Freguesia do Araranguá estava permitindo que famílias dispusessem de recursos para comprá-los e cada vez mais utilizá-los como mão-de-obra e, quando necessário, como mercadoria a ser vendida.

Como havíamos mencionado, a história de Antônio José da Cunha é significativa para entendermos a movimentação de pessoas entre a Freguesia do Araranguá e o Rio Grande do Sul. Depois de partir de Laguna para aquele Estado, fez uma peregrinação em sentido oposto. Vindo de Porto Alegre passou por Osório e Torres, no Rio Grande do Sul, na fronteira com Santa Catarina adquiriu terras próximas ao rio Mampituba e Sombrio na Freguesia do Araranguá.

De acordo com os bens descritos no inventário, Antônio José da Cunha possuía terras que serviam para plantações de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e arroz, além de terras utilizadas para a criação de gado bovino e eqüino. Notamos que as atividades econômicas eram bem diversas, não limitada à produção de farinha de mandioca e açúcar. Para desenvolver todas essas atividades a família Cunha contava com o auxílio de seis escravos homens e três escravas mulheres.

Tanto a produção de açúcar como a de farinha de mandioca tinham comércio certo com o planalto gaúcho e de Lages, produtos que só eram possíveis de serem cultivados em terras quentes. Serafim Antônio da Cunha, filho mais velho de Antônio José da Cunha, havia morado e trabalhado em Lages lidando com estâncias, o que facilitava o contato comercial entre o litoral e o planalto. Esses produtos circulavam

também entre a Freguesia de São Domingos das Torres – atual Torres e o atual município de Araranguá.

Chama atenção a descrição de animais para corte, algo que não vimos em nenhum outro inventário. A carne consumida na forma de charque – carne seca salgada - provinha dos planaltos gaúcho e catarinense e geralmente o maior consumo era desse tipo de produto. As condições climáticas dos planaltos permitem que o gado engorde entre os meses da primavera até o verão quando serão abatidos e charqueados<sup>225</sup>. Durante os meses de inverno, em função das pastagens estarem secas e prontas para serem queimadas, o gado não era abatido. É nesse período que provavelmente Antônio José da Cunha utiliza seu gado para o abate, produzindo charque e distribuindo nas duas Freguesias.

O contato entre a Freguesia do Araranguá e a Freguesia de São Domingos das Torres se mostra claro através da movimentação de pessoas. É o caso do senhor Antônio Francisco de Emerim, o mesmo do processo de arbitramento do escravo Carlos. Encontrava-se estabelecido em Passo do Sertão, atual São João do Sul e tinha seus escravos registrados na Freguesia de São Domingos das Torres. Pelo inventário de dona Joaquina, identificamos que o dito Emerim era natural da Alemanha e era por profissão negociante. É provável que sua casa de comércio se localizasse naquela Freguesia. Também no mesmo inventário encontramos o Capitão João Jorge Raupp<sup>226</sup>, um dos árbitros do processo de arbitramento do escravo José, morador daquela Freguesia, sendo como profissão comerciante. Os dois cidadãos serviram de testemunhas no testamento de dona Joaquina. Eram pessoas de posses e reconhecidas em ambas as Freguesias, as fronteiras entre os territórios eram muito mais teóricas que práticas.

Esta política de deslocamentos internos, sempre em busca de novas áreas e

---

<sup>225</sup> Essas informações foram obtidas através da professora Estelamaris Fonseca, ex-moradora da cidade de Bom Jesus, importante cidade que integrava o circuito do tropeirismo Meridional no século XIX

<sup>226</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Inventário post-mortem. Inventariado. Joaquina Rosa de Jesus. Inventariante . Antônio Domingos de Castro. 1869. Inv. nº 25. cx. nº 01. p. 06

atividades econômicas, parece ter ocorrido “no Brasil, durante todo período colonial, sempre de forma expressiva. Em determinados momentos, entretanto, algumas áreas tiveram o fluxo aumentado”<sup>227</sup>. Este parece ter sido o caso específico da Freguesia do Araranguá a partir de meados do século XIX, com desenvolvimento da lavoura da mandioca e cana-de-açúcar. Não dispomos de números exatos de quantos migrantes teriam se deslocado até a Freguesia, mas podemos observar o crescimento da população escrava no período de 1840 a 1888. Entre as décadas de 40 e 70 do século XIX, o crescimento foi expressivo, a população escrava aumentou aproximadamente dez vezes<sup>228</sup> o seu tamanho, de acordo com o gráfico 12.

---

<sup>227</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998. p.170

<sup>228</sup> Conforme gráfico do número de escravo por décadas na Freguesia do Araranguá, entre 1840 1890.

## 6 - No frio da noite a lembrança do filho

A proximidade entre o atual município de Araranguá e Torres, distantes não mais que 70 quilômetros, permitiu que as relações entre os moradores dessas duas localidades fossem freqüentes no século XIX. Havia um ir e vir de um Estado a outro. Tinha-se residência em Torres e terras em Santa Catarina. Compravam-se escravos em Araranguá e registravam-se em Torres. Moradores de lá participavam da justiça de cá. Enfim, uma proximidade física e sobretudo humana, separada teoricamente por um rio: o Mampituba.

Nessa estreita ligação estabelecida entre os cidadãos da Freguesia do Araranguá e os da Freguesia de São Domingos das Torres, é que iremos conhecer a história da escrava Eusébia.

No ano de 1870, Eusébia fora vendida ao senhor Antônio José de Mello, residente na Freguesia de São Domingos das Torres. A escrava era de propriedade do senhor João de Souza Machado, morador na localidade de Campinas, Freguesia do Araranguá. A compra ou venda de um escravo era um procedimento comum. Pagava-se o imposto sobre a transmissão da propriedade e registrava-se a escritura pública.

João de Souza Machado recebeu pela venda da escrava Euzébia a quantia de 1 conto de réis, porém já passado um mês de sua venda, o cidadão Antônio José de Mello entrou com uma ação na justiça pedindo para que o contrato de compra fosse anulado, recebendo o dinheiro de volta. O dito Machado alegava que:

“...havia contratado a compra de uma escrava crioula de nome Eusébia pela quantia de 1 conto de réis que logo que recebeu do suplicante, ficando a dita escrava em poder do mesmo suplicante, sem que houvesse escritura publica, nem pagamento da siza, tomando-se nulo (sic) contrato não só por essa falta, aliás substancial como também por ter essa um filho de cinco anos de idade que por isso não pode realizar o mencionado contrato em vista da lei vigente”<sup>229</sup>.

<sup>229</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Ação de Libelo Cível. Suplicante: Antônio José de Mello. Suplicado: João de Souza Machado. 1870. cx. nº 02. p. 05

Como a lei nº 1114 de 27 de setembro de 1860 exigia o registro público nas transações com escravos que excedessem o valor de 200 mil réis<sup>230</sup>, tinha razão portanto, o suplicante, em pedir anulação do contrato de compra e venda da escrava, já que o preço excedera o valor determinado por lei, necessitando assim que se fizesse o registro público. Era preciso também pagar a siza, ou seja, o imposto pela transmissão de propriedade. Havia um outro agravante, o fato de terem separado Eusébia de seu filho menor de idade.

Os motivos alegados pelo cidadão Antônio José de Mello eram suficientes para pedir a nulidade do contrato. Entretanto o suplicante só entrara com o pedido de anulação do contrato, aproximadamente dois meses após ter adquirido a escrava, e aos motivos já apresentados pelo suplicante acrescentaram-se outros ainda de maior intensidade.

“Afirmara o suplicante que quando da entrega de Eusébia, se achava ausente de sua residência há dias, após ter retornado percebera que havia sido enganado, pois o dono da escrava omitiu-lhe o fato de que a escrava sofria das faculdades mentais e possuía um filho menor”<sup>231</sup>.

Por trás de todos os argumentos apresentados pelo cidadão Antônio José de Mello, com objetivo de anular o contrato e reaver o dinheiro pago pela escrava, escondia-se o maior de todos, a morte de Eusébia. Certa noite a escrava saía da casa de seu novo proprietário onde dormia, vindo pernoitar na casa de Mariana de Tal, em Torres, e dormindo próximo ao fogo queimara-se e viera a falecer em virtude das queimaduras. O valor de 1 conto de réis, pago pela compra da escrava, era um investimento alto para tão pouco tempo de utilização do seu trabalho. Alguns patrimônios familiares muitas vezes mal alcançavam esse valor. Se todos os motivos anteriores estimulavam o cidadão Mello a pedir a restituição do valor pago por Eusébia,

---

<sup>230</sup> MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno e concentração de população escrava no principal município cafeeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora (segunda metade do século XIX) in: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Juiz de Fora: 1998. p. 01 – 56.

<sup>231</sup> Fórum Municipal de Araranguá. Ação de Libelo Cível. Op. Cit., p. 07.

imaginem agora, estando ela morta e não podendo mais contar com seus serviços. O dito Mello procurou apresentar motivos justos de ordem legal para cessar o contrato. Deixava a entender que a morte da escrava não seria o motivo principal, fora apenas mais um agravante, que em nada mudaria sua decisão de recorrer à Justiça, estando ela viva ou não.

Muito bons argumentos estavam sendo utilizados a fim de convencer o Juiz; de que o cidadão João de Souza Machado proprietário de Eusébia, agira de má fé, quando negociou a venda da escrava. Sabendo de todas as irregularidades que impediam a transação e de que Eusébia, segundo o comprador, sofria do juízo mental, não poderia vendê-la nessas condições. Seria possível que o cidadão Antônio José de Mello tenha adquirido a escrava sem que soubesse dessas irregularidades?

Até o momento constatamos que aparece na ação, de um lado, o bom comprador e do outro, o desonesto vendedor. Uma visão maniqueísta que deturpa as relações ocorridas entre as partes, que coloca uma das partes como sujeito passivo aos acontecimentos, desconhecedor do produto que lhe será ofertado.

Diante dos motivos apresentados pelo suplicante o Juiz intimou João de Souza Machado a apresentar-se à Justiça, também determinou que se procedesse ao auto de corpo de delito em Eusébia, designando quatro peritos para tal. Dirigiram-se ao lugar denominado Potreiro – Freguesia de São Domingos das Torres, e lá avaliaram o estado da escrava. Os peritos constataram que:

“... examinando a escrava Eusébia, viram achar-se ela com ambas as mãos bastante queimadas e as pernas dos joelhos para cima igualmente queimadas, saindo a pele a barriga toda queimada em estado ainda pior, por se achar um tanto assada e por isso mais em ferida que queimada (...) que pode ser morta e mostra ter sido queimada como incendiado na roupa (...) julgaram não destruir ou órgão ou resultar mutilação (...) inabilita do serviço por mais de trinta dias...”<sup>232</sup>

Sendo interpelado judicialmente, João de Souza Machado nomeou como seu advogado o senhor Bernardino Antônio Soares, o mesmo que representara a escrava

---

<sup>232</sup> Idem. p. 11

Simiana contra Antônio Domingos de Castro que mantivera seus filhos em cativeiro. Veremos a versão do antigo proprietário de Eusébia que é de fundamental importância para entender o caso.

Contrariando a ação, o senhor João de Souza Machado usará também fortes argumentos para mostrar que o suplicante conhecia a real situação da escrava quando da compra, e que dessa maneira não tinha direito algum sobre a quantia requerida.

Diz o senhor Machado através de seu procurador que:

“... tendo falecido o pai e mãe do Réu senhores da escrava crioula Eusébia, e tendo o Apelante muito conhecimento da mesma empenhou-se com Réu para comprar e ofereceu por ela um conto de réis, e que ele autor pagava a siza e não podendo o réu a vender sem consentimento dos mais herdeiros seus irmãos e cunhados, disse o Réu ao Apelante que havia saber dos herdeiros se concordavam na venda e se eles anuíssem que daria ao Apelante a resposta”<sup>233</sup>.

Esse primeiro argumento apresentado contrapõe-se radicalmente àquele exposto pelo Suplicante. Tanto o réu quanto o apelante apresentaram versões que nos levam a pensar que ambos estavam incorrendo na falta da verdade pelo excesso. O apelante, alegara total desconhecimento da situação de Eusébia. Por sua vez o réu, ao contrário do apelante, exagera ao explicar os pormenores sobre a negociação da escrava.

Outros argumentos se seguiram, sempre no intento de mostrar que o réu havia agido corretamente. Alegando que as atitudes ilegais, tomadas na venda de Eusébia, seriam de responsabilidade do apelante, o réu apresentou um segundo argumento que evidencia uma maior proximidade com o apelante.

“...que achando-se o Apelante em Araranguá e tendo de seguir para a Freguesia das Torres, disse ele ao Réu que no caso que resolvessem a vender dita escrava que entregasse a Francisco Martins Lourenço morador nas Campinas do Araranguá a quem deixava o Apelante ordem para recebê-la e entregar a quantia de um conto de réis e que o dito Martins remetia para o Apelante dita escrava e que vindo o Apelante a Laguna pagava a siza para passar a escritura em Araranguá”<sup>234</sup>.

O apelante, como se percebe, possuía contatos em Campinas do Araranguá, e estava disposto a comprar Eusébia, para tanto deixara ordenado ao cidadão Francisco

---

<sup>233</sup> Idem. p. 21

<sup>234</sup> Idem. p. 21

Martins Lourenço que pagasse um conto de réis pela escrava e a levasse até São Domingos das Torres. Supondo que realmente isto fosse verdade, então não teria Antônio José de Mello comprado um bem “no escuro”, segundo o dito popular, ou seja, sabia o que estava comprando e as condições da compra.

O réu seguira argumentando contra o apelante dizendo,

“... que anuindo os irmãos e cunhados do Réu na venda da escrava para o Apelante foi ela entregue ao dito Francisco Martins Lourenço por ordem e risco do Apelante e fez remessa dela para Freguesia das Torres onde o Apelante estava e tomando o Apelante conta dela se locupletou com os serviços dela por alguns tempos muito satisfeito sem reclamar a compra pelos meios regulares de direito por não ter havido termo de reclamação no Juízo Municipal no prazo da lei...”<sup>235</sup>.

De acordo com as informações do apelante, o mesmo já havia tentado resolver o problema com o réu por meios amigáveis, sem precisar se utilizar os meios judiciais. Mas para o réu, o apelante não procurou os meios legais para fazer a reclamação. É possível que o apelante tenha procurado o réu para desfazer o negócio e que de fato não quisesse anular o contrato de compra e venda, principalmente após o apelante ter se beneficiado dos serviços de Eusébia.

Havia mais ainda o que ser argumentado contra o apelante Antônio José de Mello, e esse talvez seja o principal motivo do incidente que tenha levado a escrava à morte.

“... conservando o Apelante a dita escrava em seu poder por alguns tempos, passou a espancar ele a dita escrava judiando com ela, cortando-lhe o cabelo e a mandou prender por policias e a conduzir presa para a Freguesia das Torres, e por motivo de espancamento e prisão e cortamento de cabelo perdeu dita escrava o juízo ficando assim louca, e não tendo o Apelante pago a siza e não tendo a escritura de compra (...) não tinha direito de espancar dita escrava e menos tinha direito de cortar-lhe o cabelo e pô-la no estado de desespero e doídice, e por isso que não tem o direito algum para haver do Réu a quantia que deu pela compra que fez da dita escrava muito principalmente entregando o Apelante a escrava ao Réu como disse na petição, que a queria entregar não o fazendo não tem direito a quantia”<sup>236</sup>.

A omissão do apelante, deste incidente indica que o tratamento dispensado à escrava não parecia ser o mesmo recebido de seus antigos donos. A morte de Eusébia

---

<sup>235</sup> Idem. p. 21

<sup>236</sup> Idem. p. 21

parece de fato ter sido o desfecho final depois de ter sofrido tantas agressões. É possível que a rede de relações de Eusébia com outros escravos e livres em Campinas do Araranguá fosse de grande amplitude. Ao ser vendida tudo que construía durante anos estava, naquele momento, sendo desfeito.

“Sidney Chalhoub chama a atenção para o fato de que as mudanças de senhor poderiam ser experiências extremamente negativas para os escravos, pois importavam em reiniciar o processo de barganha com os novos senhores sobre o cativo. As mudanças de localidade tornavam esta experiência ainda mais dramática, pois representavam afastamento de familiares e amigos e muitas vezes a introdução em tarefas e ritmos de trabalhos diferentes”<sup>237</sup>.

Para Eusébia continuar sua vida com novos senhores em um novo lugar não era tarefa fácil. Mais difícil ainda com a ausência do filho menor, razão maior para continuar vivendo. Às mudanças na vida da escrava que já eram suficientemente traumáticas para gerar um desequilíbrio emocional, associa-se o fato de ter um senhor que não respeitava suas vontades pessoais, pois como consta da ação, lhe cortou os cabelos e ainda mandou prendê-la por policiais.

Sidney Chalhoub relata um caso muito semelhante ao de Eusébia, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1881. A negra africana Carlota fora vendida ao senhor Manoel Talhão, e estando sob sua posse, passou a dita escrava a fugir e não queria mais servi-lo, além de se dizer livre. Fora presa a mando de seu novo senhor e castigada. Manoel Talhão desejava desfazer o negócio em função dos motivos citados e por que o antigo dono da escrava também não havia passado a escritura da mesma<sup>238</sup>.

As reações de rebeldia por parte de Carlota e Eusébia configuram-se em tentativas de reverter a situação em que se encontravam. Não aceitavam pacificamente o cativo e muito menos serem vendidas a novos senhores. Sidney Chalhoub nos diz que,

“...os arquivos estão repletos de histórias de escravos que separados de parentes e amigos por transações de compra e venda, varrem o mapa de alto a

<sup>237</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990. p. 60-70

<sup>238</sup> CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, p. 52-53.

baixo em busca de pessoas queridas e de um caminho de volta à sua comunidade de origem”<sup>239</sup>.

Infelizmente nada estava a favor de Eusébia, eram muitos os reveses ocorridos em sua vida em tão pouco tempo. O que poderia estar se passando pela cabeça de Eusébia diante de situações completamente adversas? Que alternativa lhe restaria para tentar reverter as dificuldades que se apresentavam?

Em certa noite do mês de maio de 1870, o senhor Antônio José de Mello

“...fizera Eusébia recolher-se a uma casinha nos fundos da sua para pernoitar, porém tendo ela saído sem ser vista pelo suplicante, foi para a casa de Mariana Plácido e ali dormira. Ao amanhecer o dia de hoje foi o suplicante avisado que tendo ela ali deitado-se próximo ao fogo ficou completamente queimada sendo acudida por Angélico Inácio Rabello”<sup>240</sup>.

Mariana Plácido deveria ser o ponto de apoio para Eusébia na Freguesia de São Domingos das Torres. Sua ida até a casa da mesma indica a necessidade de buscar amparo e conforto para o corpo e para a alma, tão machucados pelas agressões de seu novo senhor.

O frio, no Sul do Brasil, muitas vezes já pode ser sentido no mês de maio. É o prenúncio da chegada do inverno que se aproxima, trazendo noites mais frias. Eusébia, deitou-se próximo ao fogo para se aquecer, ficou ali encolhida, adormeceu e não percebeu que estava queimando. De acordo com o auto de corpo de delito, Eusébia possuía queimaduras nas mãos, acima dos joelhos e na barriga, indicando que estava encolhida próximo ao fogo.

O réu João de Souza Machado estava disposto a provar que o apelante Antônio José de Mello era o responsável por todos os acontecimentos ligados à escrava. Afirmara ele que em momento algum Eusébia sofrera agressões físicas, quando estivera em poder de seus pais ou em seu poder. E também nunca tivera por hábito fugir. No momento em que ocorrera o acidente com a escrava, estava ela sob responsabilidade do

---

<sup>239</sup> Idem p. 48-49

<sup>240</sup> Ação de Libelo Cível. Op. Cit., p. 10

apelante, que a comprou em perfeito estado físico. Não poderia devolvê-la com graves ferimentos de queimadura.

Para agravar a situação do apelante, o réu dissera que o mesmo tinha plena ciência de que Eusébia possuía um filho menor, mas que se responsabilizava por qualquer dúvida que se oferecesse. E, quando o apelante o chamou para conciliação, já havia espancado e cortado o cabelo da escrava deixando-lhe fora do juízo, e que não fora dessa maneira que havia entregado ao apelante.

A intencionalidade dos atos de Eusébia devem ser consideradas; poderia ela estar apelando para o último dos recursos, tirar a própria vida e evitar mais sofrimentos. Tal prática não era incomum entre os escravos. No Brasil desde os mais remotos tempos da escravidão, escravos cometiam infanticídios, abortos, suicídios, enfim, medidas extremas que evitariam sofrimentos futuros. Conscientemente a escrava sabia que sua morte traria alívio e causaria grande prejuízo a seu novo senhor.

Chama a atenção neste caso o fato de que as queimaduras que Eusébia sofrera foram resultantes de sua própria ação, pois saíra da casa de seu senhor indo pernoitar em outro local. Ninguém estava preocupado em saber se o incêndio fora acidental ou não. O máximo que se fez, durante o auto de corpo de delito, foi observar se as queimaduras tinham sido provocadas por fogo incendiando a roupa, e não uma outra forma de queimadura como ferro quente ou água.

“A historiadora Silvia Lara em seu livro Campos da Violência nos conta do caso de um escravo que era muito revoltoso e que fugira levando todos para o mato. Ele foi preso e submetido a açoites por três dias consecutivos e no dia seguinte foi encontrado degolado e com uma navalha junto a si. O caso foi considerado suicídio”<sup>241</sup>.

Como demonstra Silvia Lara, muitos casos em que escravos apareceram mortos, atribui-se à prática do suicídio. Tais ocorridos eram encarados como “normais”, não necessitando de uma investigação minuciosa. Suicídio, tentativa de homicídio por parte

---

<sup>241</sup> LARA, Silvia H. Apud: FREITAS, Silvia Correia de. O cotidiano dos escravos em Antonina. IN:REVISTA VERNÁCULO: Histórias e Reflexões ( 2000 : Curitiba ) Imprensa Universitária da UFPR, 2000. p. 85-107

de seu novo senhor ou simplesmente uma fatalidade. Difícil sabermos. O fato é que Eusébia falecera em virtude da gravidade das queimaduras.

Não podemos saber o desfecho que tenha ocorrido na disputa, infelizmente as páginas que deveriam constar da sentença não estão no processo. Entretanto é possível tirarmos algumas conclusões dos acontecimentos: primeiro, quando da venda da escrava, tanto comprador quanto vendedor, sabiam que estavam incorrendo em delito ao vender e comprar a escrava separando-a do filho menor; segundo, ambos, não realizando o pagamento do imposto sobre a transmissão de propriedade e não escriturando publicamente a escrava, estavam interessados em burlar a lei, lesando a Fazenda. A presença limitada do Estado na Freguesia do Araranguá estimulava esse tipo de prática; terceiro, tanto vendedor quanto comprador tinham certa parcela de culpa pela maneira como se procedera a negociação; quarto, nenhum deles estava disposto a ter prejuízos com a morte da escrava.

E finalmente, Eusébia assim como outros escravos, aqui mencionados, eram plenos de movimentos, vontades, interesses e limitações. E isso nos leva a compreender, que mesmo quando os resultados obtidos não foram os esperados, o efeito gerado pela ação do escravo já provocara marcas no cativo e nas relações com os senhores, além do exemplo passível de ser seguido. Suicídio ou não, isto já pouco importava. O carimbo da resistência escrava fora impresso.

*Considerações finais*  
**O INVISÍVEL É NEGRO**

Robert Slenes, Stuart Schwartz, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Hebe Maria Mattos, Sheila de Castro Faria, são alguns nomes da historiografia nacional que estão, através de suas pesquisas, revitalizando os estudos sobre a escravidão no Brasil, despertando o interesse de muitos acerca do tema. Conseqüentemente, novos trabalhos passam a ser elaborados, permitindo uma maior compreensão da estrutura escravocrata encontrada no Brasil a partir do século XVI, analisando-se desde áreas de grande expressão mercantil, com uma população escrava abundante, até áreas consideradas periféricas, com uma economia secundária e baixo número de população escrava, como a da Freguesia do Araranguá, objeto de nosso estudo.

Podemos ainda incluir outros autores que, em momentos distintos, deram sua contribuição ao analisar a escravidão brasileira. Perdigão Malheiros, com seus ensaios jurídicos, Joaquim Nabuco e seus escritos sobre o abolicionismo, Gilberto Freyre que, de maneira inédita, escreveu sobre a escravidão, destacando aspectos até então considerados exóticos, pitorescos. E ainda Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Jacob Gorender.

Os trabalhos desenvolvidos investigam camadas sociais que compuseram a grande base da pirâmide populacional brasileira por vários séculos e que durante muito

tempo estiveram no esquecimento ou na falta de interesse da historiografia nacional. Alguns registros sobre essas camadas foram feitos graças às observações feitas por viajantes europeus, que percorrendo o Brasil lançaram um olhar sobre essas populações, olhar de estranhamento, próprio do estrangeiro. Esses registros têm-nos servido de fonte para estudos que permitem compreender a maneira pela qual se comportavam as populações de homens livres pobres e escravos.

No final da década de 1980, com a proximidade do centenário da libertação dos escravos, aumentou o número de trabalhos realizados sobre o sistema escravista brasileiro.

Em 1988, no II Encontro Estadual de História, da Universidade Federal de Santa Catarina, fazia-se presente Sidney Chalhoub, e muito me impressionou ouvi-lo falar sobre a resistência escrava no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Assassinatos, lutas, fugas e processos envolvendo senhores e escravos.

Ao mesmo tempo em que os relatos de Chalhoub chamavam a atenção, também estimulava-me a pensar sobre a escravidão na cidade de Araranguá, Freguesia do Araranguá no século XIX, e entender o por quê de pouco ou nada se conhecer sobre essa instituição naquele lugar, que desde o século XVIII servia de passagem entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e vinha sendo paulatinamente ocupada. Passava a me perguntar se teria sido ela insignificante diante da escravidão que se apresentava em São Paulo, Bahia, Pernambuco. Ainda levantava a possibilidade de que talvez não tivesse ocorrido uma ocupação estruturada e permanente, assim não havendo a presença escrava, muito menos que, acontecimentos como os citados por Chalhoub, fossem passíveis de terem ocorrido na Freguesia.

Por outro lado, sempre ouvi histórias que minha mãe contava sobre os negros que viveram em áreas próximas à Serra Geral, nos municípios de Timbé do Sul, Jacinto Machado e Praia Grande, no início do século XX. Também me intrigava o fato de existir uma comunidade negra, em Araranguá, conhecida por “Buraco Quente”, cujos

residentes provinham daquelas áreas próximas à Serra Geral. Diante dessas informações preliminares, constatamos a existência de escravos e seus descendentes. Entretanto, apenas essa constatação não satisfazia o interesse de lançar um olhar sobre o passado, tentando perceber como se organizara a Freguesia em nível político, social e econômico no século XIX.

Querendo encontrar respostas que levassem ao entendimento de questões como invisibilidade negra, insignificância de cativos ou até mesmo inexistência de escravos negros na Freguesia, mergulhei profundamente em busca de fontes que oferecessem informações, por mim desconhecidas, sobre como se comportava a estrutura escravocrata na Freguesia do Araranguá e dessem sustentação à problemática acima levantada. Procurando por fontes entrei em contato com uma documentação quase inédita, em termos de pesquisa, no Sul de Santa Catarina. De processos criminais a inventários post-mortem, das alforrias aos arbitramentos, dos batismos e óbitos aos casamentos, essa foi a lista de documentos por mim inventariados, uns com grande quantidade de documentos, como os inventários post-mortem, outros com menos como as alforrias, mas todos oferecendo a possibilidade de se juntarem como peças de um quebra-cabeça. Com eles a imagem da Freguesia do Araranguá no século XIX foi se cristalizando. Também foram utilizadas algumas obras produzidas na Freguesia que ajudaram a perceber a maneira pela qual os negros aparecem no discurso historiográfico sul catarinense. Cada documento deu sua contribuição a fim de recompor, ainda que parcialmente, aspectos da estrutura econômica e social daquela sociedade.

Mesmo que estivesse diante de significativa documentação, sentia dificuldades em compreender o quanto essas fontes tinham a dizer. Sheila de Castro Faria e Hebe Maria Mattos, com suas obras *Colônia em Movimento* e *Das Cores do Silêncio*, respectivamente, me fizeram perceber a importância de fontes como os inventários, que por possuírem uma gama expressiva de dados, me possibilitaram selecionar e hierarquizar informações que serviram para entender alguns aspectos, como: de que

maneira se configurava a estrutura fundiária, a quantidade, o tamanho, valor médio das propriedades e a localização dessas na Freguesia. Os inventários ainda dão conta das atividades agropecuárias desenvolvidas, o tamanho do patrimônio familiar (a riqueza material), o tamanho das famílias, os deslocamentos de pessoas para outras regiões, dívidas ativas e passivas e por fim, o número de escravos por unidade familiar.

Com esse tipo de documento percebi como se comportava a estrutura escravocrata da Freguesia do Araranguá que, a partir da segunda metade do século XIX, deixou de ser apenas um ponto de passagem entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para se tornar uma área de exploração da agricultura familiar e comercial, vinculadas à produção da farinha de mandioca e cana-de-açúcar. Os inventários asseguraram à pesquisa a possibilidade de fazer-se o levantamento da localização das propriedades, percebendo que as famílias usaram três grandes rios para sua fixação: o rio Urussanga, o rio Araranguá e o rio Mampituba e ainda se valeram dos complexos lagunares situados entre esses rios (por mim assim designado e apresentado nos mapas elaborados para essa dissertação), para expandir suas lavouras e pastagens.

Entendendo o contexto econômico nacional em fins do século XVIII e durante o século XIX, onde grandes áreas como o Sudeste brasileiro, desenvolviam uma agricultura sobretudo para exportação, necessitando de um maior número de escravos, passei a observar que o contexto regional em que se enquadrava a Freguesia era diferente, e também semelhante ao de outras áreas do país. Diferente, por ter sido ocupada mais efetivamente só a partir do século XIX, por apresentar produção agrícola e estrutura fundiária de menor tamanho, quando comparada ao de outras regiões brasileiras. Por outro lado, a semelhança reside no fato de que era necessário contar com o trabalho escravo e como nos lembra Schwartz, “a escravidão estava se tornando uma

instituição amplamente difundida em fins do período colonial”<sup>242</sup>, e os moradores da <sup>242</sup>Freguesia passaram a possuir mais escravos, ainda que em menor quantidade. Principalmente durante a década de 1860 a 1870, momento em que era deflagrada a guerra contra o Paraguai, quando ocorreu um aumento no consumo de farinha de mandioca pelos países platinos, Santa Catarina, e assim a Freguesia, conheceram a expansão na produção desse produto, possibilitando uma maior quantidade de população ligada a essa lavoura com a utilização de escravos.

Os negócios da escravidão como chamaria Chalhoub se tornaram interessantes para alguns proprietários da Freguesia no final do século XIX. A compra e venda de escravos, que era altamente vantajosa para os comerciantes de cativos, indicava que essa prática estava se dando pela reprodução de escravas matrizes, abastecendo o mercado interno local e gerando lucros expressivos aos senhores, lucros que às vezes poderiam ser maiores que os da produção agrícola.

Semelhante também era a dinâmica que envolvia escravos no Sudeste e Nordeste do Brasil, em relação aos escravos da Freguesia. Quando encontrei alguns processos de arbitramento, que determinavam o valor a ser pago pelo escravo para compra de sua liberdade, me dei conta de que já era possível trazer do passado os escravos, não apenas como números nem elementos estatísticos, mas como agentes históricos, que trabalhavam, sofriam, lutavam, resistiam e morriam, desfazendo a idéia de que, pela menor quantidade de escravos, esses acontecimentos não fossem comuns à Freguesia do Araranguá, ocorrendo apenas nas grandes áreas de escravidão do Brasil. Euzébia, João, Infância, Brígido, Simiana e outros escravos, sujeitos vivos e esquecidos de um passado ausente. Em cada página dos processos que lia, me indignava diante da violência cometida contra esses escravos. Sidney Chalhoub, referindo-se às histórias da escravidão na Corte, em fins do século XIX, diz que “seria preciso uma dose

---

<sup>242</sup> SCHWARTZ, Stuart. Op. p.129 a 169

inacreditável de insensibilidade e anestesia mental para não perceber aí (nessas histórias) muito sofrimento<sup>243</sup>.

Além de inventários e arbitramentos, as alforrias contribuíram sobremaneira, aumentando nossa capacidade de entendimento sobre o quanto era valioso o escravo, não só para o grande Brasil monocultor e exportador, mas para as famílias da Freguesia. Com as cartas de alforria, ainda que em número não tão expressivo, constata-se que a maior parte dos escravos que conseguiram sua liberdade teve que pagar por ela. Depreende-se daí que o escravo possuía um alto valor em uma área com estrutura econômica não muito avantajada, e mesmo quando o escravo quis pagar por sua liberdade, em alguns casos, precisou recorrer, a partir de 1871, à Justiça.

Devo esclarecer que tive dificuldades em dialogar com fontes de escritores catarinenses, que oferecessem dados de análise que possibilitassem comparações com os padrões da escravidão em Santa Catarina e os ocorridos na Freguesia. Recorri a padrões encontrados na Bahia, século XVIII, e Curitiba, século XIX, no que diz respeito às relações de compadrio, buscando o entendimento dos laços de parentesco para as famílias de escravos. Também comparei com os padrões de Curitiba, século XIX, a proporção de trabalhadores escravos por sexo, idade e a proporção de escravos em relação ao tamanho das propriedades. Em se tratando de relações familiares, parentesco fictício (compadrio), os resultados encontrados, tanto em Curitiba quanto na Freguesia, se aproximam. Em ambas as áreas havia uma produção agrícola e pastoril que não era realizada em grandes latifúndios. Talvez fosse esse o fator responsável pelas semelhanças. Para a Bahia, mesmo no século XVIII, os padrões de compadrio se repetiram na Freguesia durante o século XIX. Segundo Schwartz, havia o estabelecimento de uma regra geral, não escrita, que orientava senhores e escravos no compadrio e que se tornaram comum em todo Brasil<sup>244</sup>.

---

<sup>243</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit.p.35

<sup>244</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros*..Op. Cit. p.285

A garimpagem para elaboração desse trabalho foi intensa, e os resultados, acredito, significativos. Tenho convicção de que apenas um pequeno passo foi dado no caminho que nos leva ao aprofundamento e compreensão dos aspectos ligados à estrutura escravocrata catarinense. Como o trabalho de Sheila de Castro Faria e Hebe Maria Mattos serviram, em muito, para o desenvolvimento dessa dissertação, acredito que esse trabalho servirá a outros que desejarem pesquisar a instituição escravidão, mais especificamente em Santa Catarina, indicando os caminhos por mim percorridos, outros que poderão vir a ser percorridos, interrogando os dados que apresento.

É um trabalho que leva a pensar a escravidão muito além dos ditos “números insignificantes” de escravos que Santa Catarina já teve. Sobre a questão numérica referente à escravidão em terras catarinenses, Patrícia de Freitas atenta para a chamada ditadura do número, onde os números tornam-se mais significativos para explicar certos acontecimentos, enquanto pessoas, relações sociais, culturais, políticas e religiosas não seriam tão relevantes a quem utiliza a quantificação para explicar o fato histórico<sup>245</sup>. Desta feita para explicar a escravidão, no Estado, sem grande aprofundamento das mais diversas questões que envolveram o negro, faz-se, muitas vezes, através de dados estatísticos. Fernando Henrique Cardoso, de certa forma, compartilha com essa idéia quando refere-se à economia catarinense como subsidiária da economia colonial. Afirmado que, com uma economia subsidiária vigente em Santa Catarina, as dificuldades em investir capital em escravos eram muitas e mesmo assim o escravo negro exerceu um papel importante na colonização do Brasil Sul<sup>246</sup>. Percebe-se o tratamento da escravidão enquanto instituição e não enquanto números.

Por fim é buscar o entendimento de uma estrutura com especificidades locais/regionais e suas ligações com o resto do país. Ou seja, é a possibilidade de passarmos de uma análise da macro-história nacional a uma micro-história local, e suas

---

<sup>245</sup> FREITAS, Patrícia. Op. Cit. p. XIII.

<sup>246</sup> CARDOSO, Fernando H. Op. Cit., p. 38-39.

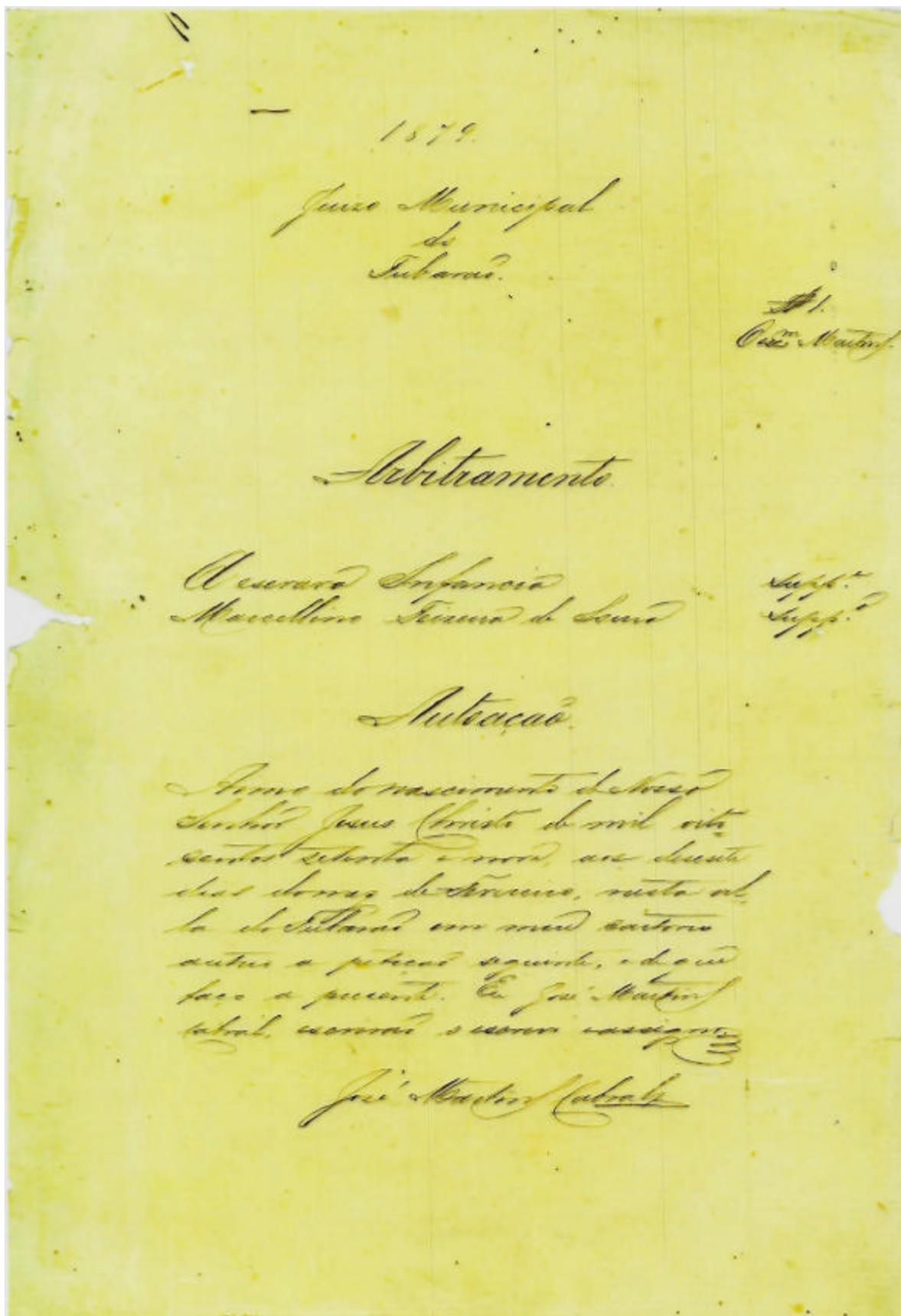
interações. E sobretudo, tirar do anonimato aqueles que foram alvo central desse trabalho, transformando sujeitos esquecidos em sujeitos lembrados.

## **ANEXOS**

42 inventários analisados da Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá entre os anos de 1840 a 1888. Fonte inventários post-mortem.

Total de escravos	Escravos adultos	Escravo homem	Escravo mulher	Escravo criança homem	Escravo criança mulher	Escravo pardo	Escravo negro	Escravo crioulo	Escravo africano
07	06	03	04	01	-	-	06	-	01
09	07	05	04	01	01	04	05	-	-
09	08	06	03	01	-	-	01	08	-
09	09	06	03	-	-	05	03	01	-
06	03	01	05	-	03	01	01	04	-
08	08	06	02	-	-	03	02	03	-
04	03	03	01	01	-	01	03	-	-
04	02	02	02	02	-	03	01	-	-
05	05	03	02	-	-	01	03	-	01
05	03	02	03	01	01	04	01	-	-
01	-	-	01	-	01	-	01	-	-
08	06	02	06	Nd	Nd	01	Nd	Nd	Nd
04	02	02	02	01	01	04	-	-	-
01	01	01	-	-	-	-	01	-	-
15	08	01	14	01	08	-	04	11	-
03	02	01	02	-	01	-	-	02	01
08	04	03	05	02	02	08	-	-	-
13	08	01	12	01	04	-	-	-	-
01	01	01	-	-	-	-	01	-	-
04	01	03	01	03	-	01	-	03	-
02	02	01	01	-	-	-	-	02	-
12	10	05	07	01	01	Nd	01	Nd	-
02	02	02	-	-	-	-	02	-	-
01	01	01	-	-	-	01	-	-	-
04	01	02	02	02	01	Nd	Nd	Nd	Nd
02	01	01	01	01	-	Nd	Nd	Nd	Nd
01	01	01	-	-	-	Nd	Nd	Nd	Nd
04	03	02	02	01	-	02	-	02	-
01	-	-	01	-	01	-	-	01	-
03	03	01	02	-	-	-	02	01	-
08	07	04	04	-	01	03	05	-	-
07	05	05	02	01	01	03	-	04	-
06	05	02	04	01	-	02	-	01	-
02	02	02	-	-	-	01	-	-	-
04	04	03	01	-	-	02	02	-	-
05	04	03	02	-	01	-	-	04	01
02	02	01	01	-	-	-	02	-	-
01	01	01	-	-	-	-	01	-	-
04	03	04	-	01	-	01	01	-	02
05	05	03	02	-	-	-	-	-	-
02	02	-	02	-	-	-	01	01	-
<b>T=202</b>	<b>T=151</b>	<b>T=96</b>	<b>T=106</b>	<b>T=23</b>	<b>T=28</b>	<b>T=51</b>	<b>T=50</b>	<b>T=48</b>	<b>T=06</b>

## Processo de Arbitramento da escrava Infância - 1879



## Solicitação da escrava Infância para Arbitramento

~~10~~ <sup>no</sup> Sr. Juiz Municipal T. Supplente em exercício.  
 A. Convide e recomece ao Sr. da Supplente para que compareça a minha presença no dia 22 do corrente as 9 horas da manhã, a fim de ver se chega a um accordo com a Supplente que será representada por João Antonio Cardoso a quem nomeio Curador da escrava que será intimada para prestar juramento. Tinha naõ 17 de São Infância, parida, escrava de Manoel José Faria de 1879, peiza de Lourenço, morador em Uruangá, que Collazo achando-se em avançada idade, doente e mãe de nove filhos ainda vivos além de um já fallecido, dos quaes, são tres pessoas e seis captivos, que possuindo um peculio de quatrocentos mil e seis, estando 353,000 \$ depositados em mão de Antonio José Damasceno de Oliveira e 47,000 \$ em poder da Supplente, sem esta que julga ser equivalente ao seu valor em attenção à sua idade, soffrimentos physicos e outros factos que tem elucto a seu Senhor, deseja libertar-se pelo dito peculio no caso, que o mesmo Senhor assim concordar para o que se quer, que seja concedido com a devida renha e não concordando se proceda à sua arulação judicial.

Partes Termos

P. a V. P. de firmamento.  
 Tubarão, 17 de Fevereiro de 1879.  
 Sr. da Supplente  
 João Antonio Faria de Magalhães

## **FONTES**

### **1 - FÓRUM MUNICIPAL DE ARARANGUÁ.**

#### **1.1 - Inventários post-mortem da Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá a partir de 1840.**

Documentação onde consta: composição dos membros da família do inventariado, local de residência destes, os bens de família, dívida ativa e passiva, atividades produtivas desenvolvidas, relações comerciais, tipo de habitação, quantidade de escravos. Foram analisados entre 1840 a 1900, 133 inventários, sendo 78 deles no período de 1840 a 1890.

#### **1.2 - Processos de arbitramentos de valores para compra de liberdade pelos escravos**

Documentação onde aparecem as disputas judiciais travadas por escravos contra seus senhores, por estes não aceitarem libertar o escravo pelo valor que o mesmo propunha. Permite perceber as tensões existentes no seio da estrutura escravocrata. Foram analisados quatro processos de arbitramentos da Freguesia do Araranguá.

#### **1.3 - Ação de Libelo Cível**

Documento onde se apresenta algum tipo de reclamação ou denúncia contra alguém. Foi utilizado um documento desse tipo, envolvendo a venda e morte de uma escrava.

#### **1.4 - Processos Criminais**

Documento envolvendo atos criminosos contra senhores e/ou escravos. Foi utilizado um processo onde um escravo com função de capataz e condutor de tropas de gado do Rio Grande do Sul para Santa Catarina fora assassinado.

### **2 - REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ARARANGUÁ**

#### **2.1 - Cartas de alforrias encontradas nos livros nº 01 e 08**

Documentação que permite observar que tipo de escravo conquistava a liberdade, a forma de alforria: comprada ou concedida. Foram utilizadas treze cartas de alforrias.

### 3 - DIOCESE SÃO JOSÉ DE CRICIÚMA

#### 3.1 - Livros de registros de batismos de escravos a partir de 1864-1887

Documentação encontrada em Criciúma onde consta o registro de 217 batismos de filhos de escravos.

#### 3.2 - Livros de registros de casamentos de livres e escravos. Livro nº 01, 02, 03.

Documentação registrando as uniões matrimoniais de livres e escravos da Freguesia.

### 4 - ENTREVISTAS

CAETANO, José. Entrevista concedida ao autor. Araranguá, 28 de maio de 2000.

MANDELLI, Alessandra. Entrevista concedida ao autor. Timbé do Sul, 08 de março de 2001.

MACHADO, Artidoro. Entrevista concedida ao autor. Araranguá, 20 de nov. 2001.

LUMMERTZ, Celina. Entrevista concedida ao autor. Araranguá. 26 de abril de 2003.

MUNARI, Mabilino Pedro. Entrevista concedida ao autor. Araranguá. 27 de agosto 2003

### 5 - LIVROS

ARNS, Otília. *Criciúma 18880 – 1890: “A semente que deu bons frutos”*. Florianópolis - IOESC. 1985

DALL’ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Gráfica Orion Editora. Araranguá 1997.

\_\_\_\_\_. *Memórias do Araranguá*. Florianópolis: Lunardelli. 1987.

FERNANDES, Elza de Mello. *Içara Nossa Terra Nossa Gente*. Içara. Otomar Gráfica e editora Ltda. 1998.

HOBOLD, Paulo. *A História de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930*. Porto Alegre: Palmarinca/Est.1994.

REITZ, Raulino. *Paróquia do Sombrio progresso religioso e social: ensaio de uma monografia* paroquial 1938-1948. Imprimatur. Florianópolis. 1947.

RONSANI, Gilberto. *Praia Grande: cidade dos canyons – 180 anos de história*. Ed. do autor. Praia Grande. 1999.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARNS, Otília. *Criciúma 1880 – 1890: “A semente que deu bons frutos”*. Florianópolis. IOESC. 1985
- BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. Textos políticos da história do Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, [s.d.]. p. 556-562 In: CALDEIRA, Jorge et al.. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 1 CD-ROM.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo. Ática. 1994.
- CABRAL, Osvaldo R. *História de Santa de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, editora Laudes, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*. Editora Insular. Florianópolis. 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.
- CHIAVENATO, Júlio J. *O negro no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1986.
- CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. *Evolução Histórico-econômica de Santa: estudo das alterações estruturais ( século XVII – 1960 )* Florianópolis. Geac/SC. 1980.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo. Fundação Editora da Unesp. 1998
- CUNHA, Arlindo. *O Encontro e a História de Uma Família*. Sombrio. Editora do autor. 2001.
- CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis. Fundação Catarinense de Cultura. 1982.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo. Brasiliense. 1986
- DALL’ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Gráfica Orion Editora. Araranguá 1997.

- \_\_\_\_\_. *Laguna Antes de 1880*. Florianópolis: Lunardelli/UEDESC. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*. Florianópolis: Instituto São José. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do Araranguá*. Florianópolis: Lunardelli. 1987.
- EISEMBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil século XVIII e XIX*. Campinas. Editora da Unicamp. 1989.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.
- FARIAS, Vilson F. *Dos Açores ao Brasil Meridional uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura/ Açores e litoral catarinense*. Florianópolis. Ed. do autor, 1998.
- FERNANDES, Elza de Mello. *Içara Nossa Terra Nossa Gente*. Içara. Otomar Gráfica e editora Ltda. 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução Luís Filipe Baeta Neves. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* Rio de Janeiro. Record. 1996.
- FREITAS, Silvia Correia de. O cotidiano dos escravos em Antonina. IN: REVISTA VERNÁCULO: Histórias e Reflexões ( 2000 : Curitiba ) Imprensa Universitária da UFPR, 2000.
- GERSON, Brasil. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro. Pallas, 1975.
- GOULART, Mauricio. *A escravidão africana o Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1975.
- GINZBURG, Carlo. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto e SEBEOK, Thomas A. (Orgs.) *O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce*. São Paulo. Perspectiva, 1991.
- HOBOLD, Paulo. *A História de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930*. Porto Alegre: Palmarinca/Est.1994.
- HÜBENER, Laura. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis. Editora da UFSC. 1981.
- MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno e concentração de população escrava no principal município cafeeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora (segunda metade do século XIX) in: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Juiz de Fora: 1998
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução Freda Indursky, Campinas, SP: Pontes editora da Unicamp, 1993.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. Siciliano. São Paulo. 1995.

- MARIANA, Valdecir. *Desconstruindo mitos: os preconceitos étnicos durante a colonização de Forquilha – 1860-1950*. Criciúma, 2001. Monografia (Pós-graduação “Latu Sensu” em História) Universidade do Extremo Sul Catarinense.
- MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis. Vozes. 1976.
- MARZANO, Luigi. *Colonos e Missionários italianos nas florestas do Brasil* Trad. João Dall’Alba. Florianópolis. Editora da UFSC, 1985. p.56.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste Escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1998.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas. Editora da UNICAMP. 1999.
- MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte. Oficina de Livros. 1990.
- \_\_\_\_\_. *Rebeliões da Senzala*. Porto alegre. Mercado Aberto. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo. Ática. 1988.
- OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro 1828-1887*. São Paulo. 1990. (Dissertação Mestrado em História ) Pontifícia Universidade de São Paulo.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos*. 2ed. Editora da Unicamp. Campinas SP. 1993
- \_\_\_\_\_. (Org). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção de identidade nacional*. Campinas, SP. Pontes. 1993.
- \_\_\_\_\_. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis. Vozes. 1996
- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP. Pontes. 2002.
- PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis. Lunardelli, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis. São Paulo Editora resenha Universitária Ltda. 1975.
- REITZ, Raulino. *Paróquia do Sombrio progresso religioso e social: ensaio de uma monografia paroquial 1938-1948*. Imprimatur. Florianópolis. 1947.

- RONSANI, Gilberto. *Praia Grande: cidade dos canyons – 180 anos de história*. Ed. do autor. Praia Grande. 1999.
- SANTOS, Lucila Maria S.et. al. *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. EST. Porto Alegre 1995.
- SAINT-HILAIRE, August.de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*; trad. Regina Regis Junqueira, B.H. Ed. Itatiaia; S.P. EDUSP. 1978.
- SCHAWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo. Companhia das letras. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru-SP. EDUSC, 2001.
- SLENES, Robert W. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.1999.